



UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR
SUPERINTENDÊNCIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PLANEJAMENTO TERRITORIAL
E DESENVOLVIMENTO SOCIAL
MESTRADO PROFISSIONAL EM PLANEJAMENTO AMBIENTAL

JOSEFA DELMA DA TRINDADE

POLÍTICAS EMPRESARIAIS PRIVADAS
DE RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL -
ESTUDO DE CASOS

SALVADOR – BAHIA
2010

JOSEFA DELMA DA TRINDADE

**POLÍTICAS EMPRESARIAIS PRIVADAS
DE RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL -
*ESTUDO DE CASOS***

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Profissional em Planejamento Ambiental da Universidade Católica do Salvador (UCSAL), como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Planejamento Ambiental.

Orientador: Prof. Dr. Juan-Carlos Rossi Alva

SALVADOR – BAHIA
2010

UCSAL. Sistema de Bibliotecas

T833 Trindade, Josefa Delma da.
Políticas empresariais privadas de responsabilidade socioambiental: estudo de casos/ Josefa Delma da Trindade. – Salvador, 2010.
193 f.

Dissertação (mestrado) - Universidade Católica do Salvador. Superintendência de Pesquisa e Pós-Graduação. Mestrado Profissional em Planejamento Ambiental.
Orientação: Prof. Dr. Juan-Carlos Rossi Alva

1. Responsabilidade socioambiental - Políticas privadas
2. Meio ambiente 3. Gestão ambiental 4. Sustentabilidade
I. Título.

CDU 504.06



Universidade Católica do Salvador

Superintendência de Pesquisa e Pós-Graduação

Mestrado Profissional em Planejamento Ambiental

Homologado pelo CNE (Portaria N° 73, 17/01/2007)

TERMO DE APROVAÇÃO

Josefa Delma da Trindade

Políticas Empresariais Privadas de Responsabilidade Socioambiental – Estudo de Casos.

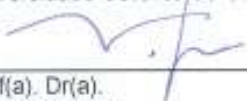
Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de mestre em Planejamento Ambiental.

Salvador, 04 de junho de 2010.


Banca Examinadora:



Prof(a). Dr(a).
Orientador (a) Juan Carlos Rossi Alva
Doutor em Bioquímica
Universidade Católica do Salvador - UCSal



Prof(a). Dr(a).
Nelson Baltrusis
Doutor em Arquitetura e Urbanismo
Universidade Católica do Salvador - UCSal



Prof(a). Dr(a).
Emerson de Andrade Marques Ferreira
Doutor em Engenharia Civil
Universidade Federal da Bahia - UFBA

DEDICATÓRIA

A minha filha Gabriela que com o seu jeito especial de ser, sempre acreditou em mim e esteve sutilmente torcendo e aplaudindo o meu sucesso.

Aos meus queridos pais Raimundo e Josefina, aqueles que me ensinaram os valores morais e a persistência de lutar pelos meus objetivos, abrindo as portas para o mundo do conhecimento. E a minha querida mãe Maria por sua força positiva que me inspirou em muitos momentos de minha caminhada.

Aos meus amigos queridos que muito me ouviram dando-me força e esperança.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus, mentor de todas as idéias.

A direção da Morais de Castro, pelo apoio que viabilizou a minha participação no curso e a realização da dissertação.

A Walter Harth, Diretor Superintendente da Morais de Castro, pelo apoio e confiança no meu desenvolvimento profissional.

A Juan Carlos Rossi, pelas contribuições ao longo desta dissertação, bem como pelo constante incentivo e motivação expresso em cada encontro de orientação.

Aos Profs. Nelson Baltrusis e Emerson de Andrade Marques Ferreira participantes desta banca examinadora, pelas valiosas contribuições para o aprimoramento deste trabalho.

A todas as pessoas que me querem bem e que de alguma forma contribuíram para o sucesso desse trabalho.

RESUMO

TRINDADE, Josefa Delma da. ***Políticas Empresariais Privadas de Responsabilidade Socioambiental - Estudo de Casos***. 195f. Dissertação (Mestrado Profissional em Planejamento Ambiental) - Universidade Católica do Salvador (UCSAL), 2009.

Esta pesquisa consiste no estudo das políticas empresariais privadas de responsabilidade socioambiental, através de práticas e ações de preservação e conservação ambiental, indicando os benefícios em termos ambientais, sociais e mercadológicos delas decorrentes. Os objetos de estudo apresentados são projetos ecológicos, trabalhos de preservação e conservação ambiental, desenvolvidos por empresas de grande e médio porte. Tendo como objeto empírico a Morais de Castro Comércio e Importação de Produtos Químicos Ltda., empresa comercial de médio porte que tem desenvolvido em sua gestão ações sistemáticas e planejadas de conservação ambiental na região metropolitana de Salvador, Estado da Bahia. E como objetos de estudo desenvolvidos por empresas de grande porte, são apresentados trabalhos ecológicos e de prevenção da poluição ambiental, tais como: Deten Química S.A e Instituto Corredor Ecológico Costa dos Coqueiros – INCECC, composto por um Conselho de Administração com cinco membros associados (*Comitê de Fomento Industrial de Camaçari COFIC, Central de Tratamento de Efluentes Líquidos CETREL, Fazenda Praia do Forte e Sauípe S.A.*), unidades situadas no Pólo Petroquímico de Camaçari/BA. Os trabalhos estão sendo feitos com diferentes abordagens, porém, com um mesmo objetivo, que é de beneficiar a biodiversidade do planeta e melhorar os resultados das empresas executantes. Nesta pesquisa, são mostrados aspectos importantes de como o meio ambiente tem figurado nos discursos e práticas organizacionais das empresas brasileiras.

Palavras-chave: Políticas Privadas; Meio Ambiente; Gestão Ambiental; Sustentabilidade; Resposta Social.

ABSTRACT

TRINDADE, Josefa Delma da. ***Private Enterprise Policies of Socioenvironmental Responsibility – Case Study***. 195p. Dissertation (Professional Master in Environmental Planning) – Catholic University of Salvador (UCSAL), 2009.

This research consists on the study of private enterprise policies of Socioenvironmental responsibility, by means of environmental preservation and conservation practices and actions, by indicating their environmental, social and marketing benefits in consequence. The objects of study presented are some ecology projects, works of environment preservation and conservation as developed by enterprises of large and medium size. *Morais de Castro Comércio e Importação de Produtos Químicos Ltda.* was taken as an empiric object, which is a medium size commercial enterprise that has developed a management of systematic and planned actions of environmental conservations, in the area of Salvador, State of Bahia. As for the study objects developed by large size enterprises handling some ecologic works and of prevention against environment pollution, we presented: *Deten Química S.A* and *Instituto Corredor Ecológico Costa dos Coqueiros – INCECC*, composed by a Board of Administration with five associated members (*Comitê de Fomento Industrial de Camaçari COFIC, Central de Tratamento de Efluentes Líquidos CETREL, Fazenda Praia do Forte and Sauípe S.A.*), units located at the Polo Petroquímico of Camaçari/BA. The works are differently approached, however in the same purpose, which is to benefit the biodiversity of the planet, and improving the results of the executive enterprises. In this research we show the important aspects in the way environment has appeared in the speeches and organizational practices of some Brazilian enterprises.

Key-words: Private Policies; Environment; Environment Management; Sustainability; Social Response.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABIQUIM –	Associação Brasileira da Indústria Química
ABNT –	Associação Brasileira de Normas Técnicas
ACB -	Associação Comercial da Bahia
ANI/Q -	Indústria Química do México
APA -	Área de Proteção Ambiental
APP -	Análise Preliminar de Perigo
ASSOCIQUIM -	Associação Brasileira dos Distribuidores de Produtos Químicos e Petroquímicos
BID -	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BSC -	Balanced Scorecard
BSI -	British Standards Institution
CCPA -	Canadian Chemical Producers Association
CEFIC -	Conselho Europeu das Federações das Indústrias Químicas
CERES -	Coalition for Environmentally Responsible Economies
CMA -	Chemical Manufactures Association
CNUMAD -	Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento
COFIC -	Comitê de Fomento Industrial de Camaçari
CTGA -	Comissão Técnica de Garantia Ambiental
<i>DBO</i> -	Demanda Bioquímica de Oxigênio
EIA -	Estudos de Impacto Ambiental
EPA -	Environmental Protection Agency
EPI -	Equipamento de proteção individual
ERP -	Implantação de Software de Gestão
FIEB -	Federação das Indústrias do Estado da Bahia
ICC -	Carta de Princípios Empresariais para o Desenvolvimento Sustentável da Câmara do Comércio Internacional

ICCA -	International Council of Chemical Associations
ICCTA -	Conselho Internacional do Comércio do Produto Químico
IMA –	Instituto do Meio Ambiente
INCECC -	Instituto do Corredor Ecológico Costa dos Coqueiros
INGÁ -	Instituto de Gestão das Águas e do Clima
ISO14001 –	Sistema de Gestão Ambiental
ISO90001 –	Sistema de Gestão da Qualidade
LAS -	Alquilbenzeno Linear Sulfonado
MC -	Morais de Castro
NACD -	National Association of Chemical Distributors
NBR –	Norma Brasileira Regulamentadora
NEA -	Núcleo de Educação Ambiental das Empresas da Bahia
OECD -	Organization for Economic Cooperation and Development
OHSAS –	Sistema de Gestão de Saúde e Segurança Ocupacional
OSCIP -	Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
PEZ -	Programa Efluente Zero
PFOA -	Potencialidades, Fragilidades, Oportunidades e Ameaças
PGRS -	Programa de Gerenciamento de Resíduo Sólido
PRODIR –	Processo de Distribuição Responsável
QSSMA –	Qualidade, Segurança, Saúde e Meio Ambiente
RDP -	Responsible Distribution Process
SASSMAQ -	Sistema de Avaliação de Saúde, Segurança, Meio Ambiente e Qualidade
SER -	Responsabilidade Social Empresarial
SIGA –	Sistema Integrado de Gestão Avançada
SSHMA –	Segurança, saúde, higiene e meio ambiente
UCSAL -	Universidade Católica do Salvador
UFBA -	Universidade Federal da Bahia

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Estágios Metodológicos da Dissertação.....	23
Figura 2 – Ação do INCECC, COFIC, Prefeitura municipal de Camaçari e a Comunidade circunvizinha.	70
Figura 3 – Painel de desempenho estratégico Fonte: Instituto Corredor Ecológico Costa dos Coqueiros	74
Figura 4 – Visita de universidades	79
Figura 5 – Visita de grupos especiais.....	79
Figura 6 – Visita de grupos institucionais	80
Figura 7 – Visitas de Escolas Municipais	81
Figura 8 – Visitas de Escolas Estaduais	82
Figura 9 – Visitas de Escolas Particulares	83
Figura 10 – Visitas 2009.....	84
Figura 11 – Pilares de sustentação do PEZ	86
Figura 12 – Logomarca do PEZ	89
Figura 13 – Composição típica do óleo recuperado do SAO	91
Figura 14 – Vista da planta em construção	94
Figura 15 – Vista frontal (pátio)	94
Figura 16 – Paralisação Sindicato na entrada da fábrica em 16/03/2007	94
Figura 17 – Plantações de eucalipto Alagoinhas.....	94
Figura 18 – Plantio de eucalipto circundando sítios da Comunidade Ladeira Grande	95
Figura 19 – Madeira colhida Zona rural de Alagoinhas	95
Figura 20 A B – Fazenda Paria do Forte e Sauípe S.A.....	97
Figura 21 – Organograma da MORAIS DE CASTRO	103
Figura 22 – Política de Qualidade, Segurança, Saúde e Meio Ambiente da Morais de Castro.	104
Figura 23 – Etapas do planejamento estratégico que estão sendo implantadas na Morais de Castro	109
Figura 24 – Fluxograma das etapas do planejamento estratégico na Morais de Castro.....	110
Figura 25 – Gráficos dos códigos e práticas do PRODIR	112

Figura 26 – Antes da recuperação Ambiental	117
Figura 27 – Em processo de recuperação	117
Figura 28 – Foto 2005 área recuperada.....	117
Figura 29 – Área totalmente recuperada.....	117
Figura 30 – Colheita 2009	118
Figura 31 – Colheita 2009	118
Figura 32 – Publicado na revista Ecológico em 2003.....	119
Figura 33 – Fotografado em 2009 da área de conservação ambiental da Morais de Castro	120
Figura 34 – Fotografado em 2008 da área de conservação ambiental da Morais de Castro.	121
Figura 35A, B, C – Fotos do Falcão Peregrino no penúltimo degrau da torre da Morais de Castro em 2005	122
Figura 36A, B – Fotos dos falcões na escada da torre da Morais de Castro tiradas em abril 2009.....	122
Figura 37 – Fotografada em 2009, torre situada nas instalações da Morais de Castro.....	123
Figura 38 – Gráfico dos resultados da Morais de Castro de 2002 a 2009	136

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Resumo da história do Atuação Responsável® no Brasil	34
Quadro 2 - Evolução das abordagens de gestão ambiental empresarial	46
Quadro 3 - Princípios do Pacto Global (Uniethos, 2004).....	53
Quadro 4 – Análise de Potencialidades, Fragilidades, Oportunidades e Ameaças...	72
Quadro 5 – Painel de desempenho estratégico do Instituto Corredor Ecológico Costa dos Coqueiros – INCECC	78
Quadro 6 – Análise e Acompanhamento dos Resultados do PEZ.	90
Quadro 7 – Códigos e práticas do Processo de Distribuição Responsável.....	114
Quadro 8 – Tipos de Espécies.	119
Quadro 9 – Demonstração dos cursos e instituições freqüentados pelos funcionários da empresa	125
Quadro 10 – Alguns dos condicionantes da licença	127
Quadro 11 – Relação de fornecedores terceiros contratados pela Morais de Castro	128
Quadro 12 – Estação de entamboramento de cloreto de metileno da Morais de Castro	131
Quadro 13 – Estação de entamboramento de ácido acético da Morais de Castro.....	132
Quadro 14 – Estação de entamboramento de formol da Morais de Castro	132
Quadro 15 – Índices de LT e FD	134
Quadro 16 – Demonstrativos dos quantitativos e valores de 2002 a 2008 da Morais de Castro	136
Quadro 17 – Gastos com a manutenção dos sistemas de gestão da Morais de Castro.....	137
Quadro 18 – Gastos com a capacitação dos colaboradores da Morais de Castro.	137
Quadro 19 – Taxa de frequência da Morais de Castro.....	138
Quadro 20 – Taxa de Gravidade:	138
Quadro 21 – Índices de Desempenho monitorados e acompanhados Pela Morais de Castro	141
Quadro 22 – Aspectos positivos e negativos da gestão ambiental da Morais de Castro.....	143

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Total de visitantes 2009.....	84
Tabela 2 – Demonstração do crescimento instrução acadêmica dos funcionários da Morais de Castro	125

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Quantidade de efluentes gerados da Morais de Castro.....	129
Gráfico 2 – Índice de treinamento H/h da Morais de Castro.....	135
Gráfico 3 – Resíduo sólido gerado na Morais de Castro.....	138

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	17
1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DO TEMA E JUSTIFICATIVA DA PESQUISA	17
1.2 OBJETIVOS	19
1.2.1 Geral	19
1.2.2 Específicos	20
2. METODOLOGIA DA PESQUISA	21
3. MARCO TEÓRICO	24
3.1 A INDÚSTRIA QUÍMICA	26
3.1.1 A mobilização ambientalista da Indústria Química	28
3.1.2 Programa de Atuação Responsável® e a responsabilidade socioambiental	32
3.1.3 O Atuação Responsável® na Indústria Química Brasileira	33
3.2 LEGISLAÇÃO AMBIENTAL BRASILEIRA	35
3.2.1 Política Nacional do Meio Ambiente	37
3.2.2 Leis de Crimes Ambientais	37
3.2.3 Política Nacional de Educação Ambiental	39
3.2.4 Política de Meio Ambiente e de Proteção à Biodiversidade do Estado da Bahia	40
3.3 INDICADORES DE DESEMPENHO	41
3.3.1 Indicadores Socioambientais	41
3.3.1 Função de Indicadores	42
3.4 RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL	44
3.4.1 O desafio do processo de aprender no campo socioambiental	48
3.5 RESPONSABILIDADE SOCIAL NO BRASIL	49
3.5.1 Compromisso do Instituto Ethos	50
3.5.1.1 <i>Princípios Ethos</i>	50
3.6 ESTRATÉGIAS ORGANIZACIONAIS	54
3.7 MARKETING VERDE NA GESTÃO AMBIENTAL	58
4. POLITICAS EMPRESARIAIS DE PRESERVAÇÃO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE	60
4.1 SUSTENTABILIDADE NO DISCURSO EMPRESARIAL	61
4.2 SUSTENTABILIDADE COMO PRÁTICA EFETIVA	64
4.3 SIGNIFICADO DE TER A GESTÃO AMBIENTAL COMO ESTRATÉGIA COMPETITIVA	66

5. POLÍTICAS AMBIENTAIS EM EMPRESAS DE GRANDE PORTE: ESTUDO DE CASOS	68
5.1 1º CASO: INSTITUTO CORREDOR ECOLÓGICO COSTA DOS COQUEIROS – INCECC.....	68
5.1.1 Objetivos, Metas e Estratégias do INCECC	70
5.1.2 Indicadores com resultados de ações socioambientais de 2009	79
5.2 2º CASO: DETEM QUÍMICA S/A.	85
5.2.1 Metodologia para o Programa Efluente Zero – PEZ	86
5.2.2 Principais Ganhos Contabilizados	91
5.2.3 Principais Conquistas	92
5.3 MOVIMENTOS, DENÚNCIAS E PROCESSOS CONTRA ALGUMAS EMPRESAS DE GRANDE PORTE DOS CASOS ESTUDADO	92
6. POLÍTICA AMBIENTAL EM EMPRESA DE MÉDIO PORTE: O CASO “MORAIS DE CASTRO”	100
6.1 HISTÓRICO DA EMPRESA E ATUAÇÃO NO MERCADO.....	100
6.2 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL E GESTÃO	101
6.3 GESTÃO ESTRATÉGICA	105
6.4 GESTÃO AMBIENTAL	111
6.5 TRABALHO DE CONSERVAÇÃO AMBIENTAL.....	117
6.6 IDENTIFICAÇÃO DO PÚBLICO BENEFICIÁRIO	125
6.6.1 Funcionários	125
6.6.2 Clientes	126
6.6.3 Comunidade	126
6.6.4 Governo	126
6.6.5 Terceiros contratados	127
6.7 PRÁTICAS AMBIENTAIS DEMONSTRADAS A PARTIR DE INDICADORES.....	129
6.7.1 Na área Ambiental	129
6.7.2 Na área de segurança, saúde e meio ambiente	131
6.7.3 Outros indicadores importantes	135
6.8 ATIVIDADES IMPLANTADAS NA GESTÃO, MONITORAMENTO E MELHORIAS ALCANÇADAS.....	138
6.8.1 Relatório de Não Conformidade	139
6.8.2 Relatório de Desempenho	140
6.8.3 Reunião do Comitê dos Sistemas de Gestão	141
6.8.4 Auditoria Interna	142
6.8.5 Auditoria Externa	142
6.8.6 Auditoria de Fornecedores	142
6.9 ASPECTOS POSITIVOS, NEGATIVOS E SUGESTÕES	142

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	144
7.1 CAMINHOS PARA QUE AÇÕES SOCIOAMBIENTAIS SEJAM ADOTADAS POR MAIS EMPRESAS PRIVADAS	149
7.2 LIMITAÇÕES E SUGESTÕES PARA NOVAS PESQUISAS	151
REFERÊNCIAS	153
ANEXOS	161
ANEXO 1 – MAPA DA REGIÃO METROPOLITANA DO SALVADOR;	161
ANEXO 2 – MAPA DO PORTOSECO PIRAJÁ;.....	163
ANEXO 3 – MAPA GEOREFERENCIADO DA MORAIS DE CASTRO;.....	164
ANEXO 4 – MAPA DO PÓLO PETROQUÍMICO DE CAMAÇARI;.....	165
ANEXO 5 – MAPA DO COSTA DOS COQUEIROS DO LITORAL NORTE;	166
ANEXO 6 – ENTREVISTA COM O TÍTULO “RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL” PUBLICADA NA REVISTA ECOLÓGICO EM DEZEMBRO DE 2003;	167
ANEXO 7 – FORMULÁRIO DE INDICADORES DE DESEMPENHO;	171
ANEXO 8 – FORMULÁRIO DA PESQUISA DE SATISFAÇÃO DE CLIENTES INTERNOS;.....	172
ANEXO 9 – FORMULÁRIO DA PESQUISA DE SATISFAÇÃO DE CLIENTES EXTERNOS;.....	173_Toc280262417
ANEXO 10 – MATERIAL DE DIVULGAÇÃO DE PRÁTICAS AMBIENTAIS DA MORAIS DE CASTRO;.....	175
ANEXO 11 – JORNAL DA MORAIS DE CASTRO COM FOCO EM MEIO AMBIENTE;	176
ANEXO 12 – FOTOS DA ÁREA DE CONSERVAÇÃO AMBIENTAL DA MORAIS DE CASTRO.	191

1. INTRODUÇÃO

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DO TEMA E JUSTIFICATIVA DA PESQUISA

Nas últimas décadas, as questões ambientais, atreladas às políticas ambientais, vêm se tornando de interesse das pessoas, dos governos, das empresas e das comunidades. Os acidentes ambientais, a escassez de recursos naturais, tem sido de grande relevância no processo de desenvolvimento e do uso sustentável dos recursos naturais.

Desde a década de 80 do século XX, o código de liderança setorial “Responsible Care”, desenvolvido pela indústria química canadense e adotado no Brasil na década de 90 como “Atuação Responsável[®]”, pela Associação Brasileira da Indústria Química e Produtos Derivados (ABIQUIM). Nesta época, década de 90, também, destaca-se a Carta de Princípios Empresariais para o Desenvolvimento Sustentável da Câmara do Comércio Internacional (ICC). Dentro deste contexto, manifestaram-se as normas de Sistemas de Gestão Ambiental, objetivando promover a sistematização das questões ambientais e a sua integração aos demais sistemas de uma organização¹.

A presente pesquisa refere-se a três objetos de estudo, projetos ecológicos, trabalhos de preservação e trabalhos de conservação ambiental, desenvolvidos por empresas de grande e médio porte. Os objetos de estudo tratam de trabalho de conservação ambiental desenvolvido pela Morais de Castro Comércio e Importação de Produtos Químicos Ltda., empresa comercial de médio porte² na região metropolitana de Salvador, Estado da Bahia. Trabalhos ecológicos desenvolvido pelo Instituto Corredor Ecológico Costa dos Coqueiros – INCECC, composto por um Conselho de Administração com cinco membros associados (*COFIC-Comitê de*

¹ ABIQUIM Associação Brasileira dos Produtores Químicos – pesquisado na internet em 25/05/2009 site: <http://www.ABIQUIM.org.br/atuacaoresponsavel/responsable.asp>.

² Empresa de Médio Porte: no Brasil, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia Estatística IBGE, é caracterizada pela quantidade de funcionários que ela possui. Se for indústria, é considerada como média, empresas com 100 a 499 empregados. Se for empresa comercial ou de serviços poderá ter de 50 a 99 empregados para ser considerada de médio porte. <http://www.ibge.gov.br>

Fomento Industrial de Camaçari, CETREL, Bahia Pulp, Fazenda Praia do Forte e Sauípe S.A.), unidades situadas no Pólo Petroquímico de Camaçari. E uma metodologia em Busca do Efluente Líquido Zero – PEZ, desenvolvido pela empresa Deten Química S.A., localizada no Pólo Petroquímico de Camaçari.

Para demonstrar as políticas ambientais em empresa de médio porte, será estudado o caso Morais de Castro, com o trabalho de conservação e gestão ambiental. A citada empresa atua no mercado de distribuição de produtos químicos e petroquímicos e tem implantado Sistemas de Gestão – SGI com cinco normas de gestão, sendo que, por se tratar de uma Organização distribuidora de produtos químicos e petroquímicos, a primeira norma implantada foi o PRODIR – Processo de Distribuição Responsável, sistema gerenciado pela Associação dos Distribuidores de Produtos Químicos e Petroquímicos ASSOCIQUIM. Após a adesão do PRODIR, iniciou-se o planejamento para implantar outras normas de gestão, tais como: ISO9001; ISO14001; OHSAS18001 e SASSMAQ, sendo que, o SASSMAQ Sistema de Avaliação de Saúde, Segurança e Meio Ambiente, também se tornou uma avaliação obrigatória, para o segmento de atuação da Morais de Castro. O SASSMAQ possibilita uma avaliação do desempenho nas áreas de segurança, saúde, meio ambiente e qualidade das empresas que prestam serviços à indústria química.

Como estudos de empresas de grande porte, serão pesquisados as políticas ambientais de dois casos: o Instituto Corredor Ecológico Costa dos Coqueiros – INCECC, *com trabalhos de conservação a reserva ecológica e a Deten Química S.A.*, com trabalho que consiste na aplicação de uma metodologia própria para redução de efluente líquido na Fonte.

Esta pesquisa justifica-se pela importância de se discutir e divulgar as práticas ambientais que vêm sendo adotadas com sucesso por determinadas empresas, para que a cultura de preservação ambiental se dissemine no meio empresarial e para que essas ações permanentes se tornem realidade nas organizações privadas.

A estrutura desta pesquisa foi desenvolvida em sete capítulos, incluindo:

- **capítulo 1**, Introdução, que contextualizou o tema e a justificativa da dissertação, os objetivos e contribuições;

- **capítulo 2**, trata-se da metodologia aplicada e a estrutura da dissertação;
- **capítulo 3**, o marco teórico dando uma visão geral sobre o tema desenvolvido fundamentado em citações de vários autores ambientais;
- **capítulo 4**, trata-se das políticas de preservação ambiental e sustentabilidade, foco principal desta pesquisa;
- **capítulo 5**, descreve as políticas ambientais em empresas de grande porte: onde, são considerados dois casos com trabalhos diferentes, porém, com o objetivo final que é de preservar o ambiente e a biodiversidade do planeta;
- **capítulo 6**, descreve a política ambiental em empresa de médio porte: o caso “Morais de Castro” será possível ser demonstrado que trabalho de conservação ambiental pode ser desenvolvido por qualquer empresa, independente de seu porte;
- **capítulo 7**, faz o fechamento da pesquisa com as considerações finais.

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Geral

Analisar e mostrar que as políticas empresariais privadas de responsabilidade socioambiental além de beneficiar a biodiversidade do planeta, podem trazer resultados em termos mercadológicos para empresas praticantes e propor caminhos para que ações socioambientais sejam adotadas por mais empresas.

1.2.2 Específicos

- ✓ Analisar e avaliar as políticas empresariais privadas de responsabilidade socioambiental da Deten, INCECC e Morais de Castro;
- ✓ Verificar através de resultados, que ações socioambientais podem contribuir em vantagens econômicas para as empresas praticantes e para a preservação do meio ambiente;
- ✓ Propor caminhos para que ações socioambientais sejam adotadas por mais empresas privadas de médio e grande porte.

2. METODOLOGIA DA PESQUISA

Para consecução dos objetivos propostos, esta pesquisa utiliza-se da estratégia metodológica com base exploratória de estudo de casos e referências bibliográficas, conforme descrito a seguir:

É exploratória com estudo de casos, sobre trabalho de conservação ambiental desenvolvido em empresas de médio porte com o caso da Morais de Castro Comércio e Importação de Produtos Químicos Ltda., como também, de casos estudados em empresas de grande porte como a Deten Química S.A., e o Instituto Corredor Ecológico Costa dos Coqueiros – INCECC, composto de cinco membros associados (*COFIC-Comitê de Fomento Industrial de Camaçari, CETREL, Bahia Pulp, Fazenda Praia do Forte e Sauípe S.A.*).

Tratando-se de uma pesquisa exploratória, o método se adapta aos objetivos, identificando o maior número de hipóteses que possam ser em outros estudos já testados e confirmados. A obtenção destes dados indica os resultados da pesquisa. Segundo GIL (2002, p.41) A pesquisa exploratória tem como objetivo principal o aprimoramento de idéias ou a descoberta de intuições. Seu planejamento é, portanto, bastante flexível, de modo que possibilite a consideração dos mais variados aspectos relativos ao fato estudado. A investigação exploratória também objetiva “proporciona maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito” (GIL, 1991, p.45).

A abordagem exploratória do tipo estudo de caso, utilizando de uma pesquisa bibliográfica e documental, desenvolvida a partir de:

- a) levantamento e análise de documentos e literatura sobre o tema: Políticas Empresariais Privadas de Responsabilidade Socioambiental, bem como identificação em outras Fontes de informações disponíveis na Internet (sites de instituições superiores de ensino, bibliotecas, revistas, jornais, impressos diversos etc.);
- b) participação de Cursos, palestras e Seminários relativos ao tema;
- c) construção de referencial teórico, visando embasar a compreensão dos trabalhos desenvolvidos e aplicados nas Empresas estudo de casos;

- d) realização de apresentações na Empresa, instituições de ensino seminários, visando à discussão sobre o tema e a importância do mesmo para a sociedade.

A metodologia dessa pesquisa é composta de duas partes e dividida em estágios que se completam. Inicialmente, foi feito um levantamento bibliográfico sobre o tema com conceitos, estudos e análises da pesquisa. Seqüencialmente foi feito pesquisa por meio de visitas de campo e entrevistas não estruturadas com os líderes das empresas estudo de casos. Depois, buscou-se o desenho de um modelo de análise que relaciona a teoria com os casos práticos estudado. Como também, para dar sustentação teórica a esta pesquisa, foram destacados alguns eventos ambientais mais abrangentes, que deram embasamento a este trabalho.

A estratégia de pesquisa adotada foi a de estudo de casos, com a triangulação de dados composta de análise e levantamento de dados, visitas às instituições, entrevistas não estruturadas com os líderes das empresas estudo de casos e em especial Alvaro Oyama Lins Fonseca, gestor do INCECC, que participou acompanhando-me nas visitas ao parque ecológico da Cetrel, as comunidades circunvizinha a Camaçari, ao Pólo Petroquímico de Camaçari, a fábrica da Cetrel, a prefeitura de Camaçari, ao complexo turístico do Sauípe e a Costa dos Coqueiros. Como também, foram levantadas denúncias publicadas na mídia, governo e outros, das empresas estudo de casos.

Para atingir os objetivos propostos nesta pesquisa, foi realizada revisão bibliográfica e uma pesquisa documental constituídas principalmente de livros, artigos científicos, pesquisa eletrônica, jornais, revistas, sites de instituições de ensino, bibliotecas, entre outros, abordando as políticas empresariais privadas de responsabilidade socioambiental. Além da bibliografia nacional, foi pesquisada bibliografia internacional, para identificar alguns estudos realizados sobre o tema em empresas internacionais, servindo de benchmark³ para empresas brasileiras que ainda não implantaram em sua gestão políticas de responsabilidade socioambiental.

³ Benchmark é a busca das melhores práticas nas empresas que conduzem ao desempenho superior. É visto como um processo positivo e pró-ativo em ações de melhoria contínua que tenha um consistente compromisso com o desenvolvimento sustentável (MARCONDES, 2007, p.29).

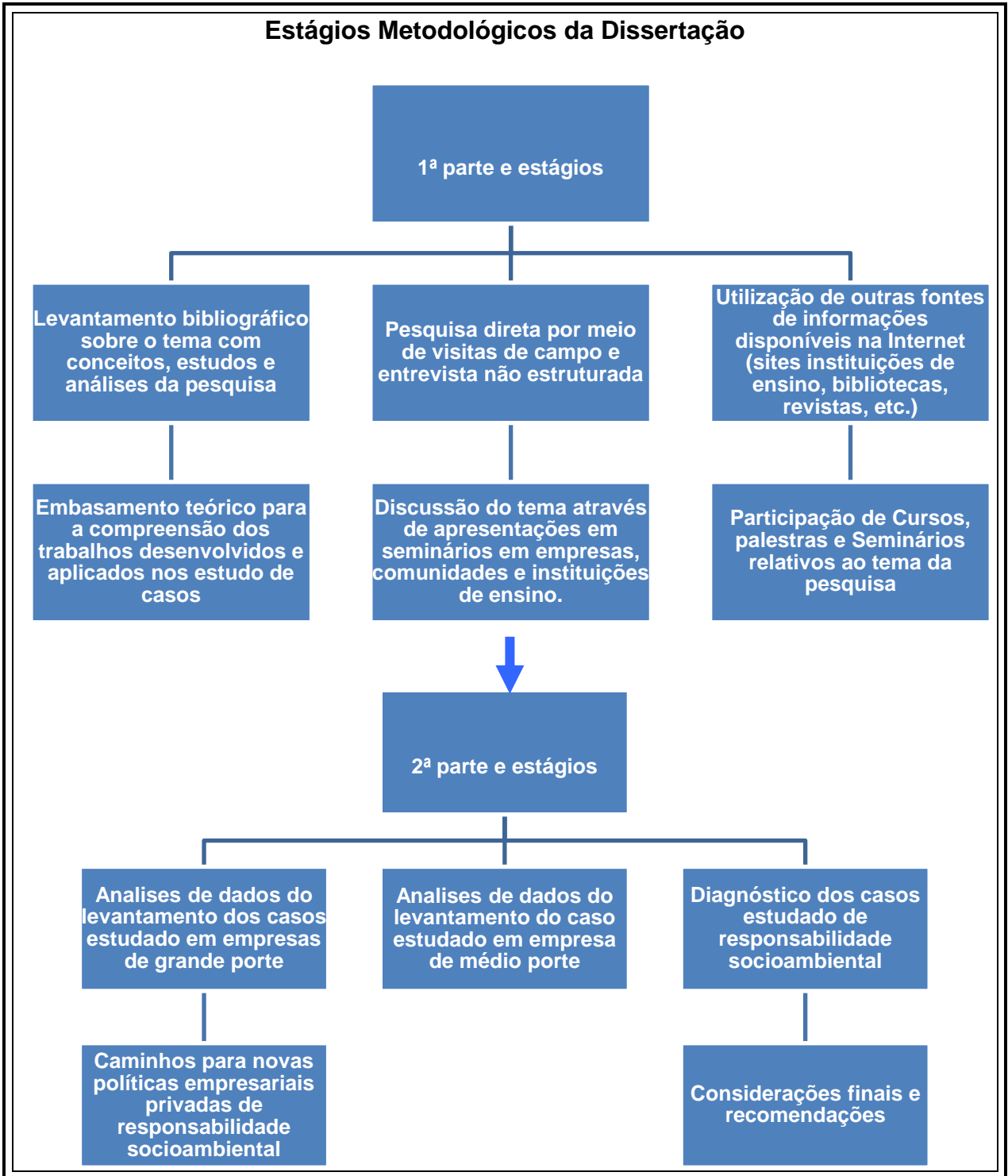


Figura 1 – Estágios Metodológicos da Dissertação

3. MARCO TEÓRICO

Um dos mais importantes movimentos sociais dos últimos anos, provendo significantes transformações no comportamento da sociedade e na organização política e econômica, foi à chamada “revolução ambiental”. Com raízes no final do século XIX, a questão ambiental emergiu após a Segunda Guerra Mundial, promovendo importantes mudanças na visão das pessoas em todo o mundo. Pela primeira vez a humanidade percebeu que os recursos naturais são finitos e que seu uso incorreto pode representar o fim de sua própria existência. Com o surgimento da consciência ambiental, a ciência e a tecnologia passaram a ser discutida de forma questionadora. (CUNHA; GUERRA, 2005, p. 27)

Segundo Castells (1999, p. 141) grandes empresas passaram a incluir a questão do ambientalismo em sua agenda. Entretanto, assinala que:

“a maioria de nossos problemas ambientais mais elementares ainda persiste, uma vez que seu tratamento requer uma transformação nos meios de produção e de consumo, bem como de nossa organização social e de nossas vidas pessoais”

Castells define ambientalismo como “as formas de comportamento que, tanto em seus discursos como em sua prática, visam corrigir formas destrutivas de relacionamento entre o homem e seu ambiente natural, contrariando a lógica estrutural e institucional atualmente predominante” e ecologia como “um conjunto de crenças, teorias e projetos que contempla o gênero humano como parte de um ecossistema mais amplo e visa manter o equilíbrio desse sistema em uma perspectiva dinâmica e evolucionária” (CASTELLS, 1999, p.143-4).

O capítulo 27, da agenda 21, traz um importante discurso sobre o fortalecimento do papel das organizações não-governamentais no desenvolvimento sustentável, modelando a implementação da democracia participativa e fomentando a cooperação e comunicação entre as organizações internacionais e os governos.

As organizações não-governamentais desempenham um papel fundamental na modelagem e implementação da democracia participativa. A credibilidade delas repousa sobre o papel responsável e construtivo que

desempenha na sociedade. As organizações formais e informais, bem como os movimentos populares, devem ser reconhecidas como parceiros na implementação na Agenda 21. A natureza do papel independente desempenhado pelas organizações não-governamentais exige uma participação genuína; portanto, a independência é um atributo essencial dessas organizações e constitui condição prévia para a participação genuína. (Agenda 21, capítulo 27).

Conforme estabelecido no capítulo 27 da agenda 21, a sociedade, os Governos e os organismos internacionais devem desenvolver mecanismos para permitir que as organizações não-governamentais desempenhem seu papel de parceiras com responsabilidade e eficácia no processo de desenvolvimento sustentável e ambientalmente saudável.

Para Savitz e Weber (2007, p. 22) concentrar-se apenas no lucro pode sair pela culatra. Hoje, no mundo dos negócios, o resultado financeiro não é o único e nem o mais importante critério de avaliação do sucesso. Os executivos também devem levar em conta os impactos sociais, econômicos e ambientais sobre qualquer participante com algum interesse no desempenho da organização.

Os líderes de negócios que compreendem apenas de maneira superficial a sustentabilidade, a encaram como algo que os desvia de seu principal propósito ou como tarefa secundária de que devem desincumbir-se rapidez e facilidade. Sustentabilidade não tem nada a ver com filantropia. Não há nada de errado na prática de filantropia pelas organizações, mas a empresa sustentável conduz seus negócios, de modo a gerar naturalmente um fluxo de benefícios para todos os seus stakeholders⁴, inclusive para empregados, os clientes, os parceiros do negócio, as comunidades em que opera e, obviamente para os acionistas (SAVITZ; WEBER, 2007: p.28).

Segundo Savitz e Weber (2007, p. 40-42) os princípios da sustentabilidade podem melhorar a gestão da empresa de três maneiras básicas – ajudando a *protegê-la, a gerenciá-la e a promover seu crescimento.*

- *proteção da empresa* – inclui a redução dos riscos de prejudicar os clientes, os empregados e as comunidades; a identificação o mais cedo possível de riscos iminentes e de falhas gerenciais pendentes; a limitação de

⁴ O termo representa as várias partes interessadas na organização, a exemplo dos seus clientes, empregados, fornecedores, acionistas, governos, vizinhos, organizações não-governamentais, etc.,

intervenções regulatórias; e a preservação da licença de operação implícita ou explícita, concedida pelo governo ou pela comunidade em geral [...].

- *gestão da empresa* – abrange redução de custos, melhorias da produtividade, eliminação de desperdícios desnecessários a garantia de acesso a Fontes de capital a custos mais baixos. Isto se caracteriza de eco eficiência, que é o componente básico da sustentabilidade e se aplica à gestão da empresa. Significa, portanto, na redução da quantidade de recursos utilizados para a produção de bens e serviços, aumentando os lucros da empresa e, ao mesmo tempo, reduzindo seu impacto ambiental. A temática básica é simples: poluição é desperdício e desperdício é anátema, pois significa que a empresa está pagando por algo que não usa. Em fase da clareza desse raciocínio lógico, é surpreendente que poucas empresas se empenhem com diligência em busca da eco eficiência.

- *promoção do crescimento da empresa* – inclui a abertura de novos mercados, o lançamento de novos produtos e serviços, a aceleração do ritmo de inovação, a melhoria da satisfação e da lealdade dos clientes, a ampliação da fatia de mercado mediante a conquista de novos clientes para os quais a sustentabilidade seja valor pessoal ou empresarial importante, o desenvolvimento de novas alianças com parceiros de negócios e com outros stakeholders, além da melhoria da reputação e do valor da marca. A sustentabilidade é uma máquina poderosa para promover o crescimento da economia e das empresas, impulsionando a inovação e novas tecnologias.

3.1 A INDÚSTRIA QUÍMICA

A indústria química constitui um dos setores mais dinâmicos e vitais de qualquer economia industrializada, pois, gera produtos finais amplamente demandados por consumidores e uma infinidade de insumos intermediários utilizados por outras indústrias em seus processos de produção.

Os produtos químicos estão presentes no dia-a-dia das pessoas nas mais variadas formas de aplicação: diretamente, como produtos farmacêuticos, fertilizantes, tintas, plásticos e borrachas, e indiretamente, como insumos nas indústrias têxtil, automobilística e eletrônica, entre outras.

A indústria química tem a capacidade de inovar mais rapidamente do que os demais setores, oferecendo sempre novos produtos e modificando processos, que permitiu e continua permitindo um notável crescimento a indústria química. Tecnologias, pesquisa e ciência fundidas em busca da produtividade encontraram no setor químico o terreno ideal para o seu desenvolvimento. (DEMAROJOVIC, 2003, p. 66).

A estratégia de produzir volumes crescentes de produtos químicos foi assegurada com a construção de gigantescas unidades produtivas a partir da década de 1960, quando as companhias de petróleo passaram a produzir petroquímicos. Se naquele período as unidades industriais de crescimento de nafta geravam 50 mil toneladas por ano de etileno, nos anos 1980 as unidades já tinham capacidade para produzir 1 milhão de toneladas (FREITAS, et al., 1995).

O setor petroquímico é definido como uma indústria que gera produtos orgânicos utilizando nafta derivada do petróleo ou gás natural. Os produtos gerados pelas petroquímicas são classificados como produtos de base, ou de primeira geração, produtos intermediários, ou de segunda geração e produtos finais, ou de terceira geração. Os produtos de primeira geração dividem-se em olefinas, como benzeno, etileno e propileno, entre outros, e aromáticos, como tolueno e xileno. Esses produtos são transformados em produtos intermediários e posteriormente empregados na fabricação de produtos de terceira geração, como PVC, borrachas sintéticas, náilon, entre outros. Não são considerados produtos finais, pois trata-se de insumos que serão utilizados por outras indústrias químicas na fabricação de fertilizantes, tintas, etc., ou em setores, como o de transportes, eletrônicos e têxteis. (DEMAROJOVIC, 2003, p.68).

Existem algumas características do setor petroquímico que se destacam como seu alto custo de produção, devido aos grandes e necessários investimentos em equipamentos para garantir sua operação, fazendo com que apenas os maiores empreendimentos, beneficiados pelas vantagens competitivas proporcionadas pelos ganhos de escala, sejam viáveis. Como também, no desenvolvimento de inovações nos processos tecnológicos, é visto como alternativa para ganhar competitividade de modo a reduzir os custos de produção e aumentar a produtividade.

Segundo Demarjovic (2003, p. 70), grande quantidade de recursos necessários para financiar a operação de gigantescas plantas industriais ou as atividades de pesquisa e desenvolvimento determinou a divisão dos produtores químicos em dois grandes grupos. De um lado, milhares de pequenos fabricantes espalhados pelo mundo e, de outro, grandes corporações públicas e poderosas empresas transacionais que efetivamente ditam as regras do jogo no setor. Essa é uma característica do setor químico, embora haja uma infinidade de pequenos e médios produtores a aliança é exercida por um número reduzido de atores-chave.

3.1.1 A mobilização ambientalista da Indústria Química

Com a expansão do setor químico, cresceu exponencialmente o volume de resíduo gerado nas diversas fases do ciclo produtivo. Como isso, embora a atividade química não seja a principal responsável pela geração de resíduo, nenhum outro setor produziu tamanha quantidade e variedade de resíduos tóxicos, com efeito, muitas vezes desconhecidos sobre o meio ambiente e os seres humanos.

Para Dias (2009, p. 7) “Um dos problemas mais visíveis causados pela industrialização é a destinação dos resíduos de qualquer tipo (sólido, líquido ou gasoso) que sobram do processo produtivo, e que afetam o meio ambiente natural e a saúde humana”. Ao longo do século XX, foram os grandes acidentes industriais e a contaminação resultante deles que acabaram chamando a atenção da opinião pública para a gravidade do problema, causados pela má gestão.

Na década de 1970 representou para as empresas químicas o início de grandes investimentos para cumprir a “regulação”, que pode ser definida segundo Boyer (1979, p. 100) “como a maneira pela qual o sistema como um todo funciona, a conjunção de mecanismos econômicos associados a um dado conjunto de relações sociais, de formas institucionais de estruturas”. Tal noção foi desenvolvida pelos franceses através da formulação do conceito de modo de regulação que foi criado para funcionar com uma parceria simbiótica com o conceito de regime de acumulação.

A partir da década de 70, nos Estados Unidos, cerca de 10% de todos os investimentos em novas unidades industriais passaram a ser destinados a programas de controle de poluição. Além dos gastos com novos equipamentos

industriais, as grandes empresas tiveram de criar estruturas para organizar e coletar as informações exigidas pelo governo (DEMAROJOVIC, 2003, p.77).

“Um dos resultados da crescente importância do meio ambiente foi o crescimento do número de organizações ecológicas, tanto no plano internacional, como em nível nacional e local, que se ocupam de diversos temas da agenda ambiental” (DIAS, 2009, p.24).

Desde então, as empresas privadas que possuem gestão ambiental, têm mudado de postura com as suas políticas ambientais e vem desenvolvendo projetos ecológicos em suas gestões. Muitas delas acrescentam em seus planejamentos, trabalhos socioambientais, que tendem a favorecer todas as partes interessadas, como também a biodiversidade do planeta.

Para Dias (2009, p. 25) As organizações não governamentais, embora não tenham o peso político de outros autores decisivos, como os Estados-nações, as empresas transnacionais e as agências multilaterais, conseguem se contrapor a muitos destes no cenário internacional, com propostas, críticas ou, quando se faz necessário em muitos casos reais, com ações diretas.

Segundo Tachizawa e Andrade (2008, p. 15) “As organizações que tomarem decisões estratégicas integradas à questão ambiental e ecológica conseguirão significativas vantagens competitivas, quando não redução de custos e incrementos nos lucros a médio e longo prazo.”

Grandes empresas privadas, com os seus programas de gestão ambiental, através de indicadores, conseguem demonstrar que deixaram de emitir poluentes na atmosfera, de despejar efluentes nos rios, como também, reduziram os consumos de energia e de água. Tais medidas têm favorecido as empresas privadas, possibilitando milhões em economia, tanto para seu capital, quanto para o favorecimento da biodiversidade do planeta.

Dentro deste cenário de conscientização ecológica, as instituições financeiras estão adotando estratégias de descentralização dos créditos concedidos às empresas socialmente responsáveis, aquelas que contribuem para diminuir o desequilíbrio geográfico favorecendo a sustentabilidade do país.

“A responsabilidade socioambiental, torna-se um importante instrumento gerencial para captação e criação de condições de competitividade para as organizações, qualquer que seja o seu segmento econômico.” (TACHIZAWA; ANDRADE, 2008, p. 16)

Desta maneira, todas as empresas, independente de seu segmento de atuação, seja ela da área química, petroquímica, siderúrgica, montadoras, automobilística, papel e celulose, todas devem investir em gestão ambiental e marketing ecológico. As razões para a adoção de práticas socioambientais não foram apenas em função da legislação, mas, principalmente, por questões voltadas a aumentar a qualidade dos produtos; aumentar a competitividade das exportações; atender o consumidor com preocupações ambientais; atender as reivindicações da comunidade; atender a pressão de organização não-governamental ambientalista; estar em conformidade com a política social da empresa; e melhorar a imagem perante a sociedade. (TACHIZAWA; ANDRADE, 2008, p. 16).

De modo geral, a preocupação com a conservação⁵ e a preservação⁶ da qualidade ambiental vem se tornando um tema cada vez mais importante e presente na vida dos cidadãos em todos os países do mundo, mais particularmente nos desenvolvidos. As pesquisas de opinião pública realizadas em vários países indicam que o meio ambiente está classificado na terceira posição no ranking das principais questões sistemáticas consideradas na atualidade. Meio ambiente e desenvolvimento estão cada vez mais associados ao debate internacional no que concerne ao futuro da humanidade. (SEIFFERT, 2007, p. 7).

É importante relatar gradativamente algumas décadas da crise ambiental e o despertar do ser humano para a degradação:

- *década 60* – começou a mudar a situação de descaso com relação às emissões de poluentes. Alguns recursos naturais passaram a ser mais valorizados, já com a preocupação com o aumento da população e do consumo vislumbrando-se o seu esgotamento futuro (petróleo, madeira, água etc.), e da ocorrência de alguns grandes acidentes que alertaram a humanidade para a magnitude das agressões à natureza e suas repercussões sobre a vida.

⁵ “**Conservação Ambiental**” exploração racional dos recursos naturais de modo a garantir sua sustentabilidade. Pressupõe-se, aqui, então um manejo destes recursos, uma utilização econômica (SEIFFERT, 2007).

⁶ “**Preservação Ambiental**” manter o recurso natural intacto e não utilizá-lo para outro fim que não seja a pesquisa científica. Ação de proteger, contra a modificação e qualquer forma de dano ou degradação (SEIFFERT, 2007).

- *década 70* – foi publicado pelo clube de Roma⁷ em 1972, um relatório denominado “Os limites do crescimento”, prevendo as tendências que imperavam até então conduziram a uma escassez catastrófica dos recursos naturais e a níveis perigosos de contaminação num prazo de 100 anos. Nesta década ocorreu a Conferencia das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano em Estocolmo, Suécia. Daí então foi passado e ser exigido dos EUA, a realização de Estudos de Impacto Ambiental (EIA), para instalação de empreendimentos potencialmente poluidores. Sendo assim, a primeira medida eminentemente preventiva.
- *década de 80* – naquela época surgiram leis regulamentadoras de atividades industriais poluidoras. Tendo impulso à formalização e obrigatoriedade da realização de Estudos de Impacto Ambiental e Relatórios de Impactos sobre o Meio Ambiente (EIA-RIMA), com audiências públicas e aprovação de licenciamentos ambientais.
- *década de 90* – foram colocados em evidência os problemas relacionados ao clima e com isso poderia comprometer a sobrevivência dos ecossistemas. Houve grande impulso com relação à consciência ambiental na maioria dos países, aceitando-se pagar o preço pela qualidade de vida e mantendo-se limpo o ambiente. A partir de então, as empresas passaram a ter a preocupação com a racionalização de uso de energia, água, de matéria-prima, combustíveis, além do empenho e estímulos à reciclagem e reutilização (SEIFFERT *apud* MOURA, 2007, p. 11-15).

Na década de 90 ocorreu em Genebra a Conferência Mundial sobre o Clima, promovida pela Organização Mundial de Meteorologia, para discutir a questão dos desequilíbrios climáticos globais. Como também, em 1992, no Rio de Janeiro, ocorreu a Conferencia das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), denominada de Eco 92 ou Rio 92 (SEIFFERT *apud* PEDRINI 2007, p. 16).

⁷ O Clube de Roma é uma organização não governamental internacional criada em 1968, que reúne cientistas, economistas e líderes políticos, com o intuito de discutir as mudanças globais. (CMMAD, 1991, p. 46).

3.1.2 Programa de Atuação Responsável® e a responsabilidade socioambiental

O novo discurso empresarial iniciado na década de 1980, baseado na abordagem da prevenção à poluição, pregava a substituição de uma relação de confronto com órgãos governamentais e não-governamentais por outra de cooperação, estimulando uma postura proativa em lugar da postura reativa anterior, por meio das ações voluntárias das empresas para a melhoria ambiental.

Conhecido originalmente como *Responsible Care Program*®, o programa Atuação Responsável® foi criado em 1985, no Canadá, pela Canadian Chemical Producers Association - CCPA, com o fim precípua de estimular a indústria química a melhorar seu desempenho nas áreas de segurança, saúde ocupacional e meio ambiente.

O programa Atuação Responsável® foi implementado posteriormente, em 1988, nos Estados Unidos pela Chemical Manufacturers Association - CMA, e finalmente adotado oficialmente pela Associação Brasileira da Indústria Química - ABIQUIM, em 1992, no Brasil.

Em 1989, foi criado o International Council of Chemical Associations (ICCA) com o objetivo de coordenar em nível mundial a implantação do programa Atuação Responsável®, definido como um “compromisso do setor químico para a melhoria contínua em todos os aspectos relacionados à saúde, a segurança e ao desempenho ambiental, garantindo a transparência de suas atividades, planos e objetivos”.⁸

O programa Atuação Responsável® apresenta-se para as indústrias químicas como nova forma de conduzir seus negócios, com base em compromissos éticos com a sociedade. Como afirmam seus representantes, não se trata propriamente de um programa, mas sim de uma mudança cultural na maneira como a indústria química realiza seus negócios. Na prática, busca melhorar a percepção do público em relação às formas de gerenciamento das unidades químicas. (DEMAROJOVIC, 2003, p.97).

⁸ International Council of Chemical Associations, ICCA Responsible Care Status Report, pesquisado na internet em 25/05/2009, <http://www.cefic.org/activities/hse/rc/icca/report98/06.htm>

O maior problema do programa, ou sua fragilidade perante a opinião pública, talvez esteja na forma escolhida para sua avaliação. Como se trata de um programa voluntário, o Atuação Responsável® não impõe quantitativos para a redução da poluição ou prazos para que determinados tipos de emissão cessem ou diminuam.

3.1.3 O Atuação Responsável® na Indústria Química Brasileira

O programa Atuação Responsável® foi adotado pela ABIQUIM em abril de 1992, em uma cerimônia de assinatura dos primeiros “Termos de Adesão” por parte de empresas associadas, ocorrida na sede da associação. Um ano antes, a então Diretoria da associação havia criado uma comissão especial com a missão específica de avaliar a oportunidade do desenvolvimento no Brasil de um programa nos moldes do Responsible Care⁹. A comissão, coordenada pelo Diretor Presidente da Union Carbide do Brasil, Dr. Jean Daniel Peter, após um ano de análise sobre o conceito e conteúdo do programas existentes na ocasião, em especial os que haviam no Canadá e Estados Unidos, concluiu que a ABIQUIM deveria desenvolver sua própria iniciativa, tomando por base o modelo estado unidense, preferido por sua estrutura de Códigos de Práticas Gerenciais. O nome Atuação Responsável® foi oficializado como o nome do Programa no Brasil, devido ao entendimento que uma tradução literal do termo *Responsible Care* para o português não teria significado e que ele transmitia a idéia de pró-atividade e responsabilidade pretendida pela indústria. (ABIQUIM, 2009).

A adesão ao programa, que inicialmente era voluntária, passou a ser obrigatória, a partir de 1998, para todas as empresas associadas. Muitos elementos, como o conjunto de indicadores de desempenho utilizado para medir e acompanhar a evolução dos resultados obtidos com a aplicação do Atuação Responsável® e o sistema de verificação externa, chamado auditoria de 3ª parte, VerificAR, foram introduzidos no programa, visando torná-lo cada vez mais robusto e adequado às necessidades do setor. (ABIQUIM, 2009).

⁹ **Responsible Care** foi concebida no Canadá e lançado em 1985 para responder as preocupações do público sobre a fabricação, distribuição e utilização de produtos químicos. Site: www.responsiblecare.org em mar/2010.

Ano	Fatos Principais
1991	Criação das Comissões Executiva e Técnica do Programa Atuação Responsável®; discussão sobre os modelos de programas (com a adoção do modelo da Chemical Manufacturers Association – CMA, dos Estados Unidos); definição dos 12 Princípios Diretivos; lançamento do conceito de “Regionais” do Atuação Responsável®.
1992	Lançamento do Programa; assinatura dos Termos de Adesão; Publicação do Guia do Coordenador; realização do 1º Seminário de Atuação Responsável® e criação das primeiras “Regionais” do Atuação Responsável®.
1993	Criação da lista de Práticas Gerenciais.
1994	Desenvolvimento dos Guias de Implementação dos Códigos de Segurança de Processo (SEPRO) e Saúde e Segurança do Trabalhador (SST).
1995	Desenvolvimento dos Guias de Implementação dos Códigos de Transporte e Distribuição (TRADI) e Proteção Ambiental (PA); início do processo de auto-avaliação da implantação dos Códigos de Práticas Gerenciais de SEPRO e SST; realização do evento “Qualidade e Atuação Responsável®, Gerenciando a Indústria Química no Ano 2000”.
1996	Desenvolvimento do Guia de Implementação do Código de Diálogo com a Comunidade, Preparação e Atendimento a Emergências (DCPAE); lançamento do programa de Parcerias para o Atuação Responsável®; início do processo de auto-avaliação da implantação dos Códigos de Práticas Gerenciais de TRADI e PA.
1997	Desenvolvimento do Guia de Implementação do Código de Gerenciamento de Produto; criação do “Termo de Compromisso” anual com o Atuação Responsável®; realização do 1º Congresso de Atuação Responsável; início do processo de auto-avaliação do Código DCPAE.
1998	Início da obrigatoriedade do compromisso com o Atuação Responsável® como condição de filiação à ABIQUIM; desenvolvimento e divulgação para as associadas do conjunto de indicadores do Atuação Responsável.
1999	Entrada na ABIQUIM das primeiras duas empresas Parceiras do Atuação Responsável®.
2000	Realização da pesquisa de imagem da ABIQUIM sobre a Química e a indústria química.
2001	Publicação do primeiro relatório de Atuação Responsável®; início da análise sobre a conveniência de revisar o Programa.
2002	Montagem do 1º modelo do sistema de verificação externa independente (3ª parte) do Atuação Responsável® – VerificAR e a realização das duas verificações piloto; tomada decisão de iniciar a revisão do Programa.
2003	Definido o novo modelo do Atuação Responsável® e iniciado o processo de revisão, com a produção das versões preliminares da Visão, Missão e Princípios Diretivos do Programa.
2004	Criação do Conselho Consultivo Nacional – CCN; aprovação dos textos da Visão, Missão e Princípios Diretivos do Programa; início da redação do novo conjunto de Práticas Gerenciais do Atuação Responsável®.
2005	Produção do 1º conjunto de Diretrizes; iniciada a revisão do VerificAR; iniciada a construção do novo espaço na internet dedicado ao Atuação Responsável®, o Canal AR.
2006	Revisão da metodologia do VerificAR, alinhada à revisão do Atuação Responsável®; Início da elaboração dos textos dos níveis de implementação das diretrizes
2007	Elaboração do Manual e Regulamentos do VerificAR; Validação do novo modelo com a aplicação de pilotos; finalização dos textos dos níveis de implementação das diretrizes; início dos cursos de capacitação para aplicação dos novos modelos do Atuação Responsável® e VerificAR.
2008	Aplicação do VerificAR de modo aberto; concepção do modelo do PreparAR e assinatura de convênio com o Sindicato da Indústria de Produtos Químicos de São Paulo – SINPROQUIM.

Quadro 1 – Resumo da história do Atuação Responsável® no Brasil

Fonte: ABIQUIM Associação Brasileira dos Produtores Químicos [on-line]

3.2 LEGISLAÇÃO AMBIENTAL BRASILEIRA

A atividade econômica sobre o meio ambiente, que se acentuou a partir dos anos 1950 a 60, deu início à conscientização coletiva em relação às questões sócio-ambientais, disseminando o movimento ambientalista. A atuação deste movimento, que envolveu várias instâncias, fez com que em muitos países, como no Brasil, criasse uma legislação específica, com o objetivo principal de regular e reduzir a ação de atividades produtivas danosas ao meio ambiente.

Segundo Cunha, Guerra e Araújo (2005 *apud* TOSTES 1998, p. 112), a legislação é o conjunto de normas jurídicas de um país, sendo esse conjunto integrado pela Constituição, leis, decretos, resoluções e outras. Quanto a Legislação Ambiental, o autor afirma que essa é integrada pelas normas de defesa dos bens ambientais e pelas normas que disciplinam os usos e atividades que podem interferir com estes bens como, por exemplo, as atividades industriais, geração de energia e urbanização – e ressalta a importância das resoluções.

“O advento da Constituição Federal de 1988 deu um grande impulso à questão ambiental no Brasil, pois, o combate a qualquer processo de degradação do ambiente tornou-se dever de todos os cidadãos e não apenas do Estado, sendo que os meios judiciais de proteção ambiental tornaram-se legítimos instrumentos para esse fim”. (CUNHA; GUERRA; ARAUJO, 2005, p.107).

Como marco na estruturação da legislação ambiental brasileira surge a Lei Federal nº 6.938, de 31/08/1981, instituindo a Política Nacional do Meio Ambiente, que, dentre seus inúmeros méritos, estabeleceu o princípio segundo o qual os responsáveis por danos causados ao ambiente devem ser responsabilizados e obrigados a indenizá-los ou repará-los, independentemente da existência de culpa, prevendo uma Ação Judicial específica para esse tipo de responsabilidade, qual seja: a Ação Civil Pública, que veio a ser regulamentada em 24/07/85 pela Lei Federal nº 7.347. (CUNHA; GUERRA; ARAUJO, 2005, p.107).

Pode-se afirmar que a sociedade brasileira conta com uma legislação ambiental exemplar, com avançados instrumentos processuais para a defesa ambiental, tendo que enfrentar, contudo, o desafio da correta implementação dessa legislação como afirmação de sua própria cidadania, no sentido de garantir para as

presentes e futuras gerações o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado (art. 225, caput, Constituição Federal).

Segundo Cunha, Guerra e Araújo (2005, p.111) pelo aspecto judicial, destaca-se o conceito legal de meio ambiente, introduzido no ordenamento jurídico brasileiro pela Lei Federal nº 6.938, de 31/08/81, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, conferindo-lhe a devida amplitude em seu art. 3º, inciso I:

Art. 3º. Para os fins previstos nesta lei, entende-se por:

I – meio ambiente, o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas.

Segundo Custódio (*apud* Machado 1982): “Trata-se de ampla definição legal, pois atinge tudo aquilo que permite a vida, que a abriga e rege, abrangendo as comunidades, os ecossistemas e a biosfera.” Neste sentido, Silva (1994) aponta para a existência de três aspectos do ambiente, que são:

- *ambiente natural* – constituído pela biosfera, ou seja, o solo, a água, o ar atmosférico, a flora e a fauna. É onde se dá a correlação recíproca entre as espécies e as relações destas com o meio físico que ocupam;
- *ambiente cultural* – integrado pelo patrimônio artístico, histórico, turístico, paisagístico, arqueológico e espeleológico;
- *ambiente artificial* – formado pelo espaço urbano construído, consubstanciado no conjunto de edificações e pelos equipamentos públicos: ruas, praças, áreas verdes e todos os demais assentamentos de reflexos urbanísticos.

Desde o início da década de 80, o setor empresarial assumiu uma atitude positiva para com o meio ambiente, por causa da rigidez da legislação ambiental. Além disso, as empresas vislumbram oportunidades de negócio, ao agregar a variável ambiental na dimensão empresarial. Seguem abaixo algumas legislações ambientais que incidem sobre as empresas.

3.2.1 Política Nacional do Meio Ambiente

Em 31 de agosto de 1981, foi sancionada pelo Congresso Nacional a Lei nº 6.938 dispendo sobre a Política Nacional do Meio Ambiente. Tendo como objetivo a preservação, melhoria e recuperação da qualidade propicia à vida, visando assegurar, no País, condições ao desenvolvimento sócio-econômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana.

Art. 5º - As diretrizes da Política Nacional do Meio Ambiente serão formuladas em normas e planos, destinados a orientar a ação dos Governos da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios no que se relaciona com a preservação da qualidade ambiental e manutenção dos equilíbrios ecológicos observados os princípios estabelecidos no art. 2º desta Lei.

Art. 6º - Os órgãos e entidades da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios, bem como as fundações instituídas pelo Poder Público, responsáveis pela proteção e melhoria da qualidade ambiental, constituirão o Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA.

Art. 12 - As entidades e órgãos de financiamento e incentivos governamentais condicionarão a aprovação de projetos habilitados a esses benefícios ao licenciamento, na forma desta Lei, e ao cumprimento das normas, dos critérios e dos padrões expedidos pelo CONAMA.

Art. 14 - Sem prejuízo das penalidades definidas pela legislação federal, estadual e municipal, o não cumprimento das medidas necessárias à preservação ou correção dos inconvenientes e danos causados pela degradação da qualidade ambiental sujeitará os transgressores.

Art. 17. Fica instituído, sob a administração do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis - IBAMA: (Redação dada pela Lei nº 7.804, de 1989).

A Política Nacional do Meio Ambiente estabelece padrões que tornam possíveis o desenvolvimento sustentável, através de mecanismos e instrumentos capazes de conferir ao meio ambiente uma maior proteção.

3.2.2 Leis de Crimes Ambientais

Em 12 de fevereiro de 1998, o Congresso Nacional sancionou a Lei nº 9.605, dispendo sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas lesivas ao meio ambiente. Destacam-se aqui alguns artigos:

Art. 3º. As pessoas jurídicas serão responsabilizadas administrativas, civil e penalmente conforme o disposto nesta Lei, nos casos em que a inflação seja cometida por decisão de seu representante legal ou contratual, ou de seu órgão colegiado, no interesse ou benefício da sua entidade.

Parágrafo único. A responsabilidade das pessoas jurídicas não exclui a das pessoas físicas, autoras, co-autoras ou partícipes do mesmo fato.

Art. 29. Matar, perseguir, caçar, apanhar, utilizar espécimes da fauna silvestre, nativos ou em rota migratória, sem a devida permissão, licença ou autorização da autoridade competente, ou em desacordo com a obtida.

Art. 30. Exportar para o exterior peles e couros de anfíbios e répteis em bruto, sem a autoridade ambiental competente.

Art. 31. Introduzir espécime animal no País, sem parecer técnico oficial favorável e licença expedida por autoridade competente.

Art. 32. Praticar ato de abuso, maus-tratos, ferir ou mutilar animais silvestres, domésticos ou domesticados, nativos ou exóticos.

Art. 33. Provocar, pela emissão de efluentes ou carregamento de materiais, o perecimento de espécimes da fauna aquática existentes em rios, lagos, açudes, lagoas, bacias ou águas jurisdicionais brasileiras.

Art. 36. Para os efeitos desta Lei, considera-se pesca todo ato tendente a retirar, extrair, coletar, apanhar, apreender ou capturar espécimes dos grupos de peixes, crustáceos, moluscos e vegetais hidróbios, suscetíveis ou não de aproveitamento econômico ressalvado as espécies ameaçadas de extinção, constantes nas listas oficiais da fauna e da flora.

Art. 38. Destruir ou danificar floresta considerada de preservação permanente, mesmo que em formação, ou utilizá-la com infringência das normas de proteção.

Art. 42. Fabricar, vender, transportar ou soltar balões que possam provocar incêndios nas florestas e demais formas de vegetação, em áreas urbanas ou qualquer tipo de assentamento humano.

Art. 46. Receber ou adquirir, para fins comerciais ou industriais, madeira, lenha, carvão e outros produtos de origem vegetal, sem exigir a exibição de licença do vendedor, outorgada pela autoridade competente, e sem munir-se da via que deverá acompanhar o produto até final beneficiamento.

Art. 54. Causar poluição de qualquer natureza em níveis tais que resultem ou possam resultar em danos à saúde humana, ou que provoquem a mortandade de animais ou a destruição significativa da flora.

Art. 60. Construir, reformar, ampliar, instalar ou fazer funcionar, em qualquer parte do território nacional, estabelecimentos, obras ou serviços potencialmente poluidores, sem licença ou autorização dos órgãos ambientais competentes, ou contrariando as normas legais e regulamentares pertinentes.

Art. 63. Alterar o aspecto ou estrutura de edificação ou local especialmente protegido por lei, ato administrativo ou decisão judicial, em razão de seu valor paisagístico, ecológico, turístico, artístico, histórico, cultural, religioso, arqueológico, etnográfico ou monumental, sem autorização da autoridade competente ou em desacordo com a concedida.

Art. 64. Promover construção em solo não edificável, ou no seu entorno, assim considerado em razão de seu valor paisagístico, ecológico, artístico, turístico, histórico, cultural, religioso, arqueológico, etnográfico ou monumental, sem autorização da autoridade competente ou em desacordo com a concedida.

Art. 66. Fazer o funcionário público afirmação falsa ou enganosa, omitir a verdade, sonegar informações ou dados técnico-científicos em procedimentos de autorização ou de licenciamento ambiental.

Art. 67. Conceder o funcionário público licença, autorização ou permissão em desacordo com as normas ambientais, para as atividades, obras ou serviços cuja realização depende de ato autorizativo do Poder Público.

Art. 70. Considera-se infração administrativa ambiental toda ação ou omissão que viole as regras jurídicas de uso, gozo, promoção, proteção e recuperação do meio ambiente.

Art. 77. Resguardados a soberania nacional, a ordem pública e os bons costumes, o Governo brasileiro prestará no que concerne ao meio ambiente, a necessária cooperação a outro país, sem qualquer ônus, quando solicitado para.

3.2.3 Política Nacional de Educação Ambiental

Em 27 de abril de 1999, o Congresso Nacional sancionou a Lei nº 9.795, dispondo sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental. Ver alguns artigos abaixo:

Art. 1º - Entende-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade.

Art. 2º - A educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal.

Art. 7º - A Política Nacional de Educação Ambiental envolve em sua esfera de ação, além dos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Meio Ambiente - SISNAMA, instituições educacionais públicas e privadas dos sistemas de ensino, os órgãos públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e organizações não-governamentais com atuação em educação ambiental.

Art.9º - Entende-se por educação ambiental na educação escolar a desenvolvida no âmbito dos currículos das instituições de ensino públicas e privada, englobando. I - educação básica: a) educação infantil; b) ensino fundamental; c) ensino médio; II - educação superior; III - educação especial; IV - educação profissional; V - educação de jovens e adultos.

Parágrafo único. Os professores em atividade devem receber formação complementar em suas áreas de atuação, com o propósito de atender adequadamente ao cumprimento dos princípios e objetivos da Política Nacional de Educação Ambiental.

Art. 13 - Entende-se por educação ambiental não-formal as ações e práticas educativas voltadas à sensibilização da coletividade sobre as questões ambientais e à sua organização e participação na defesa da qualidade do meio ambiente.

A existência da Lei fortalece as bases que sustentam a biodiversidade do planeta. O fato de haver lei que cobrem das empresas ações responsáveis, garantem um meio ambiente com condições de sobrevivência, possibilitando a sustentabilidade.

3.2.4 Política de Meio Ambiente e de Proteção à Biodiversidade do Estado da Bahia

Em 10 de outubro de 2008, foi publicado o Decreto nº 11.235,, aprovando o Regulamento da Lei nº 10.431 de 20 de dezembro de 2006, que institui a Política de Meio Ambiente e de Proteção à Biodiversidade do Estado da Bahia, e da Lei nº 11.050, de 06 de junho de 2008, que altera a denominação, a finalidade, a estrutura organizacional e de cargos em comissão da Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEMARH e das entidades da Administração Indireta a ela vinculadas. Tendo como objetivos e diretrizes de assegurar o desenvolvimento sustentável e a manutenção do ambiente propício à vida, em todas as suas formas.

A Lei nº 7.802 de 11 de julho de 1989, regulamentada pelo Ato nº 55, de 11 de outubro de 2005, dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagem, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins.

3.3 INDICADORES DE DESEMPENHO

Segundo Furtado (2003), “indicadores são como unidades ou elementos chave que possam ser medidos e utilizados para: construir estatísticas, revelar a exatidão de situações ou eventos, sinalizar sintomas ou índices, e visualizar a condição de um determinado sistema”.

A seleção ou construção de indicadores representa a primeira iniciativa a ser tomada pela organização que queira implementar qualquer tipo de iniciativa, ferramenta ou tecnologia para medir o desempenho de suas atividades e avaliar os resultados e conseqüências dos aspectos e impactos – benéficos ou maléficos - para as atividades ou negócios da própria organização, para a sociedade e o ambiente, em geral, ou seja para todas as partes interessadas. (FURTADO, 2003, p.03).

3.3.1 Indicadores Socioambientais

Nos últimos anos, diversas instituições vêm, exaustivamente discutindo os conceitos e os preceitos do indicador e muitas definições têm sido formuladas. De forma geral, pode-se dizer que indicadores são parâmetros, ou funções derivadas deles, que têm a capacidade de descrever um estado ou uma resposta dos fenômenos que ocorre em um meio. Conforme já ressaltado pela OECD (Organization for Economic Cooperation and Development) (1994), quando um parâmetro é entendido como indicador, o seu valor transcende o número ou a característica em si, adquirindo outro significado (SANTOS, 2004, p.60).

Bons indicadores devem ter capacidade de gerar modelos que representem as realidades. Um indicador deve vir enriquecido de entendimento técnico, político, social e, conforme alerta Gallopin (1997), de conhecimento lógico e epistemológico. Para a EPA (Environmental Protection Agency) (1995), indicadores medem o avanço em direção a metas e objetivos. Os indicadores desmembram em objetivos e metas. (SANTOS, 2004, p.60).

A criação de indicadores foi sugerida desde 1987 no relatório Brundtland, e validado com a Agenda 21, na Conferência das Nações Unidas sobre Meio

Ambiente e Desenvolvimento de 1992, que ressaltam a necessidade de pesquisar e desenvolver novas ferramentas para avaliação de sustentabilidade.

Indicadores de sustentabilidade referem-se à combinação das tendências ambientais, econômicas e sociais. Esses sistemas devem mostrar a interação das três dimensões, sendo que o projeto de bons indicadores de sustentabilidade é tarefa difícil. A maioria dos atuais sistemas de indicadores surgiu durante o século XX e aborda as diferentes dimensões separadamente. Sistemas gerais de indicadores, relacionados com o desenvolvimento sustentável, surgiram apenas na última década, mas, têm avançado rapidamente (BELLEN; HANS, 2005, p.139).

Para Bellen e Hans (2005, p.141) “Indicadores é uma ferramenta fundamental de comunicação, que pode servir como importante guia para os tomadores de decisão e para o público em geral.”

3.3.1 Função de Indicadores

Desde o início da década de 1990, o desenvolvimento de indicadores tem recebido atenção cada vez maior de acadêmicos, profissionais de empresas e representantes de órgãos governamentais e não-governamentais. O uso de indicadores tem se tornado uma ferramenta essencial para medir e identificar oportunidades.

Segundo Campos (1998, p.123) “A medição é essencial. Se não podemos medir, não podemos controlar. Se não podemos controlar não podemos gerenciar. Se não podemos gerenciar não podemos melhorar e se não pudermos melhorar não podemos sobreviver.”

Os indicadores de desempenho devem funcionar como raios-X da situação atual da organização, devem ser representativos dos processos do negócio e permitir qualificá-los e, ainda, informar se o que está sendo executado é o que deve ser feito, se está sendo feito quando deve ser feito, e corresponde aos objetivos descritos nos planos estratégicos e operacionais da companhia. (CAMPOS, 1998 p.125).

Com o surgimento da certificação ISO 14000, que estabelece alguns termos e definições igualmente relacionados aos indicadores de performance ambiental, há uma tendência para que o perfil de indicadores seja estabelecido a partir de um tripé. A ISO 14000 distingue três tipos de indicadores: operacionais, gerenciais e de

condição ambiental. Essa classificação espelha o modelo desenvolvido pela OCDE para analisar o desempenho ambiental dos países. Esses indicadores são assim definidos:

- *indicadores operacionais*, que medem impactos efetivos ou potenciais sobre o meio ambiente, como a queima de combustíveis fósseis ou a conservação de recursos florestais em celulose;
- *indicadores gerenciais*, que medem esforços para reduzir ou mitigar efeitos ambientais, como os gastos de uma empresa para melhoria da eficiência do consumo de energia ou em programas de treinamento ambiental;
- *indicadores de condição ambiental*, que medem a qualidade ambiental, como a concentração da poluição do ar ou mudanças climáticas gerais. (DEMAROJOVIC, 2003, p.182).

Os diferentes estágios identificados no desempenho de organizações têm como corolário a percepção de que é necessária uma postura proativa frente à questão ambiental. Onde esta postura leva a necessidade do estabelecimento adotar uma sistemática para a execução, o que é materializado através das normas da série ISO 14001 (SEIFFERT, 2007, p.198).

Além da ISO, os avanços registrados no campo dos indicadores decorrem de iniciativas voluntárias comprometidas com uma melhor avaliação do desempenho ambiental de países e organizações, como a Coalition for Environmentally Responsible Economies (CERES), composta por mais de quinhentas entidades incluindo organizações ambientalistas e sociais, e o Conselho Empresarial Mundial para o Desenvolvimento Sustentável, integrado por cinquenta líderes empresariais de várias nações. (DEMAROJOVIC, 2003, p.183).

Segundo Tachizawa e Andrade (2008, p.105) “As medições precisam ser decorrência das estratégias corporativas da organização, abrangendo os principais processos, bem como seus resultados.”

É importante detalhar os indicadores de desempenho e de performance ambiental e social. Para tanto, foram definidas quatro categorias de indicadores de performance ambiental que procuram identificar se produtos, processos e serviços efetivamente previnem a poluição e promovem a eficiência no uso dos recursos:

- *uso de materiais*: relacionado às quantidades e tipos de materiais usados. Esse indicador acompanha a trajetória das matérias-primas e subcomponentes comprados, sua estocagem e processamento, distinguindo sua composição e Fontes. Está intimamente relacionado com a eficiência produtiva e, por conseguinte, com os custos.
- *consumo de energia*: relacionado às quantidades e tipos de energia usada e gerada. É análogo ao indicador de uso de materiais, diferenciando os tipos de recursos energéticos e combustíveis utilizados ou gerados.
- *saída de não-produtos*: relacionado às quantidades e tipos de resíduos gerados após a reciclagem, tratamento ou disposição. Permite identificar se há eficiência produtiva. Representa o desperdício de recursos, além de custos extras com a sua gestão.
- *emissão de poluentes*: relacionado às quantidades e tipos de poluentes emitidos no ar, água e solo. Reflete a introdução de materiais no meio ambiente e inclui produtos químicos e tóxicos, assim como gases que provocam o efeito estufa, resíduos sólidos e outros poluentes (DEMAROVIC, 2003, p.184).

Os indicadores são ferramentas fundamentais para tomadores de decisão e para a sociedade, eles possibilitam tanto criar cenários sobre o estado do meio, quanto aferir ou acompanhar os resultados de uma decisão já tomada. São indicativos das mudanças e condições no ambiente e, se bem conduzidos, permitem representar a rede de casualidades presentes num determinado meio. Os indicadores são empregados para avaliar e comparar territórios de diferentes dimensões e de diversas complexidades (SANTOS, 2004, p.61).

3.4 RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

“O comportamento dos consumidores está criando novas relações com as empresas no mundo inteiro e delineando os contornos de uma nova ordem econômica” (TACHIZAWA; ANDRADE, 2008, p.2).

Apesar da mudança comportamental desenvolvida pelo consumidor, temos encontrado muitos entraves por parte do empresariado. De um lado temos a consciência ambiental dos consumidores e do outro temos a visão empresarial de minimizar os custos de produção.

Até meados da década de 1980, predominou no discurso empresarial uma resistência a qualquer iniciativa de minimizar os impactos socioambientais decorrentes da atividade produtiva. No que se referia especificamente aos problemas de degradação ambiental, os representantes empresariais argumentavam que os custos adicionais para as empresas resultantes dos gastos em controle da poluição, comprometeriam a lucratividade, a competitividade e a oferta de empresas, gerando, portanto, prejuízos as partes interessadas, ou seja, trabalhadores, acionistas e consumidores. Nesse contexto, a estratégia das empresas era segundo jargão econômico, externalizar os custos ambientais, ou seja, transferi-los para a sociedade, poupando o verdadeiro causador de arcar com qualquer ônus para reverter o problema. (DEMAROJOVIC, 2003, p.33).

No entanto, a partir de meados da década de 80, o discurso empresarial que enaltecia o papel executivo das empresas como fomentadoras da riqueza, encontraria cada vez menos respaldo da sociedade. Ao mesmo tempo em que a mobilização em torno da questão ambiental multiplicava os debates sobre essa temática em diversos países, o setor público, por meio de suas agencias ambientais, aprimorava a regulação ambiental, convertendo os danos e as ameaças ao meio ambiente em custo direto para os negócios. Além disso, a exposição na mídia de tragédias ambientais provocadas por grandes empresas colocava o setor industrial como alvo prioritário dos protestos de grupos ambientalistas.

Conforme Denis Smith (1993), alguns acidentes ambientais marcaram a história da humanidade para sempre, dentre eles, destacam-se, o vazamento de metil-isocianato de uma subsidiária da *Union Carbide*, em Bhopal, que causou a morte de 3 mil pessoas e afetou outros milhares com a delimitação progressiva da saúde e a morte prematura; o vazamento de material radioativo de usina de *Chernobyl*, provocando a morte de 10 mil pessoas e mais um numero incalculável de câncer em vários países da Europa; o vazamento da *Exxon Valdez*, gerando prejuízos inestimáveis no Alasca. A multiplicação dos danos ambientais que, mesmo quando não tratados como catástrofes imediatas, se materializam diariamente na destruição da camada o ozônio pelos gases clorofluorcarbonos (CFCs), na

destruição das florestas provocada por indústrias de couro e de papel, no aquecimento global associado aos poluentes químicos e a emissão dos veículos, e em outras formas mais comuns de incômodos que podem ser observados na voz, na face, nos olhos e nas lágrimas dos habitantes de grandes centros urbanos, como a cidade de São Paulo no Brasil. (DEMAROJOVIC, 2003, p.34).

O final da década de 1980 e toda a década de 1990 são marcados pela formulação de novas abordagens teóricas nos países desenvolvidos sobre a relação das organizações empresariais com o meio ambiente, contrastando com o posicionamento tradicional das empresas até meados da década de 1980, como demonstra no quadro 02:

Período	Abordagem	Valor	Concepção	Atitude
Até 1970	Sem controle de poluição	Lucro	Indiferença aos problemas Ambientais	Poluir e degradar (externalizar custos)
Até 1985	Controle da Poluição	Lucro e respeito a regulação	O controle da poluição diminui os lucros	Poluir no limite que a regulação permite
Até 1998	Prevenção da poluição	Lucro, respeito à regulação e eficiência	Aumento dos lucros	Reduzir resíduos no processo produtivo e desenvolver maior política de segurança
?	Análise do Ciclo de Vida	Lucro, eficiência e qualidade ambiental	Aumento dos lucros e de vantagens competitivas no longo prazo	Gerenciar o produto desde a produção até sua disposição final
?	Desenvolvimento sustentável	Lucro e preservação da qualidade ambiental no longo prazo	Aumento da produção e de vantagens competitivas no longo prazo	Produzir produtos que não agredam o meio ambiente

Quadro 2 - Evolução das abordagens de gestão ambiental empresarial

Fonte: Ronie-Rechele G. Johnson, 1998 *apud* Demarajovic, 2003, p. 54.

“Embora existam diversos estudos mostrando as vantagens para as empresas de incorporar abordagens proativas no campo socioambiental, a maior parte das organizações continua a optar por uma estratégia reativa em seu dia-a-dia.” (DEMAROJOVIC, 2003, p.53).

Para as empresas, o desafio de superar a perspectiva reativa, segundo alguns teóricos das organizações, está justamente em conseguir conciliar o

investimento necessário para minimizar os impactos ambientais, mantendo a competitividade. Porter e Linde alertam esse desafio porque permanecem com uma visão dicotômica entre o meio ambiente e produtividade. Para esses autores, tal posição só seria válida em um mundo estático, onde tecnologia, produtos, processos e necessidades dos consumidores fossem todos fixos. Dessa forma, escolhidas as alternativas para redução dos custos, qualquer gasto adicional para cumprir os padrões de qualidade ambiental significaria um impacto nos custos de produção, afetando, portanto a competitividade (DEMAROJOVIC, 2003).

Estudos têm demonstrado que as estratégias mais comuns encontrada nas empresas que incorporam a gestão ambiental continuam a ser o investimento em tecnologias para controle da poluição. Essa alternativa resultou em ganhos para a qualidade ambiental em vários setores industriais. Conforme diversos estudos, publicados em revistas especializadas, mostram que um número significativo de empresas tem reduzido a emissão de poluentes perigosos e melhorado seu tratamento secundário em decorrência da modernização tecnológica e da racionalização dos processos produtivos.

Embora, de um lado, essa alternativa seja eficaz em fazer com que muitas organizações operam dentro dos padrões estabelecidos pela legislação e, portanto, evitam problemas futuros com órgãos ambientais, de outro acentua uma característica marcante das empresas em relação ao controle da qualidade ambiental: suas preocupações sociais e ambientais correm sempre atrás do avanço dos processos de produção, responsáveis pelos danos ecológicos. Isso fica evidente ao se considerar a opção da maioria em atuar no final do processo produtivo e não em seu início. Se as matérias-primas, as tecnologias e os produtos podem ser considerados elementos cruciais do processo de tomada de decisão das empresas, o mesmo não ocorre com a variável ambiental. O emprego de tecnologias de fim de tubo, que leva as empresas a investir em filtros ou centrais de tratamento de efluentes líquidos para garantir o cumprimento das normas ambientais, representa apenas uma correção da rota, depois de consumada a tomada de decisão. (DEMAROJOVIC, 2003, p.55).

A responsabilidade socioambiental é a resposta natural das empresas ao novo cliente, o “consumidor verde” e ecologicamente correto. A “empresa verde” passou a ser sinônimo de bons negócios e, no futuro, será a principal forma de empreender negócios de forma duradoura e lucrativa. Quanto antes as organizações

começarem a enxergar a sustentabilidade como seu principal desafio e como oportunidade competitiva, maior será a chance de que sobrevivam (TACHIZAWA; ANDRADE, 2008, p.1).

3.4.1 O desafio do processo de aprender no campo socioambiental

Uma organização aprende sempre que seu repertório de informações (conhecimento, entendimento, know-how, técnicas e práticas), construindo e transformando diariamente por meio das relações internas e externas e da aquisição e perda de membros, modifica as estratégias organizacionais. No entanto, será o embate entre seus membros que determinará se o conhecimento em transformação diária será utilizado para a preservação do conhecimento associado às habilidades e atividades ou será transformado com o objetivo de desenvolver novas habilidades e atividades.

Os recentes debates sobre a responsabilidade socioambiental das empresas põem em xeque a visão do desempenho organizacional, centrado exclusivamente nos indicadores financeiros tradicionais, como lucratividade, participação no mercado e nível de investimento. Assim, a definição dos valores que qualificam a melhoria torna-se crucial, uma vez que os ganhos de eficiência nem sempre são normalmente construídos e a forma pela qual avaliamos sua validade que determinam a qualidade do aprendizado.

Mesmo não querendo, as empresas que lideram o discurso do emprego moderno terão que reconhecer que são participantes responsáveis de uma ordem moral tendo que aceitar limite, exercer cautela e reconhecer valores múltiplos, melhorar – nas palavras de Selznick – sua competência moral.¹⁰

Assim, a discussão sobre o aprendizado organizacional não se limita à capacidade de manter uma organização competitiva; inclui também a capacidade de se adequar às demandas sociais e ambientais em um contexto de mudança. (DEMAROJOVIC, 2003, p.167).

¹⁰ Peter Spnik, “Empregabilidade – comentários a partir do ensaio de Helena Hirata”, em Alípio Casali ET AL., *Empregabilidade e educação...*, cit., pp.51-57.

Para Ponchirolli (2009, p,46):

“A experiência histórica, a tradição de liberdade e a democracia criam nas pessoas, nos grupos e na sociedade o senso da justiça que se traduz em sentenças sapienciais, as nossas convicções ponderadas que serão elevadas a princípios de nova sociedade”.

3.5 RESPONSABILIDADE SOCIAL NO BRASIL

No Brasil os investimentos sociais deixam de ser um apêndice no cotidiano das empresas e passa a ser um fator motivacional no negócio. Empresários viabilizam ações sociais direcionadas aos seus funcionários e familiares, como também as comunidades ao entorno de sua empresa.

As desigualdades sociais no Brasil conferem à responsabilidade social empresarial uma relevância ainda maior. O governo e a sociedade brasileira têm repassado às empresas, o cumprimento de uma nova realidade no processo de desenvolvimento social, assumindo o papel de atores de mudança social, construtores de uma sociedade melhor.

No Brasil, o movimento de valorização da responsabilidade social empresarial ganhou forte impulso na década de 90, mediante a ação de entidades não-governamentais (ONGs), institutos de pesquisa e empresas sensibilizadas para a questão. O trabalho do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE), ONG criada pelo sociólogo Herbert de Souza para a promoção do Balanço Social, contribuiu para a valorização desta questão no contexto organizacional (IBASE, 2009). O Instituto ETHOS de Responsabilidade Social, fundado em 1998, uma associação de empresas sem fins lucrativos, ao criar indicadores de Responsabilidade Social reforçou o envolvimento dos empresários e da sociedade brasileira sobre este tema (ETHOS, 2009).

Desde o final dos anos 80, o trabalho do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE) passou a desenvolver e mobilizar ações políticas, campanhas públicas, monitoramento de processos legislativos e políticas públicas tendo como figura principal um de seus fundadores, o sociólogo Herbert de Souza, o Betinho (IBASE 2009).

Atualmente, o IBASE, além de continuar defendendo causas públicas, trabalha também com o exercício da responsabilidade social através da idéia de se desenvolver empresas-cidadãs, comprometidas com a qualidade de vida da sociedade e que, por meio de seu Balanço Social, apresentem seus investimentos nos mais diversos projetos sócio-culturais.

3.5.1 Compromisso do Instituto Ethos

O Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social é uma organização não-governamental criada com a missão de mobilizar, sensibilizar e ajudar as empresas a gerir seus negócios de forma socialmente responsável, tornando-as parceiras na construção de uma sociedade sustentável e justa.

A missão do Instituto Ethos é disseminar a prática da responsabilidade social empresarial, ajudando as instituições a:

1. compreender e incorporar de forma progressiva o conceito do comportamento empresarial socialmente responsável;
2. implementar políticas e práticas que atendam a elevados critérios éticos, contribuindo para o alcance do sucesso econômico sustentável em longo prazo;
3. assumir suas responsabilidades com todos aqueles que são atingidos por suas atividades;
4. demonstrar a seus acionistas a relevância de um comportamento socialmente responsável para o retorno em longo prazo sobre seus investimentos;
5. identificar formas inovadoras e eficazes de atuar em parceria com as comunidades na construção do bem-estar comum;
6. prosperar, contribuindo para um desenvolvimento social, econômica e ambientalmente sustentável (ETHOS, 2010).

3.5.1.1 Princípios Ethos

Segundo o Instituto Ethos as Empresas associadas ao Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social e que compartilha a visão de que cabe às empresas o desafio de aperfeiçoar suas práticas de gestão, de modo a gerar

impactos sociais e ambientais positivos e a reduzir e minimizar eventuais impactos negativos é adotado os seguintes princípios:

A) Primazia da ética

O princípio ético do recíproco respeito aos direitos de cidadania e à integridade física e moral das pessoas constitui a base que orienta e fundamenta nossas relações com toda e qualquer pessoa envolvida e/ou afetada por nossas ações.

B) Responsabilidade social

Reconhecer a responsabilidade pelos resultados e impactos das ações de nossa empresa no meio natural e social afetados por nossas atividades empresariais e emvidar todos os esforços no sentido de conhecer e cumprir a legislação e de, voluntariamente, exceder nossas obrigações naquilo que seja relevante para o bem-estar da coletividade. Procurar desenvolver e divulgar a todas as partes interessadas um programa ativo e contínuo de aperfeiçoamento ético de nossas relações com as pessoas e entidades públicas ou privadas envolvidas em nossas ações.

C) Confiança

A confiança recíproca entre as partes envolvidas é um valor básico e fundamental sobre o qual se assentam todas as relações. A observância aos compromissos assumidos e a sinceridade em assumir apenas aqueles compromissos que somos capazes de cumprir são condições que sempre podem ser cobradas de nós e que cobraremos dos demais. Procurar identificar, discutir e agir em situações, atuais ou potenciais, que ponham em risco a coerência e a consistência de nossos princípios e valores.

D) Integridade

Procurar conduzir todas as atividades com integridade, combatendo a utilização do tráfico de influência e o oferecimento ou o recebimento de suborno ou

propina por parte de qualquer pessoa ou entidade pública ou privada; buscar influenciar fornecedores e parceiros para que também combatam práticas de corrupção, nas esferas pública e privada.

E) Valorização da diversidade e combate à discriminação

Respeitar e valorizar as diferenças como condição fundamental para a existência de uma relação ética e de desenvolvimento da humanidade. Procurar estimular a promoção da diversidade cultural, social e étnica como um diferencial positivo de desenvolvimento da nossa missão. Não toleraremos a discriminação sob qualquer pretexto.

F) Diálogo com as partes interessadas

Acreditar que o diálogo é o único meio legítimo de realização da persuasão, superação de divergências e resolução de conflitos. Buscar identificar e atender aos legítimos interesses das várias partes interessadas - pessoas ou grupos de pessoas e organizações afetadas pela nossa atuação – de maneira equânime, transparente e sem subterfúgios, garantindo-lhes veracidade e objetividade nas informações.

G) Transparência

Considerar indispensável que a sociedade tenha acesso às informações sobre o comportamento ético e responsável das empresas. Buscar disponibilizar, de forma satisfatória e acessível, os dados e informações que permitam a avaliação das contribuições e impactos sociais e ambientais de atividades, ressalvadas as informações confidenciais.

H) Marketing responsável

Buscar orientar nossa política de marketing e comunicação pelo respeito à veracidade, consistência e integralidade das afirmações, refletindo nossos valores e estimulando o comportamento ético e responsável do público.

I) Interdependência

Considerar que o sucesso do nosso empreendimento é interdependente com o bem-estar da sociedade. A saudável disputa nos negócios deve promover a sustentabilidade social, econômica e ambiental.

J) Comunidade de aprendizagem

Ser parte de uma comunidade em processo de aprendizagem e evolução baseada no contínuo aperfeiçoamento das práticas e processos de gestão das empresas. Participar do Instituto Ethos é participar desta comunidade¹¹.

No quadro 3, estão apresentados os 10 princípios e as origens do Pacto Global do Instituto Ethos:

Declaração Universal dos Direitos Humanos
Princípio 1: As empresas devem apoiar e respeitar a proteção de direitos humanos internacionalmente proclamados. Princípio 2: As empresas devem certificar-se de que não são cúmplices em abusos de direitos humanos
Declaração de Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho
Princípio 3: As empresas devem apoiar a liberdade de associação e o efetivo reconhecimento do direito à negociação coletiva Princípio 4: As empresas devem apoiar a eliminação de todas as formas de trabalho forçado ou compulsório Princípio 5: As empresas devem apoiar a efetiva erradicação do trabalho infantil Princípio 6: As empresas devem apoiar a eliminação de discriminação relativa ao emprego e à ocupação
Declaração do Rio sobre Ambiente e Desenvolvimento
Princípio 7: As empresas devem apoiar uma abordagem preventiva aos desafios Ambientais Princípio 8: As empresas devem desenvolver iniciativas para promover maior responsabilidade ambiental Princípio 9: As empresas devem incentivar o desenvolvimento e a difusão de tecnologias ambientalmente amigável.
Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção
Princípio 10: As empresas devem trabalhar contra todas as formas de corrupção, incluindo extorsão e suborno.

Quadro 3 - Princípios do Pacto Global (Uniethos, 2004)

Em 30.12.2004 entrou em vigor a Norma NBR 16001 de Responsabilidade Social emitida pela Associação Brasileira de Normas Técnica ABNT. A ABNT NBR 16001 foi elaborada na Comissão de Estudo Especial Temporária da Responsabilidade Social (ABNT/CEET - 00:001.5). Esta Norma estabelece os requisitos mínimos relativos a um sistema de gestão da responsabilidade social,

¹¹ Instituto Ethos <http://www.ethos.org.br/> pesquisado em maio 2010.

permitindo a organização formular e implementar uma política e objetivos que levem em conta os requisitos legais e outros, seus compromissos éticos e sua preocupação com a promoção da cidadania; promoção do desenvolvimento sustentável e transparência das suas atividades (NBR, 16001, 2004).

Nas últimas décadas têm crescido a mobilização e a preocupação da sociedade com temas associados à ética, cidadania, direitos humanos, desenvolvimento econômico, desenvolvimento sustentável e inclusão social. Neste sentido, organizações de todos os tipos estão cada vez mais preocupadas em atingir e demonstrar desempenhos ambientais, econômicos e sociais adequados, controlando os impactos de suas relações, processos, produtos e serviços na sociedade, de forma consciente com sua política e com seus objetivos de responsabilidade social (NBR, 16001, 2004).

Diante da atual realidade de responsabilidade social, surgiram nas empresas o conceito de responsabilidade social empresarial (RSE) ou responsabilidade social Corporativa (RSC). Na nova concepção de empresa, esta compreende a atividade econômica não deve orientar-se somente por uma lógica de resultados, mas também pelo significado que esta adquire na sociedade como um todo. Cada vez mais a empresa é compreendida menos como uma unidade de produção, e mais como uma organização. E, como tal, é um sistema social, formado por um conjunto de pessoas que para ela convergem para alcançar determinados fins. Nesta perspectiva, o grupo social que constitui a organização deverá ter uma liderança que deve estabelecer e firmar objetivos éticos para orientar suas atividades (DIAS, 2009, p.155).

3.6 ESTRATÉGIAS ORGANIZACIONAIS

Segundo Winsemius e Guntram (2004, p.34) entre as numerosas instituições da sociedade, as empresas privadas – têm tipicamente estado na linha de frente dos debates proporcionados pelas mudanças de atitudes, com relação ao meio ambiente. Isto tem sua razão, pois a maioria das preocupações ambientais é gerada pelo impacto de nosso desenvolvimento econômico sobre o meio ambiente, num processo que, histórica e primeiramente, envolve extração e transformação de recursos naturais e geração de resíduos, em sua maior parte pela ação de

empresas. Destarte, considerados os mais importantes atores sociais do mundo atual e frente aos problemas ambientais, as empresas têm o papel preponderante no palco dos acontecimentos.

Segundo Winsemius e Guntram, (2004) quando examinamos as formas como as empresas têm respondido aos desenvolvimentos ambientais nas últimas duas ou três décadas, podemos identificar quatro tipos de respostas;

a) Reativa. A resposta empresarial às primeiras reivindicações ambientais e a legislação resultante é tipicamente relutante, técnica e orientada para cumprir requisitos legais. As restrições novas que surgem são consideradas injustas, excessivas e restritivas as suas operações, como se fossem freios ao desenvolvimento da empresa e ao valor de suas ações. Em essência, a resposta reativa diz: “Nós pensamos que tudo isso é um exagero, as medidas legais são um verdadeiro golpe mortal para nós e os problemas apresentados carecem de um fundamento e de prova científica. Entretanto, se o governo nos ordena e se todos nossos competidores também forem forçados a cumprir, nós teremos que cumprir”. Essas empresas, nesta fase, encaram o planejamento ambiental como um sistema *ad hoc* de se manterem sem problemas, atendidos em suas demandas, mas sempre minimizando os custos e esforços dedicados a esta finalidade.

Assessores especiais são usualmente contratados com o fato de assegurar que as operações atendam aos requisitos das normas e procedimentos. Isto quase sempre é representado por soluções de “final de tubo”, por exemplo, adicionando algo a suas instalações atuais, tais como polimento de efluentes, antes de sua descarga em corpos receptores, filtro ou lavadores de gases de chaminés, ou mesmo empregado conversores catalíticos nos automóveis existentes. Esta reação minimalista deve-se não só a relutância dos líderes, mas também ao fato de que os departamentos e divisões das empresas – normalmente compostos de técnicos de processo e cientistas – carecem de fundamentação e apoio, recursos e credibilidade para solução de causas mais radicais, do risco ambiental de explorar oportunidades ambientais.

b) Funcional. As empresas ganham experiência e ficam mais à vontade com a nova realidade e com as novas responsabilidades que passam a assumir gradativamente. A mudança para uma atitude mais positiva lhes possibilita dizerem: “Muito bem, se temos que fazer, vamos fazer de forma inteligente. Vamos fazer com um custo adequado”. Isto é duplamente lógico, uma vez que a maioria das soluções

mais simples de realizar é implementada – os frutos mais imediatos são de pronto colhidos -, sem falar que o custo da próxima geração de requisitos legais aumentaria sensivelmente.

c) Integrada. À medida que a atitude da sociedade para com o meio ambiente muda para uma perspectiva mais abrangente e mais ampla, voltada para os ecossistemas (o quarto degrau...), os diferentes autores do palco ambiental perceberão que, para chegar a soluções tipo três “E” (eficiência, eficácia e equidade), eles precisarão cooperar interativamente uns com os outros. Consequentemente, governos e ONGs começarão a alçar seus raciocínios em busca das empresas. As soluções, naturalmente, deverão ser positivas propiciadas pelo “tentar satisfazer as exigências”. As mudanças que ocorrem na sociedade também serão refletidas na expansão do espaço de diferenciação, ao longo da dimensão de mercado: as escolhas dos consumidores começarão a exercer uma influência na atuação empresarial na área ambiental.

Os líderes empresariais têm sido cada vez mais responsabilizados pela integração do meio ambiente e suas estratégias e às operações de suas unidades. Os horizontes da política empresarial também se enlanguescem; algumas medidas são tomadas visando a um melhoramento ambiental, dentro de dez e até mesmo 20 anos pela frente. Mais ainda, à medida que “aprendem suas lições” com as experiências ambientais anteriores – quando os resíduos de processos ou produtos vieram em contrariedade aos próprios produtores, por exemplo, ao terem que proceder a caríssimas limpezas de solo – eles passaram a adotar o pensamento de “berço de túmulo”, pelo qual aceitam a responsabilidade por seu produto, mesmo nas etapas posteriores à sua venda. Também fazem novas parcerias com seus fornecedores, seus clientes, seus distribuidores e, em especial, com seus concorrentes, em busca de metas estabelecidas de comum acordo, tais como na área de coleta e reciclagem de resíduos, rotulagem, selos verdes e acordos contratuais com governos.

d) Pró-ativa. Embora existam sinais que evidenciam que algumas empresas começam a mexer com esta nova maneira de abordar o meio ambiente, a administração ambiental pró-ativa é ainda, primariamente, uma coisa do futuro. Podemos vir a constatar-la ao longo dos próximos anos, sob a forma crescente das respostas empresariais modernas, à medida que os diversos interessados e colaboradores anseiem por soluções sustentáveis.

A luta em busca de sustentabilidade se tornará cada vez mais aguda, à luz da realidade ambiental atual e da conscientização do público sobre os desafios ambientais globais. Ameaças às garantias ecológicas globais não são difíceis de encontrar. Na verdade, elas são cada vez mais reais. Além das desestabilizações largamente reconhecidas da atmosfera, causadas por danos à camada de ozônio e pelos gases de efeito estufa, há uma crescente preocupação com a desestabilização dos oceanos, o que teria implicações em todos os aspectos da vida. Os sinais de alarme começam a evidenciar-se, variando de mudanças nas correntes marítimas, ao crescimento excessivo de algas, também “a quebra dos sistemas de imunidade e defesa das espécies e à crescente frequência e porte dos furacões (WINSEMIUS, et al., 2004, p. 41).

Como resposta, os governos e o público em geral passam a ter a expectativa de que as empresas - em particular as grandes multinacionais – por força do seu impacto sobre o meio ambiente e o montante de recursos sobre os quais exercem um comando, assumam uma quota mais significativa de responsabilidade. Os governos de todos os países precisam do comprometimento das empresas para combater os impactos ambientais e melhorar a qualidade ambiental. Por outro lado, entidades multilaterais como as Nações Unidas e o Banco Mundial, ainda que estejam avançando, não assumem a tarefa de conceber e implementar uma política com base em Três “E” (eficiência, eficácia e equidade), que são sempre necessárias para o equilíbrio ambiental. Os governos, portanto, cada vez mais, estão numa posição de pedir aos empresários que assumam uma postura de co-liderança (WINSEMIUS, et al., 2004, p. 42).

Ao mesmo tempo, cada vez mais, tanto clientes quanto co-trabalhadores potenciais e efetivos demandam que as empresas com as quais têm transações embarquem num tipo pró-ativo de administração quanto a meio ambiente. Os líderes de topo das empresas se tornarão mais e mais cientes deste desafio e responderão de forma mais aberta, ambientalmente falando e como cidadãos mais conscientes, mesclando suas preocupações com seus negócios e responsabilidades (WINSEMIUS, et al., 2004, p. 42).

3.7 MARKETING VERDE NA GESTÃO AMBIENTAL

O marketing verde ou ecológico vai além de simplesmente um conjunto de técnicas voltadas para projetar e comercializar produtos que não prejudiquem o meio ambiente e a biodiversidade do planeta. É também uma forma de articular as relações entre o consumidor, a empresa e o meio ambiente. Assim, ao se adotar uma filosofia de marketing ecológico, deve-se ter em mente essa concepção macro do processo, onde a compreensão da importância da preservação do meio ambiente e da biodiversidade esteja empregada em toda filosofia da organização, incluindo principalmente o comportamento cotidiano das pessoas que a integram (DIAS, 2009. p.142).

Existe, portanto, um risco assumido pelas empresas ao adotarem campanhas associadas aos benefícios do produto ao meio ambiente. São imensuráveis os prejuízos causados por uma incoerência que possa causar numa perda de confiança do consumidor. Para prevenir que falhas não ocorram, é importante que se desenvolvam ações de promoção ecológicas internas as empresas, procurando alcançar uma cultura baseada em valores ambientalmente saudáveis. Os processos de gestão que envolve questões ambientais devem ser sempre integrais, para incorporar todos os ângulos que envolvem o problema.

Como exemplo real do marketing ecológico, foi publicado pela Gazeta Mercantil no dia 26 de maio de 2009, artigo **“Polietileno verde, um sinal positivo”** com o **texto abordando a relação entre a petroquímica e a sustentabilidade**. “Celebrando o Dia da Terra, empresas focadas na descarbonização de produtos e serviços, interessadas em atrair atenção de investidores, tocaram o sino de abertura do pregão da Bolsa de New York (NYSE). No mesmo dia 22 de abril, o lançamento da pedra fundamental do polietileno verde da Braskem, no Pólo Petroquímico de Triunfo, Rio Grande do Sul, sinal positivo da indústria brasileira, surpreendeu pela pobre divulgação em nível nacional e a ausência no noticiário internacional brasileiro e desconhecido do mundo, o polietileno verde remete a questões que esquentam os cérebros das corporações”(GAZETA, 2009).

O citado artigo levanta questões e sugere respostas para o consumidor, entretanto, o marketing ecológico deve ser assumido como uma ferramenta de gestão importante, principalmente porque “os elementos que são levados em consideração para a decisão de consumo de um produto nem sempre estão ligados as suas características intrínsecas” (DIAS, 2009. p.143).

4. POLITICAS EMPRESARIAIS DE PRESERVAÇÃO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE

Devido aos problemas provocados pelo homem, com o uso contínuo dos recursos naturais e da degradação do meio ambiente, políticas de preservação ambiental e sustentabilidade tem sido um assunto em evidência. Diante deste cenário, o tema de preservação ambiental, vem sendo discutido pelos governos, sociedade, empresas publicas e privadas. As atividades dos ambientalistas, como os Greenpeace tem sido foco de interesse de muitos autores que se concentram na conservação dos ecossistemas, aliados ao desenvolvimento sustentável.

A sustentabilidade é máquina poderosa para promover o crescimento da economia e das empresas, impulsionando a inovação e novas tecnologias. Em 2004, US\$5,8 Bilhões foram gastos em iniciativas de “edifícios verdes”, projetos e construção de prédios saudáveis, eficientes e eco amigáveis. Neste novo mercado, desenvolvem-se negócios inteiramente novos, como eletrodomésticos eficientes em energia, vasos sanitários de baixo fluxo, aquecimento ultra-eficiente, aquecimento e eletricidade solar, refrigeração supereficiente e sistemas de isolamento (SAVITZ; WEBER, 2007, p. 42).

Cada vez mais, os indivíduos estão mais conscientes e pensam sobre o seu impacto no meio ambiente. A melhoria da qualidade ambiental torna-se um objetivo em si, com seu próprio direito. As empresas admitem que o desafio ambiental poderá oferecer oportunidades de negócios, pois os consumidores de certos segmentos têm desenvolvido boa vontade de pagar um “preço prêmio” por serviços e produtos destinadamente mais “verdes”. A conservação da natureza deixa de ser atitude meramente defensiva e passa a ser uma atitude de desenvolvimento da natureza. Com os dirigentes de topo, gerentes e co-operadores labutando em busca de auto-respeito, torna-se um motivo de reconhecimento pessoal e coletivo assumir uma postura de liderança ambiental (WINSEMIUS; GUNTRAM. 2004. p.32)

A racionalidade de preservação ambiental se apresenta como o reatamento de processos no sentido da sustentabilidade. A transição para a sustentabilidade convulsiona os tempos onde se entrecruzam as inércias em aceleração das racionalidades estabelecidas e o desencadeamento de novos processos para

desenvolver o potencial ambiental, a conformação de novas consciências, a constituição de novos autores e a produção de mudanças institucionais mobilizadas por novos valores e racionalidades (LEFF, 2001. p.408)

4.1 SUSTENTABILIDADE NO DISCURSO EMPRESARIAL

“Satisfazer às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de futuras gerações atenderem suas próprias necessidades” – eis a definição ampla de sustentabilidade da Comissão Brundtland, o quinto e mais elevado escalão da pirâmide das hierarquias de necessidades ambientais, que também representa o topo de qualidade em gestão ambiental. Em comparação com a abordagem integrada, que, conforme já vimos, envolve a incorporação das considerações ambientais à estratégia de operações das empresas, a resposta pró-ativa apresenta uma demanda bem superior. Textualmente requer-se um salto quântico, em todos os aspectos da vida das empresas, refletido em todos os seus sistemas. Como poderiam ser esperadas, as tarefas da liderança envolvidas para atingir este objetivo são formidáveis e complexas. Mas, tudo poderá ser resumido por apenas duas palavras: inspiração e confiabilidade. Juntas, as duas palavras fornecem os ingredientes necessários à geração da energia humana requerida para o sucesso num programa de mudança. (WINSEMIUS; GUNTRAM, 2004, p.237)

A noção de desenvolvimento sustentável começou a ser amplamente empregada pelos estudiosos e políticos do meio ambiente após o Relatório de Brundtland e, particularmente no Brasil, após o ECO 92, realizada no Rio de Janeiro. Incorporando a concepção de eco-desenvolvimento, já anteriormente desenvolvida principalmente por Ignacy Sachs, o ideário do desenvolvimento sustentável tem como orientação assegurar condições da vida presente – em vários âmbitos – sem comprometer as necessidades das futuras gerações. Vários debates acadêmicos e discussões entre estudiosos têm sido realizados em torno da noção, principalmente em função de seu caráter normativo e polissêmico. (RUSCHEINSKY, 2004, p.62)

Práticas que promovem certos aspectos da sustentabilidade estão por aí há muito tempo. Algumas empresas notáveis sempre procuraram comportar-se de maneira responsável em relação a seus recursos e impactos. Mas as áreas que hoje

caracterizam o movimento da sustentabilidade, meio ambiente, relações com a comunidade, práticas trabalhistas, responsabilidade social e outras – sempre foram encaradas de maneira isolada umas em relação às outras, com as empresas tratando de questões específicas com base em suas circunstâncias especiais ou necessidades de negócios ou em consequência da personalidade de seus líderes. Assim, ao tentarmos levantar a história das empresas sustentáveis, encontramos casos esparsos e desconexos, que descrevem os esforços pioneiros de poucas organizações em áreas restritas. Em retrospectiva, essas iniciativas são as primeiras manifestações do atual movimento da sustentabilidade, tendência muito mais forte, difusa e integrada, que hoje está transformando as empresas (SAVITZ, 2007: p.27).

As empresas estão falando muito sobre sustentabilidade, mas as questões relacionadas ao tema estão sendo realmente incorporadas ao seu planejamento estratégico? Para descobrir isso, o Núcleo de Sustentabilidade e Responsabilidade Corporativa da Fundação Dom Cabral, de Belo Horizonte, realizou no ano passado entrevistas com 30 executivos do alto escalão de 30 grandes empresas de mais de oito setores instaladas no país. A conclusão foi de que os desafios brasileiros para a sustentabilidade - cerca de 31% deles, definidos por meio de entrevistas com especialistas - estão sendo apenas moderadamente incorporados ao planejamento estratégico dessas empresas. Do conjunto de desafios, 33,9% ainda não foram incorporados e 12,6% foram inseridos apenas na elaboração de cenários, contra 53,5% que foram incorporados aos objetivos ou às ações estratégicas (EXAME, 2007).

A pesquisa "Desafios para a Sustentabilidade e o Planejamento Estratégico das Empresas no Brasil" também revelou outros fatos curiosos. Vamos a alguns deles:

- As empresas "engajadas" percebem seus impactos sobre os desafios, na grande maioria dos casos, como positivos, e muito raramente, como negativos. Alguns exemplos engraçados: nem mesmo a nata acredita que suas atividades contribuem de alguma forma para a mudança climática. "Se um consumidor normal já tem impacto negativo sobre a energia, o que dizer de uma empresa?", diz Roberta Mokrejs Paro, pesquisadora da FDC e co-autora da pesquisa. "Estamos falando de um grupo de empresas que está muito familiarizado com o tema, mas que ainda precisa pensar de maneira mais sistêmica sobre os seus impactos diretos e indiretos".

- As empresas dão mais bola para os desafios ambientais: energia, água, equilíbrio dos ecossistemas e serviços ambientais. Embora os considerem difíceis de ser enfrentados, estão conseguindo incorporá-los à estratégia. "Colabora para isso o fato de que as questões ambientais podem ser mais facilmente traduzidas em custos e em redução de custos", diz Roberta. Como illustrei acima com o exemplo da mudança climática, as empresas não vêem seus impactos ambientais como negativos. Eles são geralmente positivos ou quando muito... nulos!
- Os desafios sociais, como distribuição de renda, violência e tráfico e saúde pública, são considerados difíceis de ser enfrentados. As empresas têm dificuldade de perceber sua relação com eles e de traduzi-los em termos financeiros. "Os estrategistas das empresas não enxergam o link entre seus negócios e os problemas sociais", afirma Boechat.
- Segundo as empresas, elas não se mexem para enfrentar alguns desafios porque não há articulação institucional entre elas mesmas, governo e sociedade civil (REVISTA EXAME, 2007).

Muitas empresas estão falando e escrevendo sobre sustentabilidade em seus discursos, textos e relatórios anuais. Espera-se que não sejam tão somente discurso vazio e que tenham um forte embasamento de ações realmente sustentáveis e que possuam exatidão sobre o que estão realmente falando e escrevendo. É importante que todos saibam a verdadeira definição da palavra sustentabilidade. Muitos empresários pensam que está fazendo tudo e um pouco mais do que precisa ser feito, para se tornarem empresas verdes e acham que estão garantindo a sustentabilidade de seus negócios. Como também, muitos ambientalistas fundamentam sua definição na prevenção dos impactos ao meio ambiente, à fauna e à flora e se esquecem do pilar econômico do desenvolvimento sustentável. A sustentabilidade envolve a todos e não apenas alguns setores da sociedade.

A revista *Época Negócios* de agosto de 2009 trata sobre a saga de empreendedorismo verde. Nessa edição, *Época NEGÓCIOS* dá respostas práticas às principais questões que as pessoas precisam saber e como agir diante das mudanças climáticas, três meses antes da Conferência de Copenhague. Dividida em cinco itens, uma reportagem especial aponta riscos e oportunidades e o sentido de

liderança das empresas que já começaram a agir. O mundo está em processo de transformação. Os novos paradigmas de sustentabilidade desafiam o senso de urgência de governos e empresas. (Revista Época Negócios, 2009).

A revista Época Negócios de ago. 2009, traz como destaque várias reportagens, as quais valem à pena mencionar algumas delas:

- a) **Natureza inovadora** - Foram necessários 12 anos para que Leontino Balbo Jr. provasse que um negócio aliado ao meio ambiente dá lucro. Ele criou uma nova forma de plantar cana e pôs o país no mercado global dos orgânicos. Sua Native está em 67 países, vai faturar R\$ 100 mi em 2009 e é exemplo de empresa sustentável, segundo a ONU¹².
- b) **O que você e sua empresa precisam saber sobre mudanças climáticas** - As alterações no clima estão afetando de forma crescente o modo como as empresas fazem negócios. Seja porque têm de enfrentar novos riscos, seja porque viram oportunidades ou estão sofrendo pressões de consumidores e governos, as companhias não podem mais se dar ao luxo de ignorar o assunto¹³.
- c) **Ele criou um carro a vento** - O inglês Dale Vince montou a Ecotricity, uma das maiores geradoras de energia eólica da Grã-Bretanha. Agora ele trabalha para construir o Nemesis, protótipo de um carro menos poluente, movido a baterias. Sua intenção? Provocar um debate sobre mobilidade no Reino Unido. Mas, Vince, que bancou o luxo de mandar fazer para si próprio um veículo elétrico sob encomenda, nunca teve um carro e sequer construiu uma bicicleta motorizada na vida¹⁴.

4.2 SUSTENTABILIDADE COMO PRÁTICA EFETIVA

Muitas organizações divulgam suas ações socioambientais para a sociedade como forma de marketing. É preciso ter cautela na comunicação das ações

¹² Revista Época Negócios, Editora Globo, SP, ago. 2009, p.86;101.

¹³ Revista Época Negócios, Editora Globo, SP, ago. 2009, p.104;120.

¹⁴ Revista Época Negócios, Editora Globo, SP, ago. 2009, p.57;62.

socioambientais, obedecendo a uma "regra" de só divulgar quando o projeto ou ação necessitar de mobilização da população, onde o público em geral precisa necessariamente tornar conhecimento para alavancar esforços em prol da causa que está sendo defendida.

Quando se trata de sustentabilidade, o importante é ser responsável e agir de forma ética sem apropriar-se dos valores da responsabilidade social empresarial como mero suporte ao discurso de marketing da empresa. Uma organização responsável jamais deva usar da publicidade de investimentos sociais e ambientais pura e simplesmente como uma ferramenta de promoção. Esta prática representa "uma violência à sociedade".

Para que uma organização possa divulgar as suas práticas socioambientais é importante que elas estejam realmente seguras de sua atuação social e ambientalmente responsável. O consumidor hoje, já tem a capacidade de desenvolver o seu senso crítico e perceber quando algo é falso ou quando a ação reflete em um compromisso coerente da organização. Assim sendo, divulgar é uma tendência dos departamentos de marketing das organizações, porém, dentro dessa prática, existem algumas que fazem isso como parte da essência de sua marca, e aqueles que fazem simplesmente como uma "ação de marketing". O importante é publicar apenas as ações de responsabilidade social que traduzem aquilo que a organização efetivamente pratica.

A mobilização e conscientização dos funcionários dentro da organização, inserindo uma cultura em que os valores de responsabilidade social realmente sejam praticados dentro da empresa. Assim, todos efetivamente serão voluntários a causa, contribuindo, para que a comunicação com os stakeholders ocorra de forma natural, não sendo necessário chamar a atenção dos públicos de interesse para tentar melhorar a imagem do negócio.

Conforme Tachizawa e Andrade (2008, p.220) "A empresa socialmente responsável deve se envolver com seus fornecedores e parceiros, cumprindo os contratos estabelecidos e trabalhando pelo aprimoramento de suas relações de parceria".

4.3 SIGNIFICADO DE TER A GESTÃO AMBIENTAL COMO ESTRATÉGIA COMPETITIVA

Toda e qualquer empresa, seja ela industrial ou comercial, para se manter no mercado, precisa ser competitiva. A instabilidade impera neste ambiente totalmente instável e a competitividade é uma habilidade imprescindível para as organizações. Assim sendo, as estratégias gerenciais deve estar alinhadas com as tendências do mercado, tratando o desenvolvimento socioambiental como fator imperativo das novas exigências do consumidor e sociedade em geral. Para manter-se competitiva neste novo cenário, as empresas precisam oferecer produtos ecologicamente corretos, como também, estabelecer um relacionamento ético com os *stakeholders*, fazendo da Gestão Ambiental uma ferramenta estratégica neste novo século.

Para Dias (2009, p.52) o nível de competitividade de uma empresa depende de um conjunto de fatores, variados e complexos, que se inter-relacionam e são mutuamente dependentes, tais como: custos, qualidade dos produtos e serviços, nível de controle de qualidade, capital humano, tecnologia e capacidade de inovação. Sendo que, nos últimos anos a gestão ambiental tem adquirido cada vez mais uma posição destacada, em termos de competitividade, devido aos benefícios que traz ao processo produtivo de modo geral.

Entre as vantagens competitivas da gestão ambiental, podemos identificar as seguintes:

- com o cumprimento das exigências normativas, há melhora no desempenho ambiental de uma empresa, abrindo-se a possibilidade de maior inserção num mercado cada vez mais exigente em termos ecológicos, com a melhoria da imagem junto aos clientes e a comunidade;
- adotando um design do produto de acordo com as exigências ambientais, é possível torná-lo mais flexível do ponto de vista de instalação e operação, com um custo menor e uma vida útil maior;
- com a redução do consumo de recursos energéticos, ocorre a melhora na gestão ambiental, com a consequente redução nos custos de produção;
- ao se reduzir ao mínimo a quantidade de material utilizado por produto, há redução dos custos de matéria-prima e do consumo de recursos;

- quando se utilizam materiais renováveis, empregando-se menos energia pela facilidade de reciclagem, melhora-se a imagem da organização;
- com a otimização das técnicas de produção, pode ocorrer melhoria na capacidade de inovação da empresa, redução das etapas de processo produtivo, acelerando o tempo de entrega do produto e minimizando o impacto ambiental do processo;
- com a otimização do uso do espaço nos meios de transporte, há redução nesse tipo de gasto com a consequente diminuição do consumo de gasolina, o que diminui a quantidade de gases no meio ambiente (DIAS, 2009. p.52)..

Para Seiffert (2007, p.55) “O processo de gestão ambiental sempre implicará na implementação de políticas ambientais, enquanto o gerenciamento ambiental não necessariamente ocorre à prática de implementação”.

5. POLÍTICAS AMBIENTAIS EM EMPRESAS DE GRANDE PORTE: ESTUDO DE CASOS

Nesta pesquisa foram estudados dois casos envolvendo empresas de grande porte que estão comprometidas com as causas ambientais de *prevenção da poluição ambiental e conservação a reservas ecológicas*. Dentre os quais, apesar de serem diversificados em sua aplicabilidade, um complementa o outro em seu objetivo final “*que é de preservar o meio ambiente*”.

5.1 1º CASO: INSTITUTO CORREDOR ECOLÓGICO COSTA DOS COQUEIROS – INCECC

Conforme Lei nº 326 de 15 de outubro de 2007, do município de Mata de São João estado da Bahia diz que o INCECC é uma associação de pessoas jurídicas, sem finalidade lucrativa, e com qualificação de Organização da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, composto por um Conselho de Administração com cinco membros associados (COFIC, CETREL, Bahia Pulp, Fazenda Paria do Forte e Sauípe S.A.) e um Diretor Executivo.

Instituto Corredor Ecológico Costa dos Coqueiros – INCECC surgiu em 2005 da iniciativa de empresas do Pólo Industrial de Camaçari com o setor turístico da região para pensar de forma integrada e sustentável as questões ambientais regionais. Nasceu assim, à idéia de conceber um programa territorial e sistêmico de conservação e conexão ambiental (Corredores Ecológicos) com iniciativas voltadas para o desenvolvimento de projetos inclusivos e geradores de trabalho e renda para as comunidades da região da Costa dos Coqueiros no Litoral Norte da Bahia com o apoio de instituições e empresas como COFIC, CETREL, Fazenda Praia do Forte, Sauípe S/A, Bahia Pulp, Millennium/Crystal, e Bahiagás. Seu principal desafio: pensar de forma integrada as questões ambientais regionais e conceber um programa estratégico de conservação aliado a ações voltadas para o desenvolvimento sustentável nas comunidades da região da Costa dos Coqueiros (INCECC, 2008).

As ações de responsabilidade social e ambiental implementadas pelo Pólo Industrial de Camaçari transcendem hoje as indústrias e estão voltadas para o desenvolvimento sustentável e a qualidade de vida das futuras gerações. Com o apoio do Comitê de Fomento Industrial de Camaçari – COFIC, o Pólo tem trabalhado no sentido de se renovar e inovar, buscando não só a melhoria tecnológica contínua para uma produção cada vez mais limpa, mas, principalmente, adotando programas avançados em desenvolvimento ambiental no país, como o Corredor Ecológico Costa dos Coqueiros, voltado para a recuperação e interligação de mata atlântica na região do litoral norte da Bahia (INCECC, 2008).

A gestão sustentável do Parque Sauípe, que é uma área de remanescentes de Mata Atlântica de 66 ha, com florestas, restingas e lagoas, doada pela Construtora Norberto Odebrecht.

De acordo com o Planejamento Estratégico de 2009 da INCECC. Hoje, o Parque Sauípe é uma realidade. A CETREL construiu na área o primeiro Museu de História Natural da Bahia e implantou seus Programas de Estudo/Preservação da Fauna e Educação Ambiental recebendo, gratuitamente, cerca de dez mil estudantes por ano e que, juntamente com o Programa de Turismo Ecológico e de Aventura desenvolvido pela Sauípe S.A. e operado pela GROU Turismo, tornaram o agora denominado Sauípe Ecoparque um centro de referência ambiental do Estado.

Um desafio relevante ocorreu no início de 2008 com a convocação do COFIC para que o INCECC iniciasse um levantamento das áreas do Anel Florestal do Pólo Industrial de Camaçari sob ameaça de ocupação desordenada e passasse a protagonizar como agente de conservação dos remanescentes florestais. Do levantamento e estudo do caso surgiu uma aliança com a Prefeitura de Camaçari e com as comunidades locais para desenvolvimento de um projeto piloto de plantio comunitário no próprio ano e, por conseqüência, nasceu o projeto Fábrica de Florestas para fornecer mudas e tecnologia de forma a assegurar a continuidade das ações, assim como o desenvolvimento de programa de recuperação florestal comunitário inédito no Anel, que se constitui no ponto de origem da Etapa I do Corredor Ecológico.

Com a necessidade de reconstruir o Anel Florestal do Pólo, foi criada a Fábrica de Florestas. Um projeto estruturante para o Anel do Pólo e todo o Corredor Ecológico Costa dos Coqueiros, e de outro, uma orientação estratégica inovadora para o conjunto do Pólo Industrial de Camaçari e capaz de conferir ampla

visibilidade, inclusive fora das próprias fronteiras, principalmente se associado à questão do seqüestro de carbono para compensação em créditos por emissão de gases de efeito estufa (INCECC, 2008).

Assim, sob o signo da inovação e do desenvolvimento sustentável, nasce o Projeto Fábrica de Florestas, uma iniciativa para a produção em larga escala de espécies vegetais da Mata Atlântica e de sua área de restinga, além de espécies da caatinga e do cerrado, com o objetivo de atender à demanda crescente por mudas para plantio e recuperação ambiental (BRASKEM, 2009).

O Projeto Fábrica de Florestas inicia-se como parte do programa de ação regional do Instituto Corredor Ecológico da Costa dos Coqueiros, destinado a contribuir de forma efetiva para a conservação ambiental, salvaguarda e ampliação dos remanescentes florestais do litoral norte da Bahia, mediante distribuição e plantio de mudas para conexão dos fragmentos florestais e, conseqüentemente, para a conservação da biodiversidade e dos mananciais dessa região (CARVALHO, 2009).



Figura 2 - Ação do INCECC, COFIC, Prefeitura municipal de Camaçari e a Comunidade circunvizinha.

Fonte: INCECC na Semana do Meio Ambiente em 2009, Plantio comunitário de 10.000 árvores

5.1.1 Objetivos, Metas e Estratégias do INCECC

Recuperar, conservar e interligar áreas de proteção ambiental na região do litoral norte da Bahia, com especial ênfase para os remanescentes de mata atlântica. Esse é o propósito do programa Corredor Ecológico Costa dos Coqueiros, parceria estratégica do INCECC com o Governo do Estado, prefeituras da região, setor privado e organizações do terceiro setor (INCECC, 2008).

O corredor vai integrar várias áreas de preservação ambiental, desde o Anel Florestal que circunda o Pólo de Camaçari, incluindo as Áreas de Proteção Ambiental (APA's) Joanes/Ipitanga, Capivara, Guarajuba, Litoral Norte e Plataforma

Continental, passando pelos remanescentes florestais de Praia do Forte e Sauípe, até o limite norte do estado, envolvendo inicialmente os municípios de Camaçari, Dias D'Ávila, Lauro de Freitas e Mata de São João. Na primeira etapa, o corredor terá aproximadamente 60 mil hectares, integrando cerca de 30 mil hectares de remanescentes florestais de mata atlântica.

Considerando as iniciativas em andamento e os compromissos já assumidos com clientes (CETREL, COFIC, BRASKEM e Sauípe S.A.), tem-se na figura 03, o mapa estratégico para o INCECC com os objetivos ao abrigo das quatro perspectivas (dimensões) essenciais: finanças, clientes, processos e pessoas, na metodologia de planejamento estratégico com base no formato BSC (*Balanced Scorecard*) que obedece a uma lógica de causa e efeito (INCECC, 2008).

A perspectiva financeira evidencia como o INCECC deverá apresentar-se aos seus associados sob o ponto de vista de resultados financeiros. Por se tratar de uma organização sem fins lucrativos, o instituto desenvolve o seu trabalho sob uma estratégia que permita a sua sustentabilidade financeira. A perspectiva clientes aborda como a instituição deverá mostrar-se ao mercado e à sociedade para alcançar a visão de futuro. Trata dos benefícios diretos ao cliente (fidelizar). A perspectiva interna (processos) abriga os processos de negócio a serem adotados pelo INCECC, ou seja, as competências internas com nível de excelência para satisfazer os associados e o mercado com foco principal na implantação do Corredor Ecológico. Já a perspectiva de aprendizagem e crescimento (pessoas) evidencia como a organização deverá aprender e inovar, promover conhecimentos, habilidades, sistemas e ferramentas orientadas para resultados tendo como “carro-chefe” o Corredor Ecológico (INCECC, 2008).

5.1.1.1 Análise Estratégica

A análise estratégica é mostrada no quadro 4, através de quadro envolvendo a Direção Executiva do INCECC e a consultoria e foi apresentada aos conselheiros.

PONTOS FORTES (Potencialidades)	PONTOS FRACOS (Fragilidades)	OPORTUNIDADES
<ul style="list-style-type: none"> • Apoio institucional através de mecanismos de Responsabilidade Social Empresarial – RSE do COFIC, CETREL e BRASKEM para implantação do Corredor Ecológico. • Parque Sauípe já implantado e com programas em operação. • Anel Florestal: mobilização das comunidades nas áreas de risco de ocupação. <p>Anel Florestal: apoio da Prefeitura Municipal de Camaçari e da Polícia Militar, na perspectiva de ser o ponto de origem da Etapa I do Corredor</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Atual sustentabilidade financeira institucional. • Falta de recursos para a identificação, preparação e negociação de projetos. • Fortalecimento institucional: equipe (seleção e recrutamento) e local. • Insuficiente divulgação institucional. • Falta de dados atualizados sobre temas relevantes como socioambientais, ocupação territorial, fundiários, outros. • Anel Florestal: situação fundiária mal resolvida com o governo do Estado e Prefeitura de Camaçari. • História de insucesso da implantação do Anel Florestal. 	<ul style="list-style-type: none"> • Interesse de outras prefeituras do Litoral Norte na implantação do Corredor Ecológico. • Sinergia entre a missão do INCECC e propósitos de políticas públicas dos governos federal e estadual. • Interesse do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID no conceito de Corredor Ecológico envolvendo setor privado, governo e terceiro setor. • Apoio de outras empresas do Pólo e entorno. • Mercado para os produtos e serviços da Fábrica de Floresta. • Mercado em busca de sustentabilidade – oportunidade para projetos de carbono. • PETROBRAS – passivo ambiental no Litoral Norte. • PETROBRAS e INGA – potenciais financiadores de iniciativas em matas ciliares. • Integrar o Corredor com silvicultura sustentável, biocombustíveis e outros econegócios no Litoral Norte. • Convênios de cooperação técnica com instituições de pesquisa privadas, públicas e do terceiro setor (nacionais e internacionais). • Articulação de ações entre governos, setor privado e terceiro setor para assegurar governança. • Anel Florestal como ponto de atratividade e de referência para a captação de recursos e parcerias.

Quadro 4 – Análise de Potencialidades, Fragilidades, Oportunidades e Ameaças

Fonte: (PLANEJAMENTO Estratégico da INCECC: Salvador dez/2008, p.10)

Os principais fatores críticos de sucesso para o INCECC, sem descartar outros, foram os seguintes:

- Fortalecimento institucional – estruturação da equipe, infra-estrutura, capacitação e recursos financeiros assegurados para um horizonte de três a cinco anos;
- Consultorias especializadas para identificação, preparação e execução de projetos;
- Gestão, monitoramento e avaliação de programas e projetos;
- Parcerias e adição a outros programas e projetos de interesse do território;
- Parcerias com o Poder Público e setor privado;
- Participação comunitária;
- Boa avaliação dos clientes.

Para os objetivos citados no mapa estratégico, tem-se a seguir, em formato *Balanced Scorecard* BSC, um painel de desempenho estratégico no figura 3, contemplando objetivos, indicadores, metas, ações e prazos/responsáveis.

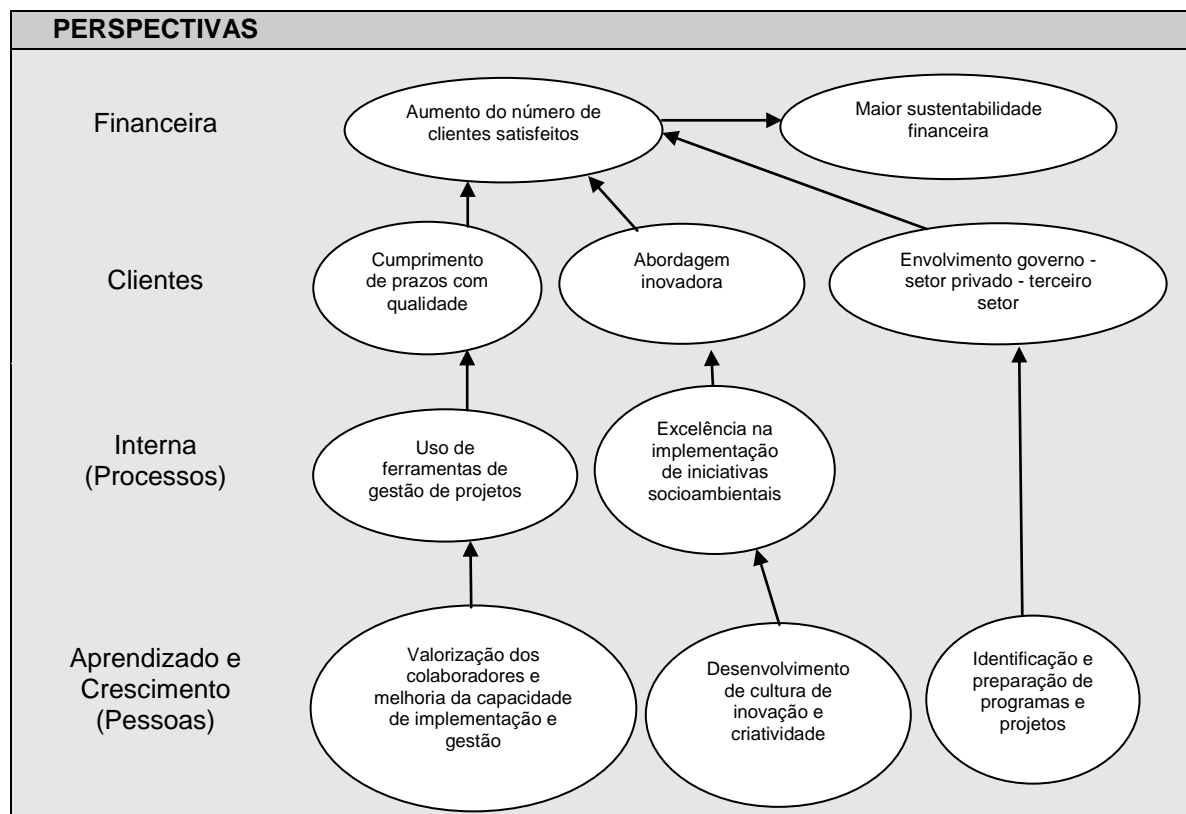


Figura 3 – Painel de desempenho estratégico
 Fonte: Instituto Corredor Ecológico Costa dos Coqueiros

Os objetivos demonstram o que a estratégia deve alcançar e o que é crítico para o sucesso, enquanto a coluna dos indicadores aponta o que será medido e acompanhado para que se possa avaliar o sucesso do alcance da estratégia. O nível de desempenho ou a taxa de melhoria necessária está contido na coluna de metas e as ações-chave necessárias para se alcançar os objetivos estão apresentadas com a indicação de prazos e responsáveis.

Perspectivas Dimensões	Objetivos Estratégicos	Indicadores	Metas	Ações Estratégicas (AE) e Táticas (AT)	Prazos/ Responsáveis
Financeira	Alcançar sustentabilidade e financeira institucional.	Volume de recursos externos captados.	Sustentabilidade financeira alcançada em 2015 através de contratos, convênios e acordos de cooperação.	I. Sensibilização e mobilização de parceiros e agentes financiadores no país e exterior. (AE)	Dezembro/2015 Diretor Executivo INCECC
				II. Negociação e assinatura de dois acordos para financiamentos em 2010. (AT)	Dezembro/2009 Diretor Executivo INCECC
Clientes	Completar o Anel Florestal do Pólo de Camaçari, que é o ponto inicial da Etapa I do Corredor Ecológico.	Fábrica de Floresta em funcionamento para suprir as demandas de mudas de plantas da "Mata Nativa" do Corredor Ecológico.	Produção de mudas: I. Produção de 500 mil mudas em 2009. II. Ampliação do programa visando a produção anual de 1 milhão de mudas (a partir de 2010).	III. Produção inicial (2009) de 100 mil mudas/ano no horto da CETREL. (AT) IV. Produção inicial de 200 mil mudas/ano (2009) no horto florestal da Prefeitura de Camaçari. (AT) V. Produção inicial de 200 mil mudas/ano (2009) no horto do Parque Sauípe em regime de fomento comunitário (associações e cooperativas). (AT)	Dezembro/2009 Diretor Executivo INCECC e Líder identificado
			Plantio de mudas no Corredor Ecológico - Anel do Pólo e outros trechos a selecionar: VI. Plantio de 100 mil mudas em 2009. VII. Plantio de 500 mil mudas em 2010. VIII. Plantio de 1 milhão de mudas a partir de 2011.	• Definição das áreas de plantio e do traçado de conexões florestais (inclui geoprocessamento e parceria com as prefeituras). (AE)	Abril/2009 Diretor Executivo INCECC e Líder identificado
				• Mobilização comunitária. (AT) • Apoio das prefeituras para o plantio. (AT) • Apoio do COFIC para o plantio. (AT)	Março-agosto/2009-2011 Diretor Executivo INCECC e Líder identificado
			Infraestrutura: IX. Novo horto matriz implantado (2010). X. Pelo menos, três viveiros satélites implantados (2009). XI. Laboratório de pesquisa e multiplicação (banco de germoplasma e sementes) implantado.	• Elaboração de projeto para captação de recursos para o novo horto matriz da CETREL. (AE)	Dezembro/2009 Diretor Executivo INCECC
				• Negociação e contrato. (AE)	Setembro/2010 Diretor Executivo INCECC
				• Melhoria do horto atual na CETREL. (AT)	Dezembro/2009 Líder identificado
				• Implantação do novo horto em área cedida pela CETREL. (AE)	Dezembro/2012 Diretor Executivo INCECC
				• Implantação de viveiros satélites (comunidades, parceiros e poder público). (AE)	Dezembro/2009 Diretor Executivo INCECC
				• Melhoria do viveiro Sauípe. (AT)	

Perspectivas Dimensões	Objetivos Estratégicos	Indicadores	Metas	Ações Estratégicas (AE) e Táticas (AT)	Prazos/ Responsáveis
	Cumprir o prazo com qualidade perante a CETREL de, progressivamente, assumir a inteira responsabilidade da gestão do Parque Sauípe.	Parque Sauípe e programas de Educação Ambiental e Preservação de Fauna e Flora em pleno funcionamento e com sustentabilidade.		<ul style="list-style-type: none"> • Contatos e estabelecimento de acordos e parcerias com instituições de ensino e pesquisa. (AE) 	Dezembro/2010 Diretor Executivo INCECC
				<ul style="list-style-type: none"> • Implantação de estrutura mínima inicial do laboratório de pesquisa e multiplicação. (AT) 	Julho/2010 Diretor Executivo INCECC
			Pelo menos, 20% dos custos de transporte de estudantes da rede pública sejam assumidos por parceiros (2009).	<ul style="list-style-type: none"> • Contatos e negociações com prefeituras e outros potenciais parceiros. (AT) 	Dezembro/2009 Diretor Executivo INCECC e Líder do PEA
			Faturamento do Parque Sauípe aumentado em, pelo menos, 20% em 2009.	<ul style="list-style-type: none"> • Realinhamento e acompanhamento das ações ecoturísticas com a Grou Turismo. (AT) • Diversas ações de manutenção como limpeza de trilhas, colocação de cercas, placas, outras. (AT) 	Dezembro/2009 Diretor Executivo INCECC
			Visitas orientadas de, pelo menos, 7.500 estudantes em 2009.	<ul style="list-style-type: none"> • Transportar estudantes da rede pública de ensino para participar de aulas de ecologia aplicada no museu e no parque. (AT) 	Dezembro/2009 Líder do PEA
			Visitas orientadas de, pelo menos, 10.000 estudantes/ano a partir de 2010.		Dezembro/2015 Líder do PEA
			Fauna e Flora	<ul style="list-style-type: none"> • Pesquisa sobre o comportamento da avifauna da região. (AT) 	Dezembro/2009 Líder do Programa de Estudo e Preservação de Fauna e Flora
Interna (Processos)	Implantar e utilizar mecanismos e ferramentas de gestão de projetos.	Dados de monitoramento físico e financeiro de programas e projetos do Corredor Ecológico.	Estrutura de gestão estratégica do INCECC implantada com base em processo eficaz e integrado.	<ul style="list-style-type: none"> • Assegurar que os componentes do painel de desempenho estratégico (objetivos, indicadores, metas e ações) continuem alinhados e vinculados. (AE) 	Dezembro/2015 Diretor Executivo INCECC
				<ul style="list-style-type: none"> • Comunicar a estratégia a toda a organização, incluindo as empresas associadas. (AT) 	Maio/2009 Diretor Executivo INCECC
		Área reflorestada do Corredor	Efetuar, pelo menos, cinco iniciativas/ano em integração com	<ul style="list-style-type: none"> • Sensibilizar e mobilizar organizações do terceiro setor. (AE) • Estabelecer termos de compromisso. (AT) • Capacitar, em serviço, pessoas disponibilizadas pelas 	Dezembro/2011 Diretor Executivo INCECC e Líder identificado

Perspectivas Dimensões	Objetivos Estratégicos	Indicadores	Metas	Ações Estratégicas (AE) e Táticas (AT)	Prazos/ Responsáveis	
		Ecológico com participação comunitária e administrações municipais.	organizações do terceiro setor.	organizações. (AT) • Divulgar resultados. (AT)		
			Efetuar, pelo menos, uma iniciativa/ano com cada uma das prefeituras do Litoral Norte (Camaçari, Dias D'Ávila, Lauro de Freitas e Mata de São João).	• Sensibilizar e mobilizar administrações municipais. (AE) • Estabelecer termos de compromisso. (AT) • Capacitar, em serviço, pessoas disponibilizadas pelas prefeituras. (AT) • Divulgar resultados. (AT)		
		Número e qualidade de econegócios promovidos.	Promover, pelo menos, cinco econegócios no Corredor Ecológico ao longo dos próximos dois anos.	• Preparar um mapeamento de oportunidades em econegócios e priorizar dois em 2009. (AE)		Março/2009 Diretor Executivo INCECC
				• Implementar atividades e tarefas para a viabilização dos econegócios priorizados em 2009. (AT)		Dezembro/2009 Diretor Executivo INCECC
Aprendizado e Crescimento (Pessoas)	Implementar mecanismos que valorizem e ampliem os conhecimentos e habilidades dos colaboradores.	Equipe INCECC treinada e implementando iniciativas nos prazos e com qualidade.	• Pelo menos, três pessoas capacitadas em gestão de projetos em 2009.	• Participação em cursos e eventos promovidos no Estado da Bahia ou ambiente virtual (educação à distância). (AE)	Dezembro/2009 Diretor Executivo INCECC	
			• Pelo menos, cinco pessoas capacitadas na gestão de viveiros e produção e plantio de mudas em 2009.	• Realização de cursos específicos com o apoio de organizações relacionadas ao tema de silvicultura como EMBRAPA, universidades e ONG. Prevê-se a participação de pessoas das comunidades e funcionários das prefeituras. (AT)		
			• Pelo menos, 20 pessoas capacitadas para operação do Parque Sauípe.	• Realização de treinamentos com o apoio de organizações relacionadas ao tema de operação de parques temáticos. (AT)		
	Desenvolver cultura de inovação e criatividade em integração com instituições parceiras.	Acordos firmados com instituições de excelência em C&T e Inovação.	Pelo menos, dois acordos firmados em 2009.	• Sensibilização e mobilização de instituições em C&T e Inovação no país e exterior. (AE) • Discussão de escopo de trabalho, negociação e assinatura de acordos. (AT)		Dezembro/2012 Diretor Executivo INCECC
	Pelo menos, cinco acordos firmados até 2012.					

Perspectivas Dimensões	Objetivos Estratégicos	Indicadores	Metas	Ações Estratégicas (AE) e Táticas (AT)	Prazos/ Responsáveis
	Criar um ambiente profissional para identificação, preparação e negociação de programas e projetos de desenvolvimento sustentável.	Número de programas e projetos preparados, negociados e aprovados.	Pelo menos, dois projetos/ano identificados, elaborados e negociados.	<ul style="list-style-type: none"> • Processo de seleção e contratação de consultores especializados. (AT) • Treinamento em serviço para elaboração de propostas de programas e projetos para captação de recursos. (AE) • Revisão de propostas de programas e projetos já disponíveis no INCECC. (AT) • Preparação do Projeto Planejamento e Implantação do Corredor para captação de recursos nacionais e internacionais, contemplando o estabelecimento da linha de base, o traçado georreferenciado da Etapa I do Corredor (Anel Florestal – Rio Pojuca – Parque Sauípe), ações de sensibilização e negociação com Prefeituras e propriedades privadas, aspectos fundiários, implantação do Corredor, monitoramento e avaliação. (AE) • Identificação e preparação de propostas de programas e projetos de desenvolvimento. (AT) • Negociação de programas e projetos de desenvolvimento. (AT) 	

Quadro 5 – Painel de desempenho estratégico do Instituto Corredor Ecológico Costa dos Coqueiros – INCECC

Fonte: PLANEJAMENTO Estratégico da INCECC: Salvador dez/2008.

5.1.2 Indicadores com resultados de ações socioambientais de 2009

Nas figuras de 4 a 9 estão sendo mostradas, através de indicadores, os resultados das visitas do Programa Socioambientais do INCECC, contemplando os trabalhos de educação ambiental, envolvendo as comunidades, universidades, grupos institucionais, escolas Municipais e Estaduais.

PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL COM AS UNIVERSIDADES				
MÊS	INSTITUIÇÃO	QTDE	MUNICÍPIO	TOTAL
MARÇO	UNEB Faculdade Estadual	21	SALVADOR	115
	FTC - Faculdade Particular	40	SALVADOR	
	UFBA- Universidade Federal	54	SALVADOR	
ABRIL	FTC- Faculdade Particular	60	SALVADOR	95
	FIB - Faculdade Particular	35	SALVADOR	
MAIO	UESB- Universidade estadual	16	JEQUIE	51
	FIB - Faculdade Particular	35	SALVADOR	
JUNHO	Faculdade Baiana - Biomedicina	20	SALVADOR	20
JULHO	Faculdade de Pedagogia FAZAG	43	APUAREMA	88
	Faculdade de Pedagogia	45	LAJE	
SETEMBRO	UFBA - Curso de Direito	9	SALVADOR	9
OUTUBRO	UESB	23	JEQUIÉ	23

Figura 4 – Visita de universidades

Fonte: INCECC, 2009.

GRUPOS ESPECIAIS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL				
MÊS	INSTITUIÇÃO	QTDE	MUNICÍPIO	TOTAL
ABRIL	LBV (ONG) -	50	SALVADOR	200
	Instituto Guanabara-	100	SALVADOR	
	Escola Especial Esplendor-	50	SALVADOR	
JULHO	APAE	50	SALVADOR	50
SETEMBRO	Colégio Estadual Vitor Soares- (Grupo de Surdos)	50	SALVADOR	50

Figura 5 – Visita de grupos especiais

Fonte: INCECC, 2009.

GRUPOS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL				
MÊS	INSTITUIÇÃO	QTDE	MUNICÍPIO	TOTAL
MARÇO	CETREL	20	CAMAÇARI	262
	Professores de Camaçari	50	CAMAÇARI	
	LBV (ONG) Legião da Boa Vontade	50	SALVADOR	
	COFIC	50	SALVADOR	
	Centro Educativo Madre Helena	42	SALVADOR	
	AMOVORC (ONG)	50	CAMAÇARI	
ABRIL	Andar Por Ai - Grupo de Ecoturismo	150	SALVADOR	241
	Professores de Camaçari	55	CAMAÇARI	
	Professores de Candeias	36	CANDEIAS	
MAIO	Comunidade de Gandu	52	GANDU	102
	Andar Por Ai - Grupo de Ecoturismo	50	FEIRA DE SANTANA	
JUNHO	SENAC	25	SALVADOR	25
JULHO	Grupo de Turismo GROU	37	SÃO PAULO	119
	Curso Técnico de Meio Ambiente CENCO	51	SANTO AMARO	
	PETI - ONG	31	CAMAÇARI	
AGOSTO	Turistas dos Estados Unidos	12	USA	276
	Comunidade de Vila Margarida	147	ITANAGRA	
	Empresa SESI	17	SALVADOR	
	Empresa SENAI	100	CAMAÇARI	
SETEMBRO	Projeto Meninos do Porto - Porto Sauipe	21	ENTRE RIOS	72
	Secretaria de Educação do Estado da Bahia - Projeto de Identificação	51	SALVADOR	
OUTUBRO	Empresa White Martins	28	CAMAÇARI	444
	CEFET-IFBA	51	CAMAÇARI	
	COPERFORTE- (Grupo de taxistas)	19	MATA DE SÃO JOÃO	
	TOPA-Todos pela Alfabetização	100	DIAS D'AVILA	
	Comunidade São José da Avena	146	ITANAGRA	
	Comunidade (Escolinha Letras e Números)	50	MASSARANDUPIÓ	
	Centro de ação comunitária Zilda Aranha	50	CAMAÇARI	

Figura 6 – Visita de grupos institucionais

Fonte: INCECC, 2009.

PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL COM ESCOLAS MUNICIPAIS				
MÊS	INSTITUIÇÃO	QTDE	MUNICÍPIO	TOTAL
MARÇO	Escola Municipal de Mussurunga	100	SALVADOR	337
	Escola Municipal Conjunto Assistencial Nossa Senhora de Fátima	102	SALVADOR	
	Escola Municipal Cidade Vitória da Conquista	95	SALVADOR	
	Escola Municipal São José	40	SALVADOR	
ABRIL	Escola Municipal São Cristovão	57	SALVADOR	365
	Escola Municipal Anfrisia Santiago	57	DIAS D'AVILA	
	Escola Municipal Pedro Paranhos	50	SALVADOR	
	Escola Municipal Cidade Vitoria da Conquista	51	SALVADOR	
	Escola Municipal Antônio Carvalho Guedes	50	SALVADOR	
	Escola Municipal Sociedade Fraternal	50	SALVADOR	
	Escola Municipal Pedro Paranhos	50	SALVADOR	
MAIO	Escola Municipal Padre Ugo	50	SALVADOR	715
	Escola Municipal Luis Rogério Souza	50	CAMAÇARI	
	Escola Municipal Afrânio Peixoto	40	SALVADOR	
	Escola Municipal Altair	45	DIAS D'AVILA	
	Escola Municipal Padre Torrend	45	DIAS D'AVILA	
	Escola Municipal Félix Joaquim	75	CAMAÇARI	
	Escola Municipal 14 de Agosto	50	CANDEIAS	
	Escola Municipal Eutrodia	45	DIAS D'AVILA	
	Escola Municipal Núcleo Rural	45	DIAS D'AVILA	
	Escola Municipal Folly	45	DIAS D'AVILA	
	Escola Municipal Normélio	45	DIAS D'AVILA	
	Escola Municipal José	45	DIAS D'AVILA	
	Escola Municipal Anita	45	DIAS D'AVILA	
	Escola Municipal Titara	45	DIAS D'AVILA	
Escola Municipal Florêncio	45	DIAS D'AVILA		
JUNHO	Escola Municipal Dias D'ávila	238	DIAS D'AVILA	563
	Escola Municipal Antônio Paiva Tolentino	98	MATA DE SÃO JOAO	
	Escola Municipal Cidade Nova	37	LAURO DE FREITAS	
	Escola Municipal Loteamento Santa Julia	45	LAURO DE FREITAS	
	Escola Municipal Madre Diamantina	55	DIAS D'AVILA	
	Escola Anfrisia Santiago	45	DIAS D'AVILA	
	Escola Municipal Carlos Drummond	45	DIAS D'AVILA	
JULHO	Escola Municipal Antônio Paiva Tolentino	306	MATA DE SÃO JOAO	460
	Escola Municipal São Francisco - Praia do Forte	51	MATA DE SÃO JOAO	
	Escola Municipal João Pereira Vasconcelos - Açuzinho	53	MATA DE SÃO JOAO	
	Escola Municipal Tércia Borges	50	CANDEIAS	
AGOSTO	Escola Municipal Senhora Santana	40	SALVADOR	476
	Escola Municipal Santos Titara	81	DIAS D'AVILA	
	Escola Municipal Anísio Teixeira	36	CAMAÇARI	
	Escola Municipal Antônio Paiva Tolentino - Vila Sauípe	86	MATA DE SÃO JOAO	
	Escola Municipal Padre Paulo	44	CAMAÇARI	
	Centro Educacional Reitor Edgard Santos	50	CAMAÇARI	
	Escola Municipal Dr. José Seixas Filho - Imbassay	41	MATA DE SÃO JOAO	
	Escola Municipal Madre Diamantina	50	DIAS D'AVILA	
	Escola Municipal do Areal	48	MATA DE SÃO JOAO	
SETEMBRO	Escola Municipal Claudionor Simões	39	DIAS D'AVILA	703
	Escola Municipal Madre Diamantina	150	DIAS D'AVILA	
	Escola Normal	101	CAMAÇARI	
	Escola Municipal Conceição de Maria	50	CAMAÇARI	
	Escola Padre Paulo	50	CAMAÇARI	
	Centro Educacional Normélio Moura da Costa	50	DIAS D'AVILA	
	Escola Municipal Padre Torrend	100	DIAS D'AVILA	
	Escola Municipal Luis Gonzaga Lemos Neto - Porto Sauípe	163	ENTRE RIOS	
OUTUBRO	Escola Municipal Luiz Gonzaga Lemos Neto	258	PORTO SAUIPE	1201
	Escola Municipal Professor Dásio	22	CANDEIAS	
	Escola Municipal Yêda Barradas Carneiro	100	CANDEIAS	
	Escola Municipal Argentina Castelo Branco	100	CANDEIAS	
	Escola Municipal Conselheiro Luiz Viana	100	CANDEIAS	
	Escola Municipal Papa Paulo VI	106	CANDEIAS	
	Escola Municipal 14 de Agosto	100	CANDEIAS	
	Instituto de Educação Profissionalizante Eurides Santana	39	LAURO DE FREITAS	
	Escola Municipal Antônio Paiva Tolentino	68	MATA DE SÃO JOAO	
	Escola Municipal Padre Paula Maria Tonucci	44	CAMAÇARI	
	Escola Municipal Yolanda Pires	40	CAMAÇARI	
	Escola Municipal do Natal	51	CAMAÇARI	
	Escola Municipal Eutródia Carvalho dos Santos	22	DIAS D'AVILA	
	Escola Municipal Cristo Rei	110	DIAS D'AVILA	
Escola Municipal Joaquim de Moraes	41	CAMAÇARI		

Figura 7 – Visitas de Escolas Municipais

Fonte: INCECC, 2009

PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL ESCOLAS ESTADUAIS				
MÊS	INSTITUIÇÃO	QTDE	MUNICÍPIO	TOTAL
MARÇO	Colégio Estadual Reitor Miguel Calmon	54	SIMÕES FILHO	101
	Escola Estadual Rogério Rêgo	47	SALVADOR	
ABRIL	Colégio Estadual Professor Nogueira Passos	50	SALVADOR	50
	Colégio Estadual Visconde de Mauá	45	SALVADOR	171
MAIO	Escola Estadual Vera Lux	42	LAURO DE FREITAS	171
	Escola Estadual Luís Moura Bastos	50	SALVADOR	
	Colégio Estadual Eraldo Tinoco	34	SALVADOR	
JUNHO	Colégio Estadual Eraldo Tinoco	39	SALVADOR	176
	Escola Estadual Ocridalina Madureira	37	SALVADOR	
	Escola Estadual Alberto Silva	50	SIMÕES FILHO	
	Escola Estadual Polivalente de Amaralina	50	SALVADOR	
JULHO	Escola Estadual Dinah Gonçalves	41	SALVADOR	131
	Colégio Estadual Pinto de Aguiar	40	SALVADOR	
	Escola Estadual Ivone Vieira Lima	50	SALVADOR	
AGOSTO	Colégio Estadual Deputado Rogério Rego	36	SALVADOR	218
	Colégio Estadual Professor Edilson Souto Freire	46	DIAS D'AVILA	
	Colégio Estadual Brigadeiro Eduardo Gomes	43	SALVADOR	
	Colégio Estadual Marcílio Dias	50	SALVADOR	
	Colégio Estadual Professora Georgina Ramos da Silva	43	SALVADOR	
SETEMBRO	Colégio Estadual Luiz José de Oliveira	50	SALVADOR	296
	Colégio Estadual Elysio Athaide	50	SALVADOR	
	Escola Estadual Professor Germano Machado Neto	50	SALVADOR	
	Escola Estadual Parque	51	SALVADOR	
	Escola Estadual Hermes Miranda do Val	45	SIMÕES FILHO	
	Escola Estadual Visconde de Itaparica	50	SALVADOR	
OUTUBRO	Escola Estadual de 1º Grau Jesus Cristo	50	SALVADOR	259
	Colégio Estadual Professora Maria de Lourdes Parada Franch	70	SALVADOR	
	Escola Estadual Heitor Vilas Lobos	48	SALVADOR	
	Escola Estadual Professor Nogueira Passos	50	SALVADOR	
	Colégio Estadual Raymundo de Almeida Gouveia	41	SALVADOR	

Figura 8 – Visitas de Escolas Estaduais

Fonte: INCECC, 2009

PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL NAS ESCOLAS PARTICULARES				
MÊS	INSTITUIÇÃO	QTDE	MUNICÍPIO	TOTAL
MARÇO	Colégio Particular Pirâmide	100	LAURO DE FREITAS	190
	Escola Particular Infanti Dom Henrique	90	SALVADOR	
ABRIL	Sartre COC	10	SALVADOR	10
	Escola Particular Chave do Tamanho	165	SALVADOR	
MAIO	Escola Particular Ativa	40	SALVADOR	245
	Colégio Particular Mendell	40	SALVADOR	
JUNHO	Escola Educandário Pedacinho do Céu	50	SALVADOR	329
	Escola Batista Bíblica	71	SALVADOR	
	Escola Piaget	100	DIAS D'ÁVILA	
	Escola Novo Educar	50	SALVADOR	
JULHO	Centro Educacional Estrela da Manhã	58	LAURO DE FREITAS	452
	Colégio SIGMA	41	BRASILIA	
	Colégio Análise	50	SALVADOR	
	Colégio Sonho Feliz	60	CAMAÇARI	
	Colégio Agappe	58	CATU	
	Centro Educacional Santos Ribeiro	55	DIAS D'ÁVILA	
	Colégio Interação	60	SALVADOR	
Colégio Módulo	128	SALVADOR		
AGOSTO	Escola Anísio Teixeira	109	FEIRA DE SANTANA	240
	Centro Educacional Futuro	81	FEIRA DE SANTANA	
	Colégio Darcy Ribeiro	50	SALVADOR	
SETEMBRO	Colégio Vida	75	SALVADOR	398
	Escola D. Pedro II	175	CAMAÇARI	
	Colégio Nobre	98	FEIRA DE SANTANA	
	Colégio Sagrado Coração de Jesus	50	SALVADOR	
OUTUBRO	Escola D. Pedro II	50	CAMAÇARI	239
	Escola Sagrado Coração de Jesus	90	SALVADOR	
	Colégio ISBA	43	SALVADOR	
	Escola da Vovó Lúcia	50	CAMAÇARI	
	Escola Nossa Senhora da Luz	6	SALVADOR	

Figura 9 – Visitas de Escolas Particulares

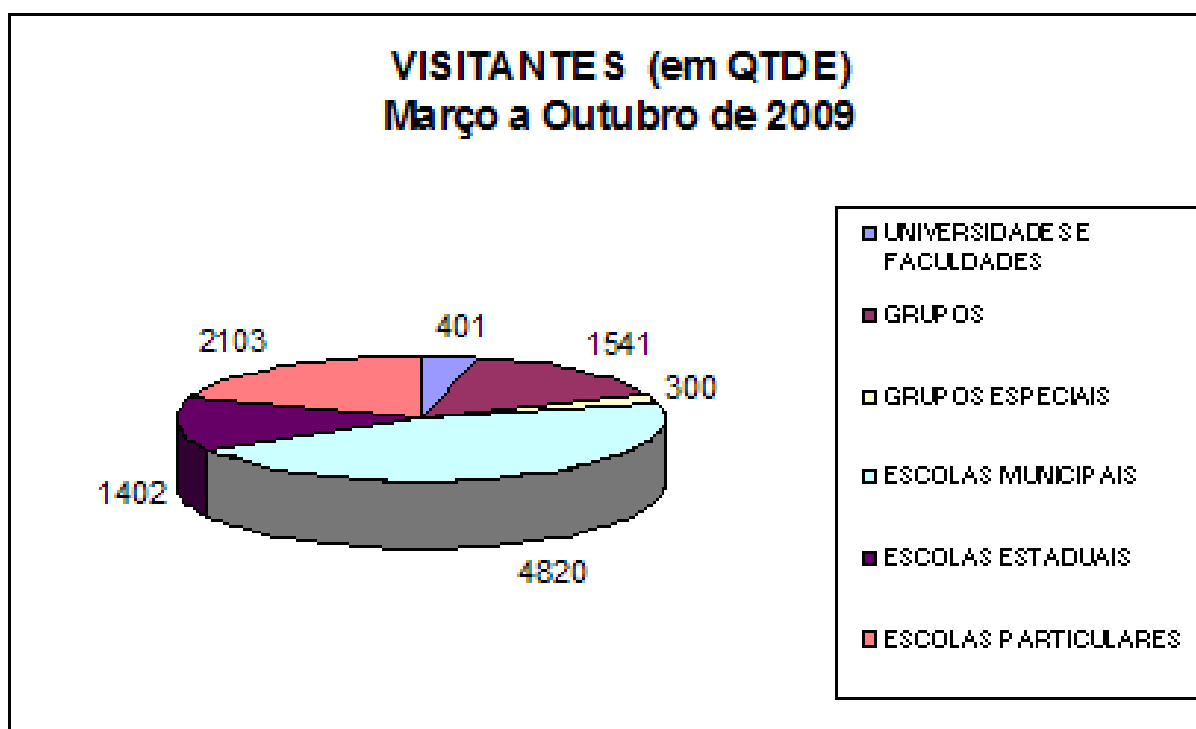
Fonte: INCECC, 2009.

Os indicadores acima mostram que existe um grande trabalho focando a comunidade circunvizinha, visto que, o trabalho socioambiental desenvolvido com as universidades e faculdades, grupos diversos, grupos especiais, escolas estaduais, escolas particulares e em especial as escolas municipais. Com resultados de 4820 registros equivalentes a 45,65% destinados a comunidade do entorno, evidenciam a grande relevância dispensada pelo INCECC a esse trabalho, conforme tabela 1 e figura 10.

Tabela 1 – Total de visitantes 2009.

TOTAL GERAL DE VISITANTES POR MÊS		
Março	1005	9,5%
Abril	961	9,1%
Maio	1284	12,2%
Junho	1113	10,5%
Julho	1300	12,3%
Agosto	1210	11,5%
Setembro	1528	14,5%
Outubro	2166	20,0%
TOTAL DE VISITANTES POR INSTITUIÇÃO		
Universidades e faculdades	401	3,8%
Grupos	1541	14,6%
Grupos especiais	300	2,8%
Escolas municipais	4820	45,65
Escolas estaduais	1402	13,3%
Escolas particulares	2103	19,9%

Fonte: INCECC, 2009

**Figura 10 – Visitas 2009**

Fonte: INCECC, 2009.

Os indicadores mostram em seus resultados, que as ações de educação ambiental do INCECC estão focadas nas escolas municipais, evidenciando prioridade com as comunidades circunvizinhas ao parque ecológico da Cetrel, fazendo com que os trabalhos socioambientais desenvolvidos pela INCECC, tenham relevância principalmente, para as comunidades de seu entorno.

5.2 2º CASO: DETEM QUÍMICA S/A.

Uma **metodologia em Busca do Efluente Líquido Zero** desenvolveu a empresa **Deten Química S/A**. Que busca a redução de efluente líquido na Fonte. Baseia-se nos princípios da Prevenção da Poluição - PP e Produção Mais Limpa – PML, tendo como objetivo principal à busca do Efluente Zero. A aplicação da metodologia resultou no Programa Efluente Zero – PEZ, que consiste no gerenciamento de Fontes de Perdas Líquidas – FPL, concebido de forma participativa sobre três pilares: Educação Ambiental, Sistema de Informação e Incentivos as Idéias Inovadoras (CUNHA, 2006a).

O primeiro pilar, Educação Ambiental consiste em desenvolver e aprimorar as habilidades, atitudes e competências dos membros da empresa numa nova maneira de encarar suas rotinas de trabalho no sentido de prevenir os problemas ambientais (CUNHA, 2006a).

O segundo pilar, Sistema de Informação, permite registrar, avaliar e acompanhar as FPL, disponibilizando dados *on-line*, via *intranet*, para utilização nos diversos setores da empresa em busca de alternativas de minimização de efluente (CUNHA, 2006a).

O terceiro pilar, Incentivos as Idéias Inovadoras, proporciona o aumento da motivação e criatividade dos empregados, visando trazer idéias sobre redução na Fonte. O PEZ utiliza Técnicas de Redução de Efluente Líquido de forma hierarquizada, partindo da redução na Fonte até reuso e reciclagem, priorizando entre estas as boas práticas operacionais (CUNHA, 2006a).

O trabalho foi desenvolvido com embasamento teórico, metodologia, Indicadores Ambientais, seus conceitos, classificação e aplicações. Desse modo, a

discussão de todos esses temas visa, fundamentalmente, subsidiar a análise da metodologia proposta pelo pesquisador, Cunha, bem como sua aplicação e resultados, fornecendo instrumentos eficazes para o gerenciamento das Fontes de perdas líquidas em indústrias químicas, petroquímicas e refinarias (CUNHA, 2006a).

A metodologia proposta, como fora estruturada, descrevendo, em um primeiro momento, o processo produtivo da DETEN, em seguida, explicando as razões que levaram ao pesquisador a priorizar o efluente líquido, além de demonstrar as limitações da referida metodologia e as técnicas de redução na Fonte, ressaltando o uso do lacre e etiqueta para intervenção de Fontes de perdas líquidas como Boas Práticas Operacionais. No segundo momento, descreve como essa metodologia fora submetida na referida Organização e sua aceitação resultando no Programa Efluente Zero – PEZ (CUNHA, 2006a).

5.2.1 Metodologia para o Programa Efluente Zero – PEZ

Estruturado na metodologia proposta com foco no princípio de Prevenção da Poluição PP e Produção Mais Limpa PML, implanta-se na DETEN o Programa Efluente Zero – PEZ, conforme é mostrado na figura 11:



Figura 11 – Pilares de sustentação do PEZ

Fonte: em Busca do Efluente Zero – Prêmio FIEB, 2005

5.2.1.1 Primeiro Pilar – Educação Ambiental

Consiste em desenvolver e aprimorar as habilidades, atitudes e competências dos membros da empresa numa nova maneira de encarar suas

rotinas de trabalho, no sentido de prevenir os problemas ambientais, principalmente, através de Boas Práticas Operacionais.

Nesta perspectiva, a Educação Ambiental constitui em essencial instrumento de percepção e mudança de comportamento humano, ajudando a descobrir os sintomas e, principalmente, as causas reais dos problemas ambientais da empresa (CUNHA, 2006a).

A capacitação desenvolvida pelo PEZ tem como conteúdo programático conhecimentos não-técnicos direcionados para todos os empregados da Empresa, e conhecimentos técnicos voltados, exclusivamente, para aqueles que operam diretamente a planta industrial. Abrangem tanto os operadores de processo, técnicos de manutenção e analistas químicos, assim como os supervisores de linha da produção e engenheiros. Além disso, também foi importante a capacitação de seus novos empregados, em razão do PEZ não se constituir num programa fim (CUNHA, 2006a).

As atividades de EA desenvolvidas na Empresa envolvem conceitos de Prevenção da Poluição PP e Produção Mais Limpa PML, desenvolvimento sustentável, tecnologias limpas, fator 10 do ponto de vista ambiental, ecoeficiência, ecodesign, operação do PEZ e de outras estratégias de gerenciamentos de perdas líquidas, como identificação de FPL, auditoria hídrica, auditoria de lacres e etiquetas e um plano para testar o processo produtivo em operação com perda de Efluente Zero (CUNHA, 2006a).

5.2.1.2 Segundo Pilar - Sistema de Informação

É essencial ao gerenciamento das FPL, criando condições de registrar melhor as causas dos problemas operacionais, avaliando e acompanhando estas Fontes, através de indicadores ambientais. Também serve como uma das formas de disseminar o conceito de prevenção na Empresa. É um Sistema que permite enxergar as informações e oportunidades de melhorias como um todo, disponibilizando estes dados *on-line*, via *intranet*, para utilização de diversos setores da Empresa. Conforme comentado por Terra (2004), no capítulo 2, item 2.3, é necessário que as informações não fiquem represadas em departamentos podendo ser compartilhadas por todos, sendo uma ótima oportunidade de auto-aprendizado.

Em razão da existência de uma cultura da Empresa de adequar sistemas de informação às necessidades das áreas solicitantes, tendo em vista que ao longo dos anos se adquirem tecnologias e se adaptam a realidade dos usuários, se desenvolveu um sistema mais robusto conjuntamente com a área de SMA.

O Sistema de Informação de FPL foi elaborado a partir do Portal Segurança, Saúde, Higiene e Meio Ambiente - SSHMA em ambiente *Lotus Notes*, que tem como relevância, a troca de informações entre os usuários. No capítulo 2, item 2.3.3, Davenport e Prusak (1998) afirma que o *Lotus Notes* é um dos principais instrumentos para gerir os repositórios de conhecimento e inclui muitos recursos para desenvolvimento de aplicativos.

O Portal SSHMA visa atender o método de Administração e Controle de Perdas. Nesse sentido, toda ferramenta que gerencie a informação a ser implantada na Empresa pode ter, como premissa, a integração neste Portal, favorecendo a integração dos sistemas, facilitando o uso e a internalização pelos empregados e tendo a vantagem de evitar, dentre outras, a duplicidade de informação. De acordo com que foi mencionado no capítulo 2, item 2.3.3, os portais corporativos facilitam o acesso e o compartilhamento da informação e do conhecimento na organização (CUNHA, 2006a).

Um dos objetivos deste pilar de sustentação do PEZ é categorizar Fontes de geração de efluente líquido, aspectos ambientais, falhas de equipamento e causas correspondentes, bem como associar informações específicas operacionais com dados de engenharia e manutenção. O mais importante é que este novo Sistema forneça uma plataforma de dados para prever as tendências dos projetos de melhoria: se mais voltados para prevenção da poluição, que é o que se deseja, ou tendendo para tecnologia “fim de tubo”. Além disso, deve permitir que informações operacionais sejam mais facilmente coletadas, minimizando o tempo de análise de quem consulta, reduzindo o tempo de reprodutividade na organização, a fim de que sejam adequadas para tomadas de decisões (CUNHA, 2006a).

5.2.1.3 Terceiro Pilar - Incentivos as Idéias Inovadoras

Constitui-se numa das ferramentas do PEZ que proporcionam o aumento da motivação e criatividade dos empregados, visando trazer idéias sobre redução na

fonte, em busca incessante do Efluente Zero. É estabelecido um sistema de avaliação, onde, anualmente, uma das equipes é premiada, juntamente com o empregado de melhor desempenho. Um dos fatores que contribuíram para incentivar as idéias inovadoras trata-se do sistema de sugestões “Oficina de Idéias e Inovações”, desenvolvido pela Área de Recursos Humanos e reformulado paralelamente durante a implantação do PEZ, no sentido de premiar idéias inovadoras e, conseqüentemente, aumentar a motivação e criatividade dos empregados no trabalho (CUNHA, 2006a).

A construção do PEZ de forma participativa provocou uma nova forma de enxergar melhor o processo produtivo nesta perspectiva ambiental, quebrando antigos paradigmas anteriormente existentes, buscando uma cultura organizacional voltada para inovação, medidas preventivas e de transformação do discurso empresarial em ações concretas (CUNHA, 2006a).

Em 22 de março de 2004, em comemoração ao Dia Mundial da Água, foram divulgados, oficialmente, o PEZ e sua logomarca (figura 12) para todos os empregados da organização com a palavra do Diretor Geral (CUNHA, 2006a).

Ressalte-se que a Empresa tem a prática de, anualmente, comemorar este dia e promover uma Oficina de Saúde, Segurança e Meio Ambiente, onde são realizadas várias palestras sobre temas atuais de questões ambientais.

A logomarca do PEZ, criada internamente por um dos técnicos de operação, resultado de uma idéia inovadora, associa uma sinalização de proibição de perdas líquidas, representada por uma gota, no coletor da rede de efluente tendo



Figura 12 – Logomarca do PEZ

Fonte: Programa Efluente Zero – Deten, 2004

Aplicação da Metodologia 130 como *slogan* “Menos Efluente Mais Meio Ambiente”. Ela é essencial para divulgar o Programa e dar visibilidade e continuidade na busca pelo Zero Efluente (CUNHA, 2006a).

Boas Práticas Operacionais	Mudança de Insumos	Mudança de Tecnologia	Reuso de Reciclagem Interna e Externa
Fechamento de drenos de trocadores de calor de bombas quando a temperatura de troca térmica for suficiente.	Substituição de água de resfriamento de bombas quente por fluido frio do próprio processo. Evita-se a perda contínua de água para um efluente final utilizando NPF sem haver perda de produto.	Utilização de selos mecânicos duplos eliminando o uso de água resfriamento de selo.	Reciclagem Externa de Extrato Pesado de Alquitato após neutralização em ciclo fechado.
Fechamento de água de resfriamento de selo nas bombas que estão paradas (stand by).	Uso de condensado na torre de resfriamento em substituição de parte da água clarificada.	Utilização de válvulas de três vias ou hermética reduzindo a perda de produto, durante amostragem de produtos para análise.	Reuso de água de lavagem do reator como água de hidrólise na unidade de Sulforação de LAB (projeto em andamento).
Determinação de nível mínimo em tanque de estocagem de produto final e matéria-prima, que reduz os problemas de cavitação de bombas e, conseqüentemente, perda de produtos quando da remoção da remoção de ar pelo dreno de descarga.	Recuperação de água de chuva em substituição da água clarificada (projeto em esboço).	Substituição do bico móvel de carregamento rodoviário por bico fixo evitando derramamento e posterior utilização de água de lavagem na limpeza de piso e plataforma.	Recuperação de hidrocarbonetos para reprocesso, por meio de vaso coletor (hidrocarbonetos são gerados durante parada para manutenção de equipamento).
Reunião diária pelos operadores de processo para discussão dos indicadores de efluentes.	Substituição de água e soda cáustica, utilizada para limpeza de equipamento que trabalha com ácido (HF), por amônia e purga com gás inerte ao processo (N ₂).	Otimização do catalisador DEFINE e PACOL ocasionando redução de subproduto.	Reprocesso de parte do extrato pesado de sufonado de Unidade de Sulforação agregando valor ao produto final (LAS) (projeto em estudo).
Liberação de bombas para manutenção com recuperação total do produto para reprocesso, através de injeção de gás inerte ao processo ((N ₂)).	Substituição de água por produto do produto processo (NPF) para efetuar teste hidrostático em equipamento. Após o teste, o equipamento já se encontra inventariado para operação.		

Quadro 6 – Análise e Acompanhamento dos Resultados do PEZ

Fonte: CUNHA, 2006.

5.2.2 Principais Ganhos Contabilizados

Operacionalizando com a utilização de diversas ferramentas internas (MPP, DOCNIX, CHC, Planejamento Estratégico e Portal SSHMA), a composição dos ganhos relacionados especificamente com o PEZ torna-se de difícil contabilização. Apesar disso, puderam ser contabilizados os ganhos relacionados diretamente com a redução das perdas de produtos para o SAO e redução do volume e carga orgânica para tratamento.

Os ganhos relacionados ao PEZ, a partir da redução das perdas de óleo recuperado no SAO, foram contabilizados a partir da composição média da mistura, mostrado na figura 13.



Figura 13 – Composição típica do óleo recuperado do SAO

Fonte: Deten Química S/A.

Pelo fato de ser recuperado no final do processo, misturado ao efluente, sem especificação, esse produto é comercializado com baixo valor agregado.

Porém, o indicador de percentual de FPL por aspectos ambientais já indicava potencial presença de produtos como o LAB e NPF. Além disso, os resultados analíticos comprovam que esse óleo contém produtos de alto valor agregado. Com a redução na Fonte e recuperação separada para reprocesso, o ganho acumulado até dezembro de 2005 atingiu cerca de US\$ 200 mil. Além disso, foram economizados, nos últimos três anos, US\$ 40 mil em função da redução da

concentração de DBO e material em suspensão no efluente para tratamento na CETREL (CUNHA, 2006a).

O investimento financeiro total realizado na implantação do PEZ foi da ordem de US\$ 15 mil (incentivos e desenvolvimento do sistema informatizado), tendo seu retorno integral dentro do primeiro ano, após a concepção do Programa Efluente Zero. Isto sem contar com ganhos intangíveis como a imagem da Empresa na mídia (CUNHA, 2006a).

A criação de um *software* de gestão das perdas tornou toda a gestão do Programa mais eficaz e eficiente, de tal modo que, atualmente, o PEZ opera de forma autônoma e sem a necessidade de aporte de novos recursos. Assim, o Programa além de auto-sustentável tem a possibilidade de fomentar a implantação dos novos projetos que estão sendo identificados (CUNHA, 2006a).

5.2.3 Principais Conquistas

Pela implantação do PEZ, a DETEN foi vencedora do 6° Prêmio FIEB de Desempenho Ambiental 2005, modalidade Produção Mais Limpa, e foi classificada em segundo lugar no Prêmio Bahia Ambiental – categoria empresa sustentável, da Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Estado da Bahia. Além disso, o PEZ tem contribuído para citações espontâneas e positivas da Empresa na mídia (CUNHA, 2006a).

5.3 MOVIMENTOS, DENÚNCIAS E PROCESSOS CONTRA ALGUMAS EMPRESAS DE GRANDE PORTE DOS CASOS ESTUDADO

Foi feito uma pesquisa visando identificar quaisquer denúncias que pudesse ter ocorrido com as empresas partes integrantes dos casos estudados. Assim sendo, para algumas empresas de grande porte, foram encontradas algumas denúncias, nas quais relacionamos a seguir:

Conforme apresentado no “Relatório de levantamento dos Impactos socioambientais relacionados à Empresa Bahia Pulp S/A. e afiliadas” segue as considerações finais:

As diversas informações, colhidas através de relatos, denúncias, fotografias, notícias e outros documentos, confirmam a existência da atividade das monoculturas do *pinus*, por outras empresas, e eucalipto pela Copener Florestal Ltda. e Bahia Pulp na região desde a década de 70.

Segundo declarações do Governador, à época, Paulo Souto à imprensa oficial e demais noticiários do estado da Bahia, "Eles acabaram de adquirir uma ampla área que já está com reflorestamento em toda a região Norte, dando a possibilidade de triplicar ou quadruplicar sua produção no Pólo Industrial de Camaçari. Isso demonstra de uma maneira muito clara o fato de que as empresas sérias fazem novos investimentos na Bahia pela confiabilidade do governo, pela capacidade de trabalho do nosso povo e pelas condições naturais que o estado abriga".

Do mesmo modo, o presidente Josmar Verillo revela, em entrevista, que “a monocultura está sendo expandida de 67 mil hectares para 90 mil hectares, a floresta de eucalipto comprada no litoral ao norte de Salvador, floresta plantada na década de 70 para suprir a Copene, atual unidade de insumos básicos da Braskem, com biomassa para as fornalhas das caldeiras”. Pode-se, a partir dos testemunhos dos gestores citados, compreender e mesmo afirmar que de fato há um direcionamento exclusivista de “desenvolvimento” que beneficia o setor de papel e celulose.

Ao que se pôde perceber não existe uma preocupação incessante com a qualidade propalado, inclusive por gestores públicos, como um dos mais “agressivos” segmentos industriais (potencial de poluição e monocultura) com atividades rurais e urbanas empreendidas através da utilização do conceito de “agronegócio” do atual sistema econômico vigente. *“Confiabilidade”, no caso dos vários governos carlistas que exerceram ditaduras de direita no estado da Bahia, pode ser entendida como palavra sinônima de redução de impostos, troca de favores políticos, financiamentos de campanha, ou mesmo o trocadilho “é dando que se recebe”* http://www.bahiainvest.com.br/port/noticias/ultimas.asp?cd_noticia=711

<http://www.quimica.com.br/revista/qd447/atualidades7.html>. Constatadas, as manifestações contrárias ao “modelo” econômico relativas a descumprimentos legais nas áreas trabalhista, econômica, política, social, cultural e ambiental depõe contra as atividades da Bahia Pulp S.A. na região.

Nesse sentido, este relatório a partir do trabalho de levantamento com as categorias informadas, foi realizado num curto espaço-tempo. Apenas 3 dias passando por vários municípios e atuando com maior diligência em, apenas, 4 municípios (Camaçari, Aramari, Catú e Alagoinhas). Entretanto, a região onde atua a empresa é de 21 municípios. Embora o teor do presente relatório tenha sido preliminar, as diversas informações colhidas através dos relatos, denúncias, fotografias, notícias e visitas de campo, há na descrição situações co-relatas às demais empresas do setor instaladas no Brasil. E, ainda que de forma resumida, confirmam a existência de insatisfações das populações, trabalhadores rurais e urbanos, impactados pelas atividades irregulares desenvolvidas (e, portanto, ilegais) desde a década de 70, por outras empresas e pela atual proprietária do negócio, a Bahia Pulp. Enfim, buscou um resultado fidedigno à realidade encontrada¹⁵.

¹⁵ FASE/ES – Federação de Órgãos para Assistência Social e Econômica. Relatório de levantamento dos Impactos socioambientais relacionados à Empresa Bahia Pulp S/A. e afiliadas, publicado. Fonte: Publicado no site: www.politicaspUBLICASbahia.org.br/IMG/pdf/Relatorio_preliminar_dos_impactos_socioambientais_da_empresa_Bahia_Pulp.pdf. Em abril 2006. 134 f.

O relatório acima evidencia uma relação de governo com empresa, como também a insatisfação das populações, trabalhadoras rurais e urbanas, impactados pelas atividades irregulares desenvolvidas pelas empresas anteriormente proprietárias das terras exploradas e pela Bahia Pulp atual proprietária da área. Assim, é importante que sejam feitas pesquisas mais aprofundadas na totalidade da região de abrangência da sede da fábrica e entorno das plantações.

Fotos retiradas do Relatório de levantamento dos Impactos socioambientais da Empresa Bahia Pulp S/A, e afiliadas, mostrando as atividades da empresa, os impactos ambientais e a manifestação dos trabalhadores. (figura 14 A 19):



Figura 14 – Vista da planta em construção



Figura 15 – Vista frontal (pátio)



Figura 16 – Paralisação Sindicato na entrada da fábrica em 16/03/2007



Figura 17 – Plantações de eucalipto Alagoinhas



Figura 18 – Plantio de eucalipto circundando sítios da Comunidade Ladeira Grande



Figura 19- Madeira colhida Zona rural de Alagoinhas

Outras denúncias existem contra a citada empresa: **“Denúncia de degradação ambiental”** Carta foi enviada no dia 03/01/07 por agricultores ao Ministério Público:

Venho pela presente denunciar a indústria de celulose BAHIA PULP, de propriedade do Sr. Sukano Tanoto, cuja nacionalidade deste de origem chinesa, localizada a citada empresa na Rua Alfa nº 1033, Pólo Petroquímico de Camaçari, município de Camaçari - Ba (tel 3634-0401/0402 Fax: (71) 3634-5462), em razão da citada empresa realizar as suas atividades de reflorestamento em desrespeito aos Códigos Ambientais estabelecidos nos municípios de Alagoinhas, Inambupe, Araçás, Entre Rios, Rio Real, Conde, Jandaira, etc., como também a legislação estadual e federal vigente. A mencionada empresa vem aumentando a sua área de plantio de eucalipto sem a fiscalização dos órgãos responsáveis, contribuindo assim para a dizimação da mata atlântica no litoral norte do estado da Bahia. No site portal celulose on-line.

<http://www.celuloseonline.com.br/Entrevista/Entrevista.asp?IDEntrevista=173> a BAHIA PULP informa publicamente que vem adotando praticas para aumentar a sua área de reflorestamento em 30 % (trinta por cento) no litoral norte do estado, se esquecendo a citada empresa que a maioria dos municípios mencionados proibiu a expansão da atividade de reflorestamento com a cultura do eucalipto, conforme demonstra as legislações municipais. Mesmo assim a BAHIA PULP vem aumentando a sua área de plantio, alegando ser propriedades particulares, aproveitando a mencionada empresa da negligência dos órgãos competentes. Atualmente não se tem controle com relação ao tamanho de área de eucalipto plantada nestas localidades e o tamanho da área de preservação ambiental definida por lei, em razão dos governos não possuir mapas topográficos detalhando a expansão desta atividade nestes citados municípios. Diante do Exposto, Solicito as instituições responsáveis a tomarem medidas cabíveis para coibir tais praticas maléfica, na qual vem causando degradação ao meio ambiente e a nossa sociedade como um todo¹⁶.

¹⁶ Fonte: Publicado no site: http://www.jornalexpress.com.br/noticias/detalhes.php?id_jornal=2&id_noticia=23492. Agricultores do Litoral Norte - em 08/01/2007.

Foi encontrado também, denúncias contra a empresa Cetrel (Empresa de Proteção Ambiental do Pólo) sobre “**TRANSFERÊNCIA DE PASSIVO AMBIENTAL TÓXICO ENTRE ESTADOS DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**”. A rede brasileira de justiça ambiental abre campanha contra a transferência de passivo ambiental entre estados brasileiros:

A disseminação de resíduos da produção industriais altamente tóxicos, que se constituem em substâncias químicas perigosas com potencial de interferir no Sistema Hormonal Humano, que podem além dos efeitos genotóxicos, tais como: carcinogênese, mutagênese e teratogênese, causar problemas à saúde agudos, subagudos e crônicos como, dores de cabeça, náuseas, problemas na pele, pulmões, fígado, coração, rins e nas funções neurológicas. Que também se constitui em ofensa aos princípios da Convenção da Basileia, qual o Brasil é um dos seus signatários.

A Rede de Justiça Ambiental convida seus afiliados e o público em geral simpatizante da causa ambiental para assinar a uma campanha que será encaminhada ao Ministério Público Federal, além de outras autoridades competentes, contra a transferência de resíduos químicos tóxicos entre Estados da Federação. Estamos tentando embargar o transporte pretendido entre a região metropolitana da Baixada Santista/SP e a região metropolitana de Salvador/BA. Resíduos tóxicos oriundos da contaminação ambiental patrocinada pela empresa Rhodia, que se pretende estocar e incinerar na empresa CETREL S.A., localizada no município de Camaçari¹⁷.

A empresa Cetrel tem uma grande responsabilidade socioambiental e é preciso que a sociedade e governo estejam alerta as praticas de suas ações.

Jornal A Tarde publica: Contaminação ambiental começa a ser investigada:

O Aterro Metropolitano Centro, para onde é destinado o lixo de Salvador, Lauro de Freitas e Simões Filho, foi vistoriado, ontem pela manhã, por uma equipe da Secretaria de Meio Ambiente da Prefeitura de Salvador.

A iniciativa acontece depois de denúncias de contaminação do ambiente por chorume e assoreamento dos riachos feitas pelo engenheiro sanitário Joselito Oliveira Alves ao Ministério Público e divulgadas por A TARDE, na última terça-feira. O resultado da inspeção será revelado hoje.

A equipe de reportagem de A TARDE foi impedida de acompanhar a vistoria, sob alegação da segurança de que não havia autorização da diretoria da empresa. A comissão da prefeitura também não se importou em aguardar a liberação da reportagem para acompanhar a vistoria. Depois de três horas de espera, a equipe de reportagem pôde entrar no aterro, acompanhada do supervisor de operações da Vega, João Fortuna, do engenheiro do aterro, Fábio Andrade, e de cinco técnicos que vieram da sede da empresa em São Paulo, mas sem os especialistas da

¹⁷ Fonte: Publicado no site: http://www.acpo.org.br/inf_atualizadas/2004/2-2004.htm. - 10/02/04.

prefeitura que poderiam esclarecer os questionamentos. A visita foi rápida e não percorreu todo o aterro.

Fortuna admitiu que ocorre o assoreamento em cinco pontos dos riachos da Bacia do Rio Itinga, devido à erosão da cobertura do aterro, provocada pelas fortes chuvas do primeiro semestre. Mas informou que será executado um plano de recuperação das áreas degradadas, assim que for concluída a análise do Centro de Recursos Ambientais (CRA). "O aterro foi projetado para condições normais e, quando chove muito, acaba saindo do controle e acontece a erosão", justificou o supervisor. Fábio Andrade negou ter havido qualquer tipo de vazamento de chorume (líquido fétido proveniente da decomposição do lixo) e afirmou que o ex-consultor Joselito teria "manipulado dados".

Na primeira bacia de chorume visitada, foi detectado um vazamento na válvula da tubulação que transporta o líquido até um tanque de acumulação para ser tratado na Cetrel (Empresa de Proteção Ambiental do Pólo). O líquido tingiu parte do solo de preto, infiltrando-se e contaminando as águas subterrâneas da Bacia do Rio Itinga¹⁸.

Foram também encontradas algumas denúncias contra a Fazenda Paria do Forte e Sauípe S.A, dentre elas, destacam-se: *Comunidades locais são pouco beneficiadas com megaprojetos*, matéria publicada na revista "Ciência e Cultura", ver figura 20 A e B.



Um dos projetos de grande impacto no litoral nordestino é o da Costa do Sauípe



Figura 20 A | B – Fazenda Paria do Forte e Sauípe S.A

Fonte: Revista Ciência e Cultura, 2006.

¹⁸ Fonte: Publicado no site: http://www.conder.ba.gov.br/webnews/news/noticia_externa.asp?NewsID=976, quinta-feira, 30 de junho de 2005 – matéria do Jornal A Tarde feita por BELÉM, Letícia.

NA BAHIA

A construção de grandes hotéis no litoral baiano tem provocado uma queda-de-braço entre a população local e os empresários. No empreendimento Costa do Sauípe – cujo principal acionista é a Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil (Previ) – estão em construção 62 hotéis e 60 pousadas. Cinco deles já estão prontos na fazenda de um único proprietário que apresenta em sua paisagem dunas, restingas, mangues e trechos da Mata Atlântica. A construção da rodovia Linha Verde – ligando a praia do Forte ao povoado de Mangue Seco – já significou um impacto na Área de Proteção Ambiental (APA) do litoral norte, de onde a população retirava sua Fonte de renda, como palha de piaçava, material utilizado para o artesanato feito principalmente pelas mulheres. A propriedade foi fechada e as artesãs tiveram seu acesso à mata dificultado, assim como frustrou-se a expectativa de geração de empregos, que acabou não ocorrendo.

O pesquisador da Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia (UFBA), Célio Andrade, chama esse modelo de exógeno, que não leva em consideração as especificidades e opiniões dos residentes. Ele analisou o programa social sustentável do empreendimento da Costa do Sauípe (Berimbau) voltado a atenuar os conflitos do local. "O que se constatou é que os complexos turísticos estão na era pós-industrial e a população está no período pré-industrial", compara.

Houve a expulsão de moradores pré-existentes de locais privilegiados como perto de mar ou rios e os espaços naturais vão sendo ocupados pela estrutura turística. O empreendimento voltado para as classes A e B teve problemas já com o recrutamento de funcionários. No local, o índice médio de analfabetismo fica em torno de 22%, chegando a mais da metade em algumas vilas. Há tentativas de contornar a situação com o fortalecimento das cadeias produtivas, tais como a pesca e o artesanato, pois, como Andrade observa, os hotéis perceberam que o turista também quer interagir com a população¹⁹.

Neste capítulo foram relatadas algumas denúncias dos casos estudados para deixar claro que, para ser uma empresa socialmente responsável, será necessário desenvolver práticas realmente sustentáveis. Ser sustentável não significa apenas desenvolver ações que maquie falhas e entraves na gestão.

Durante o estudo, foram identificadas algumas denúncias da empresa Bahia Pulp que invalidam o discurso de algumas de suas práticas. Assim sendo, a Bahia Pulp em muitas de suas ações não tem agido como uma empresa socialmente responsável de fato.

¹⁹ Fonte: Publicado na revista *Ciência & Cultura*, vol.58 nº.3, São Paulo, July/Sept. 2006, site: http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?pid=S0009-67252006000300008&script=sci_arttext - matéria do Jornal A Tarde feita por SOYAMA, Paula.

Levando em consideração o princípio de Responsabilidade Social do Instituto Ethos de reconhecer a responsabilidade pelos resultados e impactos das ações nas empresa no meio natural e social afetado pelas atividades empresariais e envidar todos os esforços no sentido de conhecer e cumprir a legislação e de, voluntariamente, exceder as obrigações naquilo que seja relevante para o bem-estar da coletividade. Procurar desenvolver e divulgar a todas as partes interessadas um programa ativo e contínuo de aperfeiçoamento ético das relações com as pessoas e entidades públicas ou privadas envolvidas em suas ações (ETHOS, 2010).

6. POLÍTICA AMBIENTAL EM EMPRESA DE MÉDIO PORTE: O CASO “MORAIS DE CASTRO”

6.1 HISTÓRICO DA EMPRESA E ATUAÇÃO NO MERCADO

A Morais de Castro foi fundada em 1960, em Salvador, inicialmente com escritório na Av. Estados Unidos no Comércio. No ano de 1979 se mudou para um complexo de empresas industriais e comerciais localizado no Portoseco Pirajá. O Porto Seco Pirajá, é um condomínio de empresas industriais e comerciais. Instituído em 1979, no Município de Salvador, como loteamento de natureza industrial e comercial pelo Empreendimento Odebrecht Ltda. O Condomínio Porto Seco Pirajá abrange área total de 702.137 m², distribuída em sete quadras, com 145 lotes, áreas de ruas, áreas verdes, áreas de lazer, área escolar, área de serviços de apoio e áreas reservadas à proprietária loteante. Hoje o Porto Seco Pirajá está constituído de 119 empresas industriais e comerciais, geradoras de renda e de milhares de empregos diretos e indiretos, contribuindo para a dinamização econômica da Região Metropolitana do Salvador (CONVENÇÃO DE CONDOMÍNIO DO PORTOSECO PIRAJÁ de 22. nov.1977).

Com o crescimento da empresa foi necessária a abertura de filial em Jaboatão dos Guararapes – PE no ano de 1987 e posteriormente a filial do Rio de Janeiro – RJ no ano de 1998 (CONTRATO SOCIAL, JUCEB 09/040980-9 de 28/01/09).

A Morais de Castro Comércio e Importação de produtos Químicos Ltda., iniciou suas atividades como importadora, pois na época não existia capacidade de produção de produtos químicos no país, posteriormente agregou aos negócios as atividades de distribuição autorizada e operação logística, que hoje comercializa um portfólio de produtos extremamente diversificado, atendendo a quase todos os segmentos industriais, como o de Adesivo, Água e Saneamento, Alimentício, Automotivo, Bebidas, Calçados, Carcinicultura, Celulose, Cosméticos, Curtumes, Embalagens, Espumas e Colchões, Fármacos, Gás e Petróleo, Químico e Petroquímico, Metalurgia e Mineração, Sabões e Detergentes, Tintas e Solventes, Tratamento de Efluentes, dentre outros (CONTRATO SOCIAL, JUCEB 09/040980-9 de 28/01/09).

As atividades de logística e distribuição de produtos químicos industriais significa para o negócio da empresa uma grande expressão econômica, onde se destacam as seguintes empresas distribuídas: Brunner Mond, Caraíba Metais, Corn Products Brasil, Dow Coating Materials, Hexion Química, Lyondell, Metanor, Oxiteno, Peróxidos do Brasil, Rhodia Poliamidas, Tate & Lyle (MORAIS...2009).

Dentre os serviços logísticos prestados pela Morais de Castro, podem-se destacar os envases de produtos químicos em containeres, tambores e bombonas, para o mercado interno ou voltados à exportação e armazenagem de produtos químicos em tanque e embalagem. (MORAIS...2009).

A matriz em Salvador está instalada em área de 12.500 m², dispõe de 4.500 m² de armazenamento de carga seca e de 600 m³ de tancagem, distribuídos em 24 tanques, utilizados para armazenar diferentes produtos químicos e carregar e descarregar caminhão tanque. Possui, ainda, oito estações de entamboramento para envase de material dos tanques ou dos caminhões tanques, em bombonas, tambores e containeres (MORAIS... 2009).

Atualmente, a sua maior expressão econômica resulta das atividades de logística e distribuição de produtos químicos industriais, mantendo parceria com grandes produtores nacionais e internacionais.

Em Pernambuco, a filial dispõe de escritório e área de armazenamento de 900m².

No Rio de Janeiro, a empresa possui uma estrutura comercial e administrativa para atendimento dos estados de Minas Gerais, Espírito Santo e Rio de Janeiro outros (CONTRATO SOCIAL, JUCEB 09/040980-9 de 28/01/09).

6.2 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL E GESTÃO

A estrutura organizacional é constituída de quatro níveis hierárquicos, composta pela diretoria, superintendência, gerentes e chefes de departamentos, conforme organograma apresentado na figura 21. A empresa adota um sistema de gestão de processo decisório baseado em uma estrutura fundamentada em 01 comitê de Sistemas de Gestão, que atua em reuniões trimestrais para analisar desempenho, estabelecer estratégias, discutir práticas de gestão e delimitar projetos

e melhoria. O objetivo desta estrutura é de estimular a gestão participativa e o compartilhamento dos conhecimentos e habilidades²⁰. A estrutura do Comitê Sistemas de Gestão compõe:

DA – Diretoria Administrativa

SA – Superintendência Administrativa

SGI – Sistema de Gestão Integrada

GC – Gerência Comercial

GCE – Gerência Comércio Exterior

GUN – Gerência de Unidade

GF – Gestão Financeira

GC – Gerência de Compras

GRH – Gerência de Recursos Humanos

GTI – Gestão Tecnologia da Informação

GC – Gestão Controladoria

GO – Gestão Operacional

GT – Gestão de Transporte

CE – Consultoria Especializada

²⁰ Ata de formação de Comitê Sistemas de Gestão de 22/07/2003 e Comunicado de 21/07/2006

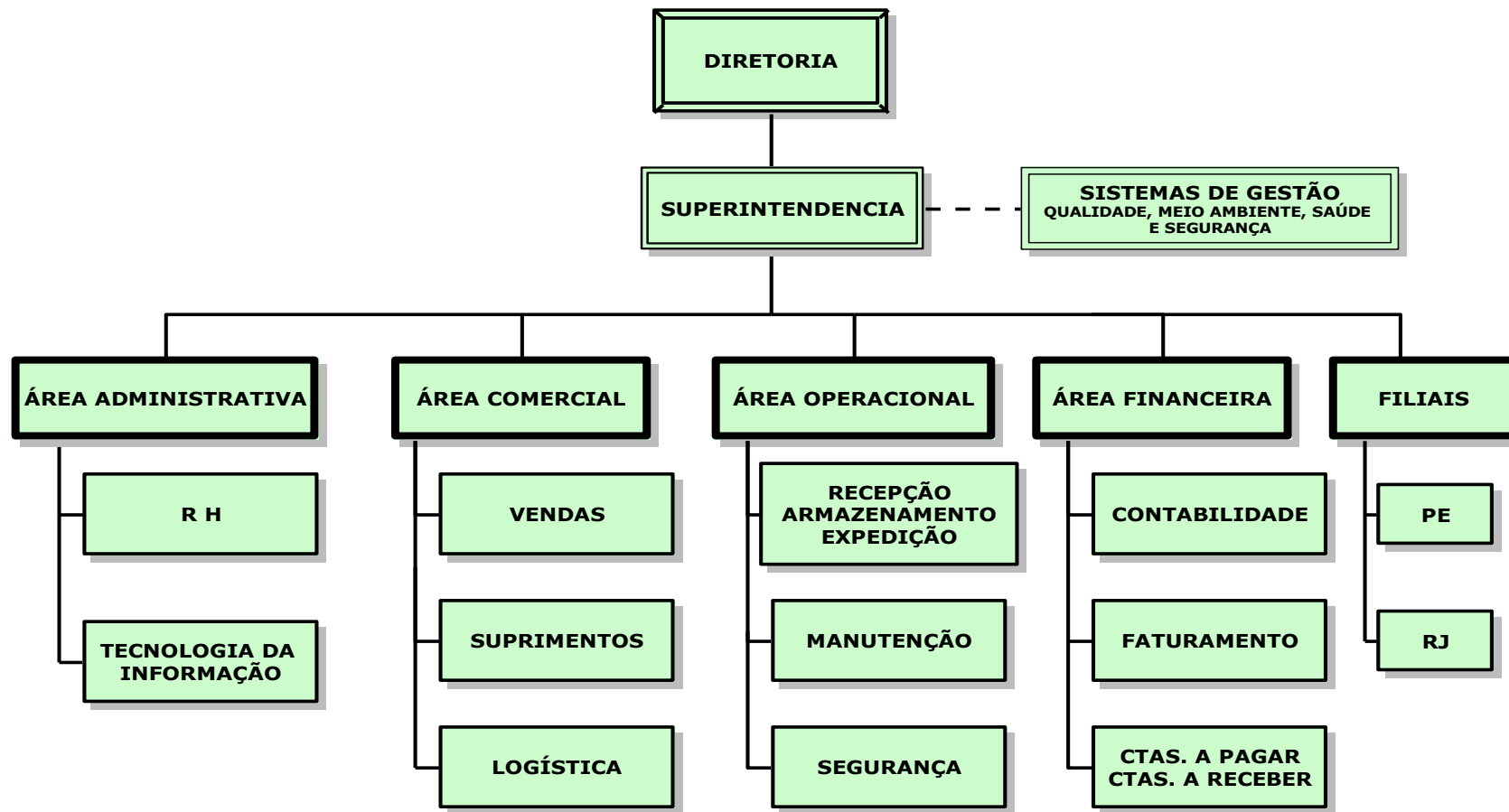



Figura 21 – Organograma da MORAIS DE CASTRO
 Fonte: Morais de Castro Comércio & Importação de Produtos Químicos Ltda.

A empresa é administrada por um conjunto de valores e diretrizes organizacionais, que enfatizam o cumprimento com todas as partes interessadas, conforme Política de QSSMA mostrada na figura 22:



MORAIS DE CASTRO
COMÉRCIO E IMPORTAÇÃO DE PRODUTOS QUÍMICOS LTDA.

QUALIDADE, SAÚDE, SEGURANÇA e MEIO AMBIENTE

VISÃO: *Ser a Maior e Melhor Empresa do Comércio Atacadista do Brasil.*

MISSÃO: *Satisfazer as necessidades dos Clientes com Serviços e Produtos Químicos e Petroquímicos dos nossos distribuídos e fornecedores.*

POLÍTICA: *Trabalhar para o desenvolvimento e perenização da Morais de Castro Comércio e Importação de Produtos Químicos Ltda., buscando a melhoria contínua de seus processos e alinhado com os seguintes princípios:*

1. *Atender as expectativas de seus clientes, fornecedores, sócios, colaboradores, comunidade e governo;*
2. *Garantir o cumprimento das leis e regulamentos governamentais sobre QSSMA;*
3. *Incentivar o envolvimento e o crescimento profissional dos colaboradores, conscientizando que a sua própria Saúde e Segurança e das outras pessoas afetadas no seu trabalho são de sua responsabilidade.*
4. *Promover e prevenir a segurança e saúde de nossos colaboradores e terceiros;*
5. *Monitorar e avaliar os objetivos e metas de Qualidade, Saúde, Segurança e Meio Ambiente;*
6. *Portar-se como uma empresa ambientalmente responsável, usando racionalmente os recursos naturais e buscando prevenir a poluição em todas as suas formas.*

A DIREÇÃO

Data: 11/12/08 - Revisão: 04

Figura 22 – Política de Qualidade, Segurança, Saúde e Meio Ambiente da Morais de Castro.
Fonte: Morais de Castro, 2009.

A organização desenvolveu uma rede própria de logística, uma área de tancagem e armazenagem de produtos embalados líquidos e sólidos, para atender cada vez melhor a sua demanda.

Oferece aos seus clientes os seguintes serviços:

- Gestão dos processos de importação de produtos;
- Operações de envase, fracionamento e entamboramento de produtos químicos;
- Administração de negócios de terceiros em suas próprias instalações;
- Prestação de serviços especializados de envase de produtos químicos em containeres, tambores e bombonas, inclusive voltados à exportação.

- Gerenciamento da distribuição: programação, monitoramento, entrega e gestão;
- Logística de abastecimento (retirada, transporte e suprimento às instalações dos clientes.

6.3 GESTÃO ESTRATÉGICA

Por ser uma empresa que atua no segmento de distribuição de produtos químicos e petroquímicos em 1975 a Morais de Castro enxergou como estratégia de gestão filiar-se a Associação Brasileira dos Distribuidores de Produtos Químicos e Petroquímicos - ASSOCIQUIM. Em 15 de dezembro de 2001 a ASSOCIQUIM deu início de forma não obrigatória, para as empresas já associadas à adesão ao Processo de Distribuição Responsável – PRODIR e para as novas empresas associadas, a adesão ao PRODIR é compulsória, com prazo de 18 meses para a implantação do processo.

Em 1991, surgiu o programa RDP (Responsible Distribution Process), iniciativa desenvolvida por membros da NACD (National Association For Cave Diving) nos Estados Unidos da América. - Programa de alcance mundial, cujo processo de gestão é voltado para o ramo da Distribuição de Produtos Químicos e Petroquímicos. Baseado nos sistemas de responsabilidades das associações de distribuição norte-americana (NACD), canadense (CACD) e mexicana (ANIQ).²¹

Em 2005 a ASSOCIQUIM que é um membro da ICCTA Conselho Internacional do Comércio do Produto Químico, decidiu que no Brasil será respeitado à determinação da ICCTA, que até 2010 todas as distribuidoras de produtos químicos e petroquímicos devem aderir à certificação no processo de distribuição responsável²².

Diante deste contexto a Morais de Castro definiu em sua gestão estratégica a implantação do PRODIR, tendo em vista, que, nunca tinham sido sistematizados os processos existentes na empresa e os funcionários não estavam acostumados a seguir procedimentos escritos, além de haver resistências decorrentes de uma

²¹ Fonte: Pesquisado no site: <http://www.iccta.org/> em 08/08/2009

²² Fonte: Guia de Implantação do Processo de Distribuição Responsável – set/2006, p.3.

experiência desastrosa, no passado remoto, de tentativa de padronização das atividades do almoxarifado. A direção da empresa sabia, também, que o mercado exigia qualidade dos produtos e serviços e a empresa não havia como mostrar que as legislações existentes de segurança, saúde e meio ambiente, aplicáveis ao negócio, estavam levantadas e implementadas, como também, se fazia necessário dar enfoque na prevenção de incidentes para garantir a sustentabilidade do negócio.

Dessa maneira foi designado o Superintendente Industrial para coordenar o processo de implantação dos sistemas de gestão na empresa, com o objetivo inicial de preparação para certificação no sistema de gestão PRODIR.

De posse dessa missão, o Superintendente definiu que o processo de certificação deveria ser consistente, abrangente e profundo para atingir o objetivo de certificação no PRODIR e permitir rapidamente a ampliação para os sistemas de gestão integrados (ISO9001/ ISO14001/ OHSAS18001). Além disso, deveria ser eficiente e eficaz o suficiente para melhorar continuamente os objetivos e metas, como também, dar maior visibilidade da empresa no mercado²³.

O processo de certificação, no sistema de gestão PRODIR, foi iniciado em abril/2002 sendo concluído em julho/2004. Esse processo inicial foi feito sem pressa e com o envolvimento de todos os funcionários, que direta ou indiretamente, fizessem parte de alguma atividade referida nos códigos e práticas do PRODIR²⁴.

Desde o início dos trabalhos se verificou que a gestão de segurança, saúde e meio ambiente precisava ser trabalhada com o foco na prevenção. Dessa maneira foi dada prioridade a preparação do manual de operação da área de almoxarifado, que resultou de dois procedimentos e dez instruções de trabalho na matriz e dois procedimentos e duas instruções de trabalho na filial-PE. Em seguida foi realizado o treinamento do manual de operação para todos os funcionários dos almoxarifados. Adicionalmente foi contratado especialista para realizar Análise Preliminar de Perigo (APP) das atividades e instalações da empresa, com vista a identificar os riscos em potenciais e eliminá-los.

²³ Manual dos Sistemas Integrados da Moraes de Castro – 19/03/09 – rev.04.

²⁴ Ata de Consultoria 08/04/2002.

Após a certificação no PRODIR foi determinado que o novo desafio fosse à preparação para a certificação no sistema de gestão ISO9001, que foi alcançado em jul/2005, durante a realização da auditoria de manutenção do PRODIR²⁵.

Posteriormente, as empresas distribuídas exigiram que a Moraes de Castro capacitasse a frota de caminhão no SASSMAQ (Sistema de Avaliação em Segurança, Saúde, Meio Ambiente e Qualidade), que é coordenado pela ABIQUIM, este desafio foi atingido em mar/2006. Isso só foi possível devido à profundidade e abrangência do processo de preparação para a obtenção do PRODIR.

A certificação nas normas de gestão ISO14001 e OHSAS18001 foram planejadas para 2007, devido à necessidade de sistematizar as certificações já obtidas. Assim foram obtidas as certificações naquelas normas em ago/2007, durante a auditoria de recertificação do PRODIR e manutenção da ISO9001. Para essa fase foi necessários se fazer o levantamento de atividades/ aspectos e impactos ambientais e perigos/ danos, além da preparação do PGRS (Programa de Gerenciamento de Resíduo Sólido), que consolidaram a atitude de prevenção idealizada pela direção da empresa²⁶.

De forma resumida, é elencado a seguir o cronograma de certificações das normas de gestão de qualidade, saúde, segurança e meio ambiente, nos processos da Moraes de Castro:

1. Certificação no PRODIR (Processo de Distribuição Responsável)

Base: Gestão em Qualidade, Segurança, Saúde e Meio Ambiente para empresa distribuidora de produtos químicos e petroquímicos.

Entidade responsável: ASSOCIQUIM (Associação Brasileira dos Distribuidores de Produtos Químicos e Petroquímicos)

Data da certificação: Jul/2004

Motivo da certificação: Cumprir as exigências da ASSOCIQUIM para as empresas filiadas a essa entidade e iniciar o processo de adequação da empresa a sistemas de gestão.

²⁵ Relatório de Auditoria nº 4858516 de 24/08/2007 – Auditora Angélica Ávila – BSI Brasil Sistemas de Gestão Ltda.

²⁶ Relatórios de Auditoria nº 704612/914 de 20/08/2007 – Auditor Ricardo Marinho – BSI Brasil Sistemas de Gestão Ltda.

2. Certificação na NBR ISO 9001

Base: Gestão da Qualidade

Entidade responsável: ABNT

Data da certificação: jul/2005

Motivo da certificação: Garantir a qualidade dos produtos/ serviços visando à satisfação dos clientes.

3. Certificação no SASSMAQ

Base: Sistema de Avaliação em Segurança, Saúde, Meio Ambiente e Qualidade

Entidade responsável: ABIQUIM

Data da Certificação: mar/2006

Motivo da certificação: exigência dos fornecedores e clientes ligados a ABIQUIM para empresas de transportes de produtos perigosos.

4. Certificação na NBR ISO 14001

Base: Gestão do Meio Ambiente

Entidade responsável: ABNT

Data da certificação: ago/2007

Motivo da certificação: Estabelecer um sistema mais rigoroso de controle da atividade de carregamento, descarregamento e envase de produto, a geração de resíduo e garantir a sustentabilidade da Morais de Castro.

5. Certificação na OHSAS 18001

Base: Gestão de Segurança e Saúde

Entidade responsável: BSI

Data da certificação: ago/2007

Motivo da certificação: Estabelecer um sistema mais rigoroso de prevenção de acidentes e incidentes, para garantir a segurança das instalações e a segurança e saúde de nossos colaboradores, visando dar maior sustentabilidade a Morais de Castro.

O objetivo principal dessa estratégia foi à preparação da empresa para a competitividade no mercado e para a nova realidade da prevenção na gestão de

segurança, saúde e meio ambiente tendo como caminho a implantação dos sistemas de gestão²⁷.

Em 2009 para renovar a sua estratégia de gestão, a empresa iniciou o processo de planejamento estratégico, a fim de sistematizar os seus processos de forma que garantam o crescimento do negócio. Figura 23 com as etapas do planejamento estratégico que estão sendo trabalhadas na gestão da Morais de Castro.

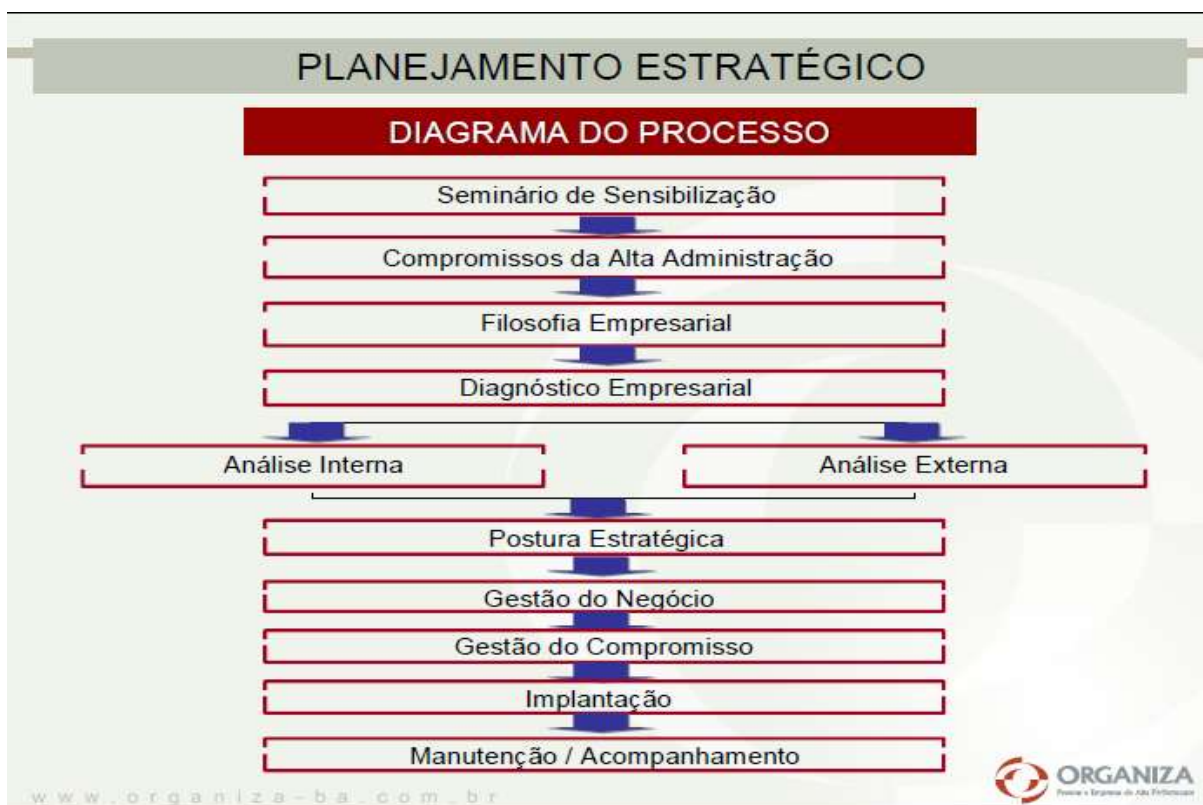


Figura 23 – Etapas do planejamento estratégico que estão sendo implantadas na Morais de Castro
 Fonte: ORGANIZA - Consultoria de Gestão Empresarial – set/09

Para implantação das ações do Planejamento Estratégico, se faz necessário o desdobramento das etapas conforme Fluxograma mostrado na figura 24:

²⁷ Certificados PRODIR nº 86289 03/10/07 – SASSMAQ nº 505122 07/04/06 – ISO9001 nº 97111 09/08/2007 – ISO14001 518775 23/08/07 – OHSAS18001 518778 23/08/08.

FLUXOGRAMA - PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

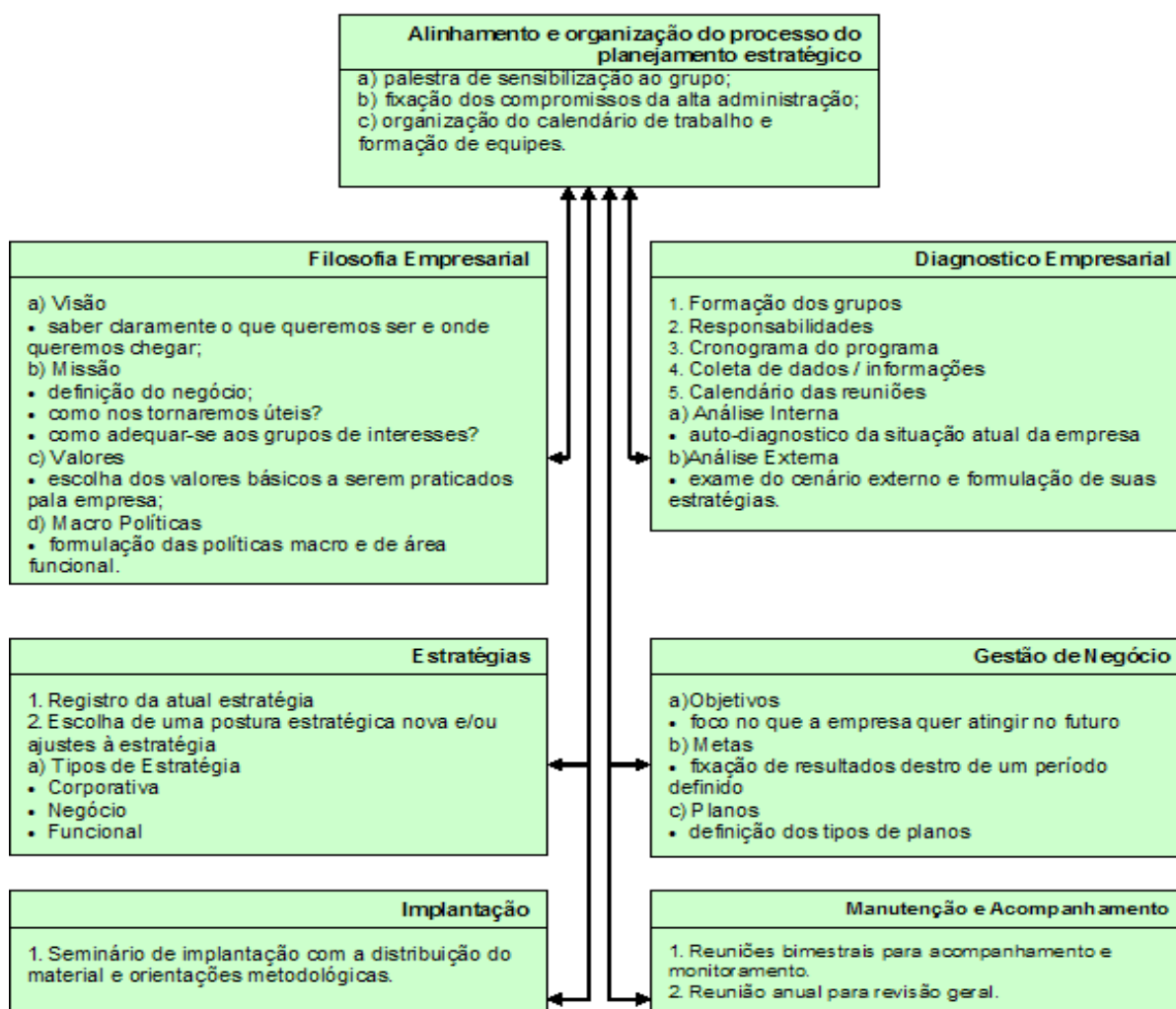


Figura 24 – Fluxograma das etapas do planejamento estratégico na Morais de Castro
 Fonte: Morais de Castro

Para o desmembramento das etapas acima, algumas já foram implantadas com as normas de gestão. Com o planejamento estratégico, estas etapas serão ajustadas para a nova realidade, alinhando com as demais etapas. A figura 25 mostra as etapas e o seu estágio atual de implantação.

Segundo Dias (2000, p.4) o processo de planejamento estratégico consiste então em capitalizar as forças da organização para aproveitar as oportunidades externas, enquanto são evitadas as ameaças, contornando-se as fraquezas internas. Procurando atingir uma adequação entre as capacidades internas e as possibilidades externas na formulação de estratégias.

É importante destacar que uma das principais estratégias definida pela empresa Morais de Castro, é de ter a “Gestão Ambiental” como vantagem

competitiva. E para assegurar isso, foram estabelecidos alguns indicadores ambientais que serão acompanhados e monitorados.

6.4 GESTÃO AMBIENTAL

A gestão ambiental da Moraes de Castro iniciou-se em 1996, com a criação da Comissão Técnica da Garantia Ambiental CTGA²⁸, a partir daí a empresa passou a lidar com as questões ambientais de outra forma. Em abril de 2002, foi dado início a sistematização da gestão ambiental na empresa com a implementação do Processo de Distribuição Responsável PRODIR. Com base em sua própria atividade e filosofia de trabalho, os trabalhos foram desenvolvidos, conforme estrutura abaixo:

a) Realização de auditoria com base nos códigos e práticas do PRODIR para mapear a situação que se encontrava a gestão dos processos da empresa. A partir daí, foi traçado um plano de ação flexível, com a participação das unidades da matriz e filial-PE, com previsão de conclusão, que poderia ser alterada a depender da necessidade da empresa, com tanto que o limite estabelecido não ultrapassasse jul/2005.

b) A metodologia utilizada constou da formação de grupos de trabalho, com a participação dos funcionários, que tinham atuação nos códigos e práticas do PRODIR que estavam sendo implantados. Cada grupo formado tinha posse de um plano de ação, onde estavam definidas as atividades, os responsáveis e os prazos de conclusões. Em reuniões semanais, o consultor explicava como as atividades deveriam ser realizadas e os membros dos grupos resolviam as pendências, até que todo material necessário para conclusão da prática fosse concluído, quando se iniciava o treinamento dos funcionários envolvidos, em seguida a implementação da prática.

c) Após uma prática do PRODIR ter sido implementada por cerca de 2 meses, iniciava-se o processo de auditoria para se identificar possíveis falhas de interpretação pelos envolvidos, para as devidas correções. Paralelamente a cada três meses eram realizadas reuniões de análise crítica, com a participação de todos

²⁸ Ata da assembléia de constituição da comissão técnica de garantia ambiental – CTGA – tabelionato 14º ofício 16/06/1997.

os envolvidos, para se fazer a avaliação da situação de cada prática e o alinhamento das interfases existentes entre práticas.

A implantação dos códigos e práticas foram verificados e acompanhados pela ASSOCIQUIM durante todo processo, conforme demonstrando na figura 25:

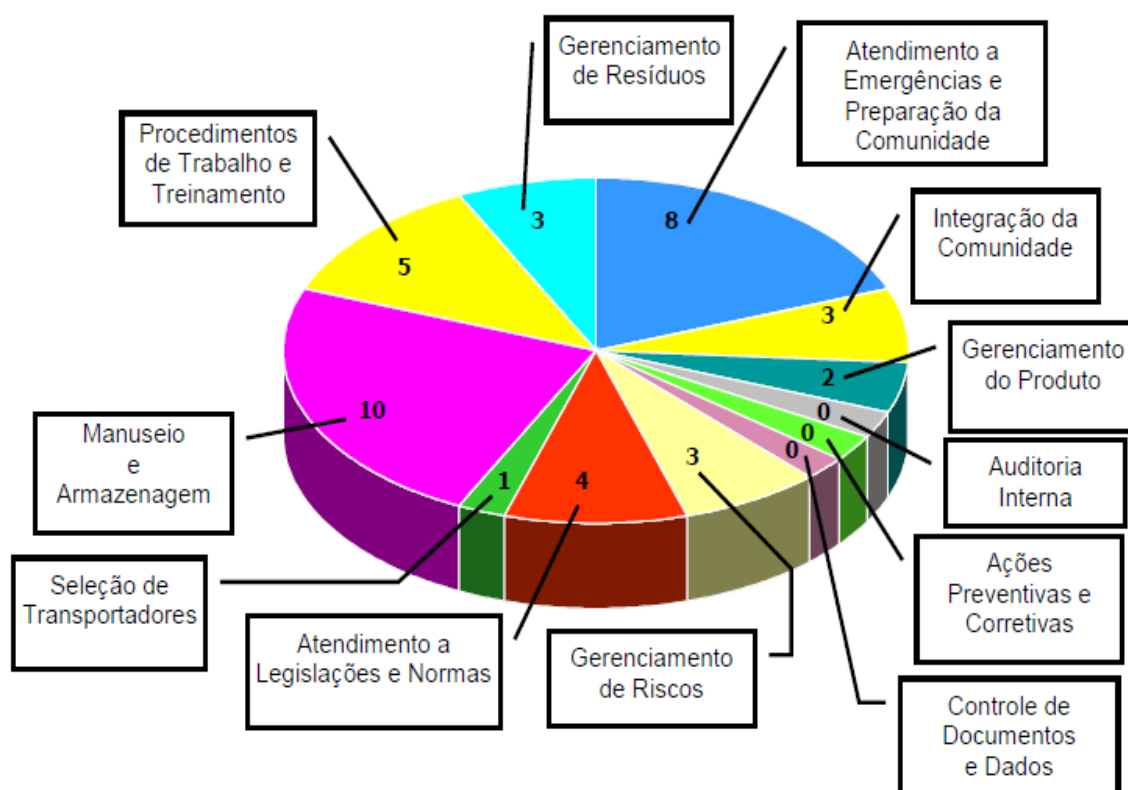


Figura 25 – Gráficos dos códigos e práticas do PRODIR

Fonte: Associação Brasileira dos Distribuidores de Produtos Químicos e Petroquímicos

Para melhor entendimento do que é o sistema de gestão PRODIR, no quadro 7 são relacionados os 12 códigos e 39 práticas que a empresa precisa implementar para ser certificada:

Códigos	Práticas
I - Gerenciamento de Risco	<p>A - Comprometimento da Alta Administração, através de uma política, comunicações e recursos para promover a melhoria continua de segurança na distribuição de produtos químicos.</p> <p>B - Revisões periódicas com fornecedores dos riscos dos materiais.</p> <p>C - Identificação e implementação de “medidas para redução de riscos”.</p>
II – Atendimento a legislações e Normas	<p>A - Sistemática de identificação de legislações e práticas industriais nas atividades de distribuição de produtos químicos.</p> <p>B - Sistemática para implementação de legislação e práticas aplicáveis às atividades de distribuição de produtos químicos.</p> <p>C - O treinamento de todos os funcionários na implementação de legislações aplicáveis bem como nos requisitos específicos da empresa.</p> <p>D - Sistemática de avaliação do atendimento por parte dos funcionários, contratados e revendedores das legislações aplicáveis e requisitos internos específicos da empresa.</p>
III – Seleção de Transportadores	<p>A - Sistemática para seleção de transportadores de produtos químicos que inclua saúde, segurança, seguro, meio ambiente, atendimento as legislações e avaliação de desempenho.</p>
IV – Manuseio e Armazenagem	<p>A - Procedimentos para garantir que as embalagens são adequadas aos produtos químicos acondicionados e em conformidade com os requisitos legais e isentos de defeitos.</p> <p>B - Procedimento para a limpeza e reuso de equipamentos de transporte e embalagens de produtos químicos e a disposição adequada de resíduos de limpeza.</p> <p>C - Procedimentos para carga e descarga de produtos químicos nas instalações das empresas, que resultem em proteção das pessoas, redução de emissões para o meio ambiente, assegurando que os produtos químicos sejam carregados e descarregados com adequada embalagem de armazenamento.</p> <p>D - Um programa para fornecer orientações e informações dos fabricantes para clientes, armazéns, terminais e transportadores sobre procedimentos para carga, descarga e armazenagem de produtos químicos.</p> <p>E - Sistemática para seleção de locais para armazenamento, próprios ou contratados de produtos químicos, que enfatizem a saúde, segurança e meio ambiente incluindo avaliações periódicas.</p> <p>F - Controle de procedimentos escritos operacionais vigentes.</p> <p>G - Projetos de instalações, construção, manutenção, inspeção e práticas seguras que promovam a integridade das instalações, em consistência com códigos e legislações específicos.</p> <p>H - Desenvolver um processo para adicionar seguridade (seguro) à área e ao transporte de produtos químicos</p> <p>I - Providenciar Meios para controle de processos e equipamentos durante situações de emergência resultantes de eventos naturais, interrupções de utilidades e outras condições externas.</p> <p>J - Procedimentos para rotular e marcar apropriadamente embalagens e containeres.</p>
V – Procedimento de Trabalho e Treinamento	<p>A - Procedimentos para garantir que as embalagens são adequadas aos produtos químicos acondicionados e em conformidade com os requisitos legais e isentos de defeitos.</p> <p>B - Procedimento para a limpeza e re-uso de equipamentos de transporte e embalagens de produtos químicos e a disposição adequada de resíduos de limpeza.</p> <p>C - Procedimentos para carga e descarga de produtos químicos nas instalações das empresas, que resultem em proteção das pessoas, redução de emissões para o meio ambiente, assegurando que os produtos químicos sejam carregados e descarregados com adequada embalagem de armazenamento.</p>

	D - Um programa para fornecer orientações e informações dos fabricantes para clientes, armazéns, terminais e transportadores sobre procedimentos para carga, descarga e armazenagem de produtos químicos.
	E - Sistemática para seleção de locais para armazenamento, próprios ou contratados, de produtos químicos, que enfatizem a saúde, segurança e meio ambiente incluindo avaliações periódicas.
VI – Gerenciamento de Resíduos	A - Procedimento para garantir que todo o resíduo gerado e embalagens vazias contaminadas são dispostos de uma maneira responsável e de acordo com as legislações vigentes.
	B - Um claro comprometimento da alta gerência por meio da comunicação de políticas, recursos e programas em andamento voltados para a redução de resíduos e prevenção da poluição nas instalações de cada empresa.
	C - Um comprometimento para instituir a conservação de recursos.
VII – Atendimento a Emergências e Preparação da Comunidade	A - Um processo para atender e registrar os incidentes/acidentes na distribuição de produtos químicos da empresa e implementação de medidas preventivas adequadas resultantes do processo investigativo.
	B - Sistema de investigação interno e registro das ações corretivas adequadas e controle de andamento de cada incidente e/ou quase acidente que resultou ou poderia ter resultado em incidente ou noticiário com produto químico
	C - Procedimentos para fazer com que as informações de atendimento à emergência com produtos químicos da empresa estejam disponíveis para agências/órgãos de atendimento emergencial.
	D - Comunicação com órgãos públicos e/ou comissões locais de planejamento e organizações de respostas às emergências a respeito dos perigos potenciais dos produtos químicos da empresa.
	E - Revisão anual, testes e avaliação da operacionalidade dos planos escritos de ações de emergência e prevenção de incêndio e/ou planos de resposta à emergência da empresa
	F - Visitas às instalações pelos integrantes da Brigada de Atendimento a emergências para promover a preparação para emergências e fornecer um conhecimento atualizado da operação das instalações.
	G - Participação do plano de atendimento a emergência escrito com a brigada local de atendimento a emergência e outras empresas. Se não existir planos da comunidade, a empresa deve se esforçar para criar um.
	H - Participação no processo do Comitê de planejamento de atendimento a emergência local para desenvolver e testar periodicamente o plano de atendimento a emergência local.
VIII – Integração com a Comunidade	A - Interação com organizações, representantes de funcionários, de associações, entidades governamental e a comunidade, para divulgar o processo de Distribuição Responsável.
	B - Informações e atualizações aos funcionários relativas ao PRODIR e encorajar funcionários chave a se envolverem nos esforços da comunidade externa.
	C - Defender às políticas de responsabilidades relativas à distribuição de produtos químicos.
IX – Gerenciamento de Produto	A - Um processo para qualificar os clientes com relação ao atendimento as legislações governamentais.
	B - As empresas devem atuar junto aos clientes no sentido de estimular a divulgação adequada de informações sobre uso, manuseio e disposição final de produtos químicos compatíveis com os respectivos riscos. Uma empresa deve decidir interromper seus negócios com clientes cujas práticas são claramente inconsistentes com o PRODIR.
X – Auditorias Internas	
XI – Ações Preventivas e Corretivas	
XII – Controle de Documentos e Dados	

Quadro 7 – Códigos e práticas do Processo de Distribuição Responsável

Fonte: Manual PRODIR, 2005.

Após a implantação dos códigos e práticas, uma empresa de Certificação, com acreditação nacional e internacional e qualificada pela ASSOCIQUIM, foi contratada para fazer a verificação e recomendar a Morais de Castro para a certificação do PRODIR. Isso ocorreu em julho de 2004²⁹.

Em continuidade a sua gestão ambiental, a Morais de Castro também conquistou a certificação do SASSMAQ e da ISO14001.

Para garantir a sustentabilidade de todas as normas de gestão ambiental, a empresa estabeleceu as seguintes ações para ser implementadas:

- a) Revisar o manual de gestão ambiental para incluir os requisitos relativos à todas as normas de gestão ambiental:
- b) Fazer o levantamento de atividades/ aspectos/ impactos e atividades/ perigos/ danos para as tarefas que não faziam parte da avaliação realizada na APP (Análise Preliminar de Perigo), que foi feita para atender o requisito do sistema de gestão PRODIR;
- c) Preparar o PGRS (Programa de Gerenciamento de Resíduo Sólido), para definir claramente como se deveriam tratar os resíduos gerados durante a realização das atividades.

Todas essas atividades foram tratadas pelos funcionários que tinham envolvimento diretos. Assim a documentação foi preparada, o treinamento dos envolvidos foi realizado, para ser implementado na empresa.

Atualmente os sistemas de gestão estão implantados de forma sistematizada, com o envolvimento de todos os funcionários, seja diretamente nas atividades, realizando auditorias internas, ou participando dos treinamentos realizados e agregando valor em suas rotinas diárias.

Relacionamos abaixo os principais marcos da Gestão Ambiental na Morais de Castro:

- a) Adesão a ASSOCIQUIM (1975)
- b) Elaboração do 1º EIA (1996)
- c) Criação do CTGA (1996)
- d) Política Ambiental - versão 1 (1996)

²⁹ Relatório de Auditoria nº 524322 de 22/07/2004 – Auditora Angélica Ávila – BSI Brasil Sistemas de Gestão Ltda.

- e) Implantação de parque de tancagem (1990)
- f) Início da recuperação de área verde contigua (1992)
- g) Criação do Comitê Ambiental na alta administração (1992)
- h) Elaboração do 2º EIA (2000)
- i) Início da implementação de sistemas de gestão PRODIR (2002)
- j) Formação do Comitê Gestão Ambiental (2003)
- k) Adesão ao Núcleo de Educação Ambiental – NEA (2002)
- l) Certificação do sistema de gestão PRODIR (2004)
- m) Análise Preliminar de Perigos – APP (2004)
- n) Coleta Seletiva de resíduos (2004)
- o) Certificação do sistema de gestão ISO9001 (2005)
- p) Melhoria no sistema de entabramento (2005)
- q) Licença Ambiental para transporte (2005)
- r) Certificação do sistema de gestão SASSMAQ (2006)
- s) Programa de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (2006)
- t) Certificação do sistema de gestão ISO14001 (2007)
- u) Análise Preliminar de Perigos – APP (2007)
- v) Certificação do sistema de gestão OHSAS18001 (2007)
- w) Integração dos Sistemas de Gestão SGI (2007)
- x) Ampliação do Parque de Tancagem (2008)
- y) Renovação das Licenças Ambientais (2008)
- z) Renovação da Política Ambiental 4ª revisão (2008)
- aa) Participação do Premio Desempenho Ambiental FIEB (2008)
- bb) Melhoria da área de conservação ambiental (2009)
- cc) Evolução do “Controle Ambiental” baseado na Gestão Integrada SGI (2009).
- dd) Análise Preliminar de Perigos – APP (2009)
- ee) Implementação do Balanço Ambiental (2009)
- ff) Implementação e Sistematização do Planejamento Estratégico (2009)

6.5 TRABALHO DE CONSERVAÇÃO AMBIENTAL

Em 1991 a organização estabeleceu como prioridade a proteção ambiental na área de servidão pública, contígua a sua matriz. A idéia inicial era vitalizar a área que estava degradada. Com ajuda de uma pessoa da Comunidade iniciou-se a recuperação da área plantando espécies de pequeno porte. Posteriormente, percebendo a fertilidade do terreno, outras espécies de grande porte foram plantadas, como mangueiras, goiabeiras, jaqueiras e figueiras, recuperando assim, a consistência dos taludes, evitando erosão quando em épocas de precipitação pluviométrica abundante.



Figura 26 – Antes da recuperação Ambiental
Fonte: Morais de Castro ano de 1992



Figura 27 – Em processo de recuperação
Fonte: Morais de Castro ano de 1997



Figura 28 – Foto 2005 área recuperada
Fonte: Morais de Castro ano de 2005



Figura 29 – Área totalmente recuperada
Fonte: Morais de Castro ano de 2009

Na área de proteção ambiental mantida pela Morais de Castro, foi liberada para uma pessoa da comunidade circunvizinha de Porto Seco, a responsabilidade de recuperar a fertilidade da terra existente. Os recursos necessários para a conservação da área são mantidos pela Morais de Castro e o que é colhido de hortaliças e frutas é utilizado para o sustento da própria pessoa, como também, para distribuição com outras pessoas da comunidade, feita pela própria pessoa responsável pelo plantio, manutenção e colheita. Figuras 30 e 31:



Figura 30 – Colheita 2009
Fonte: Morais de Castro



Figura 31 – Colheita 2009
Fonte: Morais de Castro

Em agosto de 2009, foi catalogada na área de conservação a reserva ambiental 42 de espécies frutíferas, além de diversas espécies de plantas ornamentais, raízes e grãos, conforme seguem no quadro 8:

FRUTIFERA	FRUTIFERA	PLANTAS ORNAMENTAIS
Abacate	Abacaxi	Veludo
Abil	Açaí	Murta
Acerola	Banana D'água	Palmeira
Banana da Prata	Banana Maçã	Sambambaia
Cacau	Cajá	Graxa
Cana	Coco	Mélica
Cravo de Bolo	Cupuaçu	
Figo	Fruta do Conde	RAIZES
Fruta Pão	Goiaba	Aipim
Graviola	Guaraná	Batata Doce
Ingá	Jabuticaba	Inhame

Jaca Dura	Jaca Mole	
Jambo	Jenipapeiro	
Laranja de umbigo	Laranja Lima	GRÃO E ORTALÍCIAS
Limão	Laranja Pêra	Fava
Manga	Manga Espada	Feijão de Corda
Manga Rosa	Pêra	Feijão Fradinho
Pinha	Pitanga	Andu
Sapoti	Siriguela	Maxixe
Tangerina	Tangerina Pocan	Couve
Umbu Cajá	Pimenta de Cheiro	Repolho

Quadro 8 – Tipos de Espécies. Fonte: Própria da Morais de Castro, jun/09.

Em janeiro de 2003, foi publicado na revista Ecológico, ano III nº 4, uma reportagem sobre “Responsabilidade Ambiental” com o presidente da Morais de Castro. A figura 32 mostra que desde aquela época a empresa já tem publicamente divulgado as suas ações de conservação ambiental. (Anexo 6).



Figura 32 – Publicado na revista Ecológico em 2003.
Fonte: Área de conservação Morais de Castro publicado na revista Ecológico, ano III nº 4

Desde 1998, a Morais de Castro vem divulgando de forma conscientizadora e educativa o trabalho de conservação ambiental através de folhetos e adesivos, mostrando a sua preocupação com o meio ambiente. (Anexo 10).

Destacamos fruto da colheita de 2009 na área de conservação ambiental da Morais de Castro em anúncio publicado na revista da Associação Comercial da Bahia – ACB, em setembro de 2009. (Figura 33)

Clientes satisfeitos: nosso maior fruto



Há quase meio século a **Morais de Castro** vem semeando responsabilidade socio-ambiental, qualidade, segurança e saúde. Durante todo este tempo, além de cuidar da relação com meio ambiente natural, a empresa vem colhendo e oferecendo cada vez melhores condições de infra-estrutura, atendimento, comercialização, logística e distribuição de produtos químicos.

Morais de Castro, desde 1960
respeitando o homem e desenvolvendo trabalhos de conservação ambiental.



Distribuições Autorizadas:
 Shumol Moveil / Canôla Metax
 Com Products Brasil / Dow Corning
 Dow Coating Materials / Hexion Química
 Cyrosulfonol / Mistarox
 Cloteno / Peróxido de Hidrogênio
 Rhodoflocamida / Tensilyle



Mérida - Maranhão:
 Rua Manoel Gomes de Castro, 512 • Fone: (71) 2126-4586
 Fone: (71) 2126-4586 • Fax: (71) 2126-4586
 Cx Postal 1380 • CEP: 41200-000 • Salvador/BA
 e-mail: moraisdecastro@moraisdecastro.com.br
 www.pape: www.moraisdecastro.com.br

PE - Pernambuco:
 Rod. BR 101 - Km 17 - Pajebe
 Fone: (51) 3470-1122
 Fax: (51) 3479-1457
 CEP: 54300-000
 Jaboatão dos Guararapes/PE

PE - Rio de Janeiro:
 Av. Rio Branco, 158 - 50111 - Centro
 Fone: (21) 2533-1993
 Fax: (21) 2533-0940
 CEP: 20040-900
 Rio de Janeiro/RJ

Figura 33 – Fotografado em 2009 da área de conservação ambiental da Morais de Castro
 Fonte: Anúncio publicado na revista da Associação Comercial da Bahia – set/09.

Foi destacada a área de conservação ambiental da Morais de Castro através de anúncio publicado na revista da Associação Comercial da Bahia – ACB, em outubro de 2008. (Figura 34)

CLIENTES SATISFEITOS: NOSSO MAIOR FRUTO

HA QUASE MEIO SÉCULO A MORAIS DE CASTRO VEM SEMEANDO RESPONSABILIDADE SÓCIO-AMBIENTAL, QUALIDADE, SEGURANÇA E SAÚDE. DURANTE TODO ESTE TEMPO, ALÉM DE CUIDAR DA RELAÇÃO COM MEIO AMBIENTE NATURAL, A EMPRESA VEM COLHENDO E OFERECENDO CADA VEZ MELHORES CONDIÇÕES DE INFRA-ESTRUTURA, ATENDIMENTO, COMERCIALIZAÇÃO, LOGÍSTICA E DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS QUÍMICOS. MORAIS DE CASTRO, DESDE 1960 RESPEITANDO O HOMEM E O MEIO AMBIENTE.

ISO 9001:2000
75 27111

SASMAQ

ISO 14001:2004
6482 214713

OHSAS 18001:1999
0482 214713

Distribuições Autorizadas:
Salvador: Morais, Carvalho, Freitas, Camargo Products, Berti, Dow Corning, Pimenta Química, Quimdel, Metacrom, Outros; Pernambuco: do Brasil, Rhodir, Polimidos, Rulimil, Itaraj, Tetr & Lyra

MORAIS DE CASTRO
COMÉRCIO E IMPORTAÇÃO DE PRODUTOS QUÍMICOS S/A

Salvador:
Rua Álvaro Gomes de Castro, 612 - Portinho Pequeno
Fone: (71) 2189-6066 - Fax: (71) 2189-6032
Cx. Postal 1306 - CEP: 41223-020 - Salvador/BA
e-mail: moraisdecastro@moraisdecastro.com.br
home page: www.moraisdecastro.com.br

Pernambuco:
Rua: 94 131 - Km17 - Pajuçara
Fone: (81) 3476-1322
Fax: (81) 3476-1427
CEP: 54235-003
Avenida das Quatropés/PE

Rio de Janeiro:
Av. Rio Branco, 156 - 502111 - Centro
Fone: (21) 2032-2940
Fax: (21) 2032-2940
CEP: 20043-900
Rio de Janeiro/RJ

Figura 34 – Fotografado em 2008 da área de conservação ambiental da Morais de Castro.
Fonte: Anúncio publicado na revista da Associação Comercial da Bahia- out/08.

A fauna local, composta de pequenos roedores e diversas espécies de pássaros, passou a povoar o espaço, inclusive sendo alvo para alimentação de falcões Peregrinos que, no mês de março de cada ano, faz na torre da caixa de água da Morais de Castro, sua moradia temporária. A figura 35A, B, C e 36A e B mostra a recuperação da área, que antes se encontrava degradada, hoje, é sustentável devido ao trabalho que está sendo desenvolvido. Tais iniciativas sócios ambientais repercutem favoravelmente na comunidade do seu entorno. Figuras do falcão Peregrino na torre da caixa de água da Morais de Castro.



Figura 35A, B, C – Fotos do Falcão Peregrino no penúltimo degrau da torre da Morais de Castro em 2005

Fonte: Morais de Castro



Figura 36A, B – Fotos dos falcões na escada da torre da Morais de Castro tiradas em abril 2009

Fonte: Morais de Castro

Destacamos fotos dos falcões peregrinos na torre da Morais de Castro na figura 37 em anúncio publicado na revista da Associação Comercial da Bahia – ACB, em abril de 2009.

Morais de Castro há 49 anos a disposição do homem e do meio ambiente.



É no verão das faldas que os falcões peregrinos buscam abrigo durante os meses congelantes do Inverno da Norte. E, há nove anos, ininterruptamente, a **Morais de Castro** tem o honra de hospedar em seu castelo d'água um exemplar desta espécie: solitário e esquivo. Com 20 metros de altura, o equipamento tornou-se o ponto seguro de nosso litoral marítimo, sempre entre os meses de novembro e março.

Em 2009, ele tornou surpreendente, o ano veio acompanhado. Agora são dois falcões peregrinos que fazem de nossa área verde o seu abrigo tropical. Instalado nas faldas da empresa, desde 1992 o terreno antes estéril foi transformado em terra cultivável, abrigando também aves e roedores de pequeno porte, um verdadeiro berçário para nossa natureza.

Mais do que uma simples visita, a presença dos falcões peregrinos atestam que nosso espaço está no caminho certo: comercializando produtos químicos industriais sem jamais abrir mão da responsabilidade ambiental.

Para mais informações, consulte: www.peregrinafalcon.org/interact.asp

Certificações de Sistemas de Gestão: Qualidade, Segurança, Saúde e Meio Ambiente

Distritamentos Autorizados:

Morais de Castro
 Rua Álvaro Camargo de Castro, 332 - Parque Piraí
 Fone: (71) 3398-8888 - Fax: (71) 3398-8880
 Cx. Postal: 1595 - CEP: 41235-000 - Salvador-BA
 e-mail: contato@moraisdecastro.com.br
 Home page: www.moraisdecastro.com.br

Rita Peroncello
 Rua: 301 - 317 - Avará - Açuaria
 Fone: (71) 3476-1700
 Fax: (71) 3476-1400
 CEP: 41220-000
 Celular: 316 22466677

Rita Peroncello
 Av. São Paulo, 256 - 20111 - Dário
 Fone: (71) 3460-9900
 Fax: (71) 3460-0940
 CEP: 41243-000
 P.O. Box: 20000-000

MORAS DE CASTRO
 Qualidade e Responsabilidade Ambiental

Figura 37 – Fotografada em 2009, torre situada nas instalações da Morais de Castro
 Fonte: Anúncio publicado na revista da Associação Comercial da Bahia – abr/09.

Texto fiel do anúncio acima: “É no verão dos trópicos que os falcões peregrinos buscam abrigo durante os meses congelantes da América do Norte. E, há nove anos, interruptamente, a Morais de Castro tem a honra de hospedar em seu castelo d’água um exemplar desse espécime solitário e caçador. Com 36 metros de altura, o equipamento torna-se o porto seguro de nosso ilustre visitante, sempre entre os meses de novembro e março.

Em 2009, de forma surpreendente, a ave veio acompanhada. Agora são dois falcões peregrinos que fazem da nossa área verde o seu endereço tropical. Localizado nos fundos da empresa, desde 1992 o terreno antes estéril foi transformado em terra cultivável, abrigando também aves e roedores de pequeno porte, um verdadeiro banquete para nosso mascote.

Mais do que uma simples visita, a presença dos falcões peregrinos atestam que nossa empresa está no caminho certo: comercializando produtos químicos industriais sem jamais abrir mão da responsabilidade ambiental”.

A Morais de Castro desde 2002 filiou-se ao Núcleo de Educação Ambiental das Empresas da Bahia - NEA, que vem desenvolvendo trabalhos sócios ambientais em parceria com as outras empresas associadas, favorecendo a comunidade de seu entorno. Além disso, o NEA promove anualmente seminário educacional que tem como público alvo a comunidade, organizações, universidades e pesquisadores. Este seminário nos últimos três anos vem ocorrendo nas instalações auditório da Infraero. Em 2005 a Morais de Castro participou no seminário como palestrante com o tema: “*Sistemas de Gestão e suas Melhorias*”. Demonstrando para todas as partes interessadas o trabalho socioambiental que a empresa vem desenvolvendo.

A Morais de Castro ainda não possui certificação da Norma ISO16001 de Responsabilidade Social, porém, atende aos requisitos estabelecido pela norma, comportando-se como uma empresa socialmente responsável e freqüentemente é auditada pelo seus parceiros clientes e fornecedores. Haja vista, o fato de ter a certificação, não significa que a empresa é socialmente responsável, mas que possui um sistema de gestão da Responsabilidade Social. A norma chega a estabelecer que as comunicações externas e internas da organização deverão respeitar este preceito.

6.6 IDENTIFICAÇÃO DO PÚBLICO BENEFICIÁRIO

A implantação dos sistemas de gestão na Morais de Castro trouxe os benefícios:

6.6.1 Funcionários

Os funcionários foram estimulados a voltar estudar. Para isso, a empresa criou desde 2002 uma política de benefício para cursos de longa duração, destinados aos funcionários da empresa. Conforme é mostrado na tabela 2:

Tabela 2 – Demonstração do crescimento instrução acadêmica dos funcionários da Morais de Castro

Ano	1º grau incompleto	1º grau completo	2º grau incompleto	2º grau completo	Graduação	Pós-Graduação
2002	30%	25%	16%	21%	6%	2%
2007	0%	28%	30%	25%	12%	5%
2008	0%	21%	33%	28%	13%	5%
2009	0%	14%	36%	30%	14%	6%

Abaixo a relação dos cursos e instituições que a empresa financia para os seus funcionários. Além destes foram também custeados cursos de técnicos e profissionalizantes, conforme apresentado no quadro 9:

Nível	Curso	Entidade
Graduação	Logística	UNIFACS
Graduação	Direito	FIB
Pós-Graduação	Finanças	FGV
Pós-Graduação	Auditoria Contábil	Maurício Nassau
Mestrado	Meio Ambiente	UCSAL
Graduação	Administração	CAIRU
Graduação	Contabilidade	CAIRU
Graduação	Tec. Informação	UNIME
Graduação	Rede computação	UNIJORGE
Graduação	Ciências Contábeis	Faculdade da Cidade SSA

Quadro 9 – Demonstração dos cursos e instituições frequentados pelos funcionários da empresa

6.6.2 Clientes

Anualmente é realizada uma pesquisa de satisfação com os clientes, quando é verificado o nível de satisfação dos produtos e serviços. Ações corretivas são tomadas quando necessário. Sendo que, para o ano de 2009 foi desenvolvido uma nova metodologia de aplicação, onde, tanto os clientes internos, como os externos, receberão a pesquisa por meio eletrônico, através de um link que possibilitará uma resposta automatizada dos resultados alcançados, dando maior rapidez e possibilitando maior flexibilidade nas ações necessárias. E com isso a Morais de Castro procura atender as expectativas de seus clientes, proporcionando melhores resultados para a empresa.

6.6.3 Comunidade

Em relação à comunidade, algumas ações foram realizadas, conforme seguem:

- a) Doação dos resíduos recicláveis a Cooperlix Cooperativa de Recicladores de Lixo, localizada no bairro circunvizinho as instalações da empresa. Semanalmente os resíduos gerados são recolhidos.
- b) Área de conservação ambiental mantida pela Morais de Castro, onde, toda a colheita de hortaliças e frutas é levada para a comunidade.

6.6.4 Governo

A Morais de Castro possui todas as Licenças Ambientais necessárias para o funcionamento de seu negócio, como também, cumpri todos os condicionantes das respectivas Licenças.

Como demonstrações seguem alguns dos condicionantes da licença de 2008 que estão sendo acompanhado:

01	Monitoramento efluente pluviais em Jun/Ago – parâmetro cap. IV Conama 357/05	Anual	Sistemas de Gestão	1º ciclo realizado em jul/2009
02	Elaborar e implementar Plano de Monitoramento das Águas Subterrâneas	Anual	Superintendência e Gestão	Trabalho de implantação de poços e plano de monitoramento executado 1º ciclo de análise – jul/2009

Quadro 10 – Alguns dos condicionantes da licença

6.6.5 Terceiros contratados

Com a melhoria dos processos e o crescimento da empresa, surgiu à necessidade de contratar vários terceiros, todos eles seguem as exigências das normas de gestão. No quadro 11 é mostrado a relação de terceiros:

Fornecedor	Área Responsável	Tipo do Serviço	Periodicidade de atuação	Influência diretamente a QSSMA
1. Asseg - Centro De Treinamento Ltda.	Almoxarifado	Treinamento de Segurança		Sim
2. Calil Service		Alarme de incêndio		Sim
3. Celular Gráfica		Fichas de emergência		Sim
4. Gava Veiculos		Capacitação da Frota		Sim
5. Geinsp Ltda.		Capacitação da Frota		Sim
6. Hidratec - Everaldo Rodrigues Sampaio		Manutenção		Sim
7. Recal Revestimentos E Calderaria		Revestimento de Tanques		Sim
8. Rio Bahia Veiculos Ltda.		Manutenção de Veículos		Sim
9. Sanar Fogo Comércio de Extintores Ltda.		Manutenção de extintores e Mangueiras de Incêndio		Sim
10. Sest Senat		Treinamento		Sim
11. Technico Coml. de Equipamentos S/A.		Manutenção de Empilhadeira		Sim
12. Vertical Equipamentos Ltda		Serviço de Guindaste		Sim
13. Translimp		Lavagem de Taque de Caminhão		Sim
14. Artemp Engenharia		Manutenção de Ar Condicionado		Sim
15. Tom & Jerry		Controle de Pragas		Sim
16. Ilsio Moreira Montagens		Manutenção de Balanças		Sim
17. Graciano Lavagens Vapor Ltda.		Lavagem de Taque de Caminhão		Sim
18. Alpha Comunicação e Design	Sistemas de Gestão	Comunicação		Sim
19. RR Donnelley Editota e Gráfica Ltda.		Comunicação		Sim
20. New Brindes/ Só Marcas		Comunicação/Brindes		Não
21. 2pontos Comercial Web Experts		Comunicação/Web		Sim
22. Occta Engenharia		Consultoria		Sim
23. Domingos Junqueira		Comunicação		Sim

24. ERS Engenharia		Engenharia e Serviços Ambientais		Sim
25. Franco Engenharia		Serviços (SSMA)		Sim
26. Corplab Laboratório de Ensaios		Análises de Laboratório		Sim
27. SENAI/CETIND		Análises de Laboratório		Sim
28. Nossa Voz		Mensagem espera fone		Sim
29. Microsiga TOTVS.		Gestão integrada		Sim
30. Produs Informática	Tecnologia da Informação	Assistência Técnica de Equipamentos		Não
31. Paulo Gógias		Suporte de Redes e Infra-estrutura de computadores		
32. CIL - Comércio de Informática Ltda. (NAGEM)		Material de Consumo		Não
33. Omega Papelaria Ltda.		Material de Escritório		Não
34. Entel Comércio e Representações Ltda.		Material de Escritório		Não
35. Bobson Locação de Máquinas Ltda		Material de Escritório		Não
36. Gráfica Amazonas Ltda.		Gráfica		Sim
37. Distribuidora de Água Mineral		Fornecimento água		Sim
38. Pólo Manutenção e Serviços Técnicos Ltda.		Lavagem de uniformes dos almoxarifés		Sim
39. Bompreço Bahia S.A.		Material de Limpeza		Não
40. Makro		Material de Limpeza		Não
41. Kimberly - Clark Brasil		Material de Limpeza		Não
42. Qchef Indústria Comércio de Alimentos Ltda.		Salgados e doces para reuniões.		Não
43. Colabor Serviços Médicos Ltda.		Exames e consultas periódicas		Sim
44. Fiobel Indústria e Comércio de Confeções Ltda. (Casa das Fardas)		Uniforme administrativo		Não
45. Medrado Kerche Roupas Profissionais Ltda.		Uniforme almoxarifado		Não
46. TR - Terceirização e Representação Ltda.		Locação de mão-de-obra		Sim
47. Laboratório dew Análises João Pinto Cunha		Exames Laboratoriais		Sim
48. A.C.F Portoseco Pirajá –Correio		Correspondências e sedex		Não
49. Ability Serviços De Comércio Exterior Ltda		Desembaraço Aduaneiro		Não
50. Tecon Salvador Terminais Marítimo	Suprimentos	Armazenagem Portuária		
51. Intermarítima Terminal Marítimo		Armazenagem Portuária		Sim
52. Daniquimica		Assessória Comercial		Não
53. Ernest Young Serviços Tributários S/A *		Consultoria Tributária		Não
54. Iob Thomsom *		Consultoria/ Legislação		Sim
55. Joica Artes Gráficas Ltda (Clinica Dos Livros)*		Encadernação		Não
56. Mmc Zarif Advogados *		Serviços Advocatícios		Não
57. Mota Fonseca Advogados *		Serviços Advocatícios		Não
58. Performance Alliot *		Consultoria Contábil		Não
59. Wilton Encadernação		Encadernação		Não

Quadro 11 – Relação de fornecedores terceiros contratados pela Morais de Castro

Obs:

1. Os fornecedores que afetam diretamente a QSSMA devem ser avaliados.
2. Os fornecedores de atuação contínua devem ser avaliados anualmente.
3. Os fornecedores de atuação sazonal devem ser avaliados após o término do serviço.

6.7 PRÁTICAS AMBIENTAIS DEMONSTRADAS A PARTIR DE INDICADORES

Com a introdução dos sistemas de gestão as seguintes ações foram realizadas:

6.7.1 Na área Ambiental

a) Lavagem de embalagem

As embalagens com resto de produto químico eram lavadas, antes de se realizar novo envase de produto químico e o material da lavagem era recolhido em contentores de 1000l e enviado para descarte na CETREL, gerando assim, custos para empresa e impacto ao meio ambiente. Para resolver esta situação foram tomadas as seguintes ações:

- 1) As embalagens da empresa passaram a ser utilizadas para armazenar o mesmo produto. Dessa maneira o cliente devolve a embalagem vazia, que são armazenadas e são utilizadas no envase do mesmo produto, eliminando-se assim a lavagem.

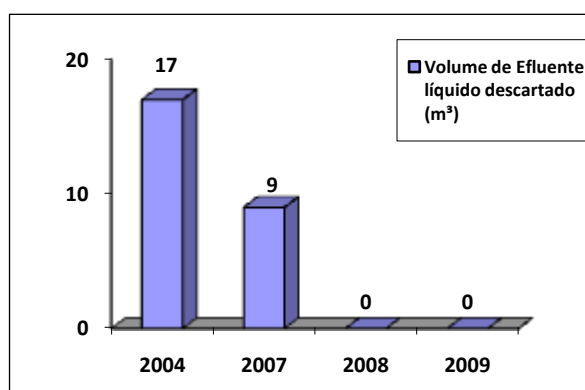


Gráfico 1 – Quantidade de efluentes gerados da Morais de Castro

Fonte: Morais de Castro, 2009

b) Geração de resíduos sólidos

Todo resíduo gerado na empresa era descartado como lixo comum. Para resolver essa situação foram tomadas as seguintes ações:

- 1) Os resíduos que podem ser reciclados são coletados separadamente em reservatórios, são armazenados e disponibilizados para a Cooperlix Cooperativa de Recicladores de Lixo.
- 2) Os resíduos decorrentes de avarias das embalagens, quando são gerados, o tratamento é feito da seguinte maneira: material líquido é contido com vermiculita, depois é recolhido do piso e é colocado em saco identificado, conforme NBR 10004 (Resíduos Sólidos – Classificação). O material sólido é recolhido do piso e depois é colocado em saco identificado, conforme NBR 10004 (Resíduos Sólidos – Classificação). O resíduo de classe I é armazenado separado do material de classe II. A cada seis meses o resíduo de classe I, se existir, é feito a disposição na CETREL.
- 3) Os EPI's que serão descartados são lavados e disponibilizados no lixo comum. A água proveniente da lavagem dos EPI's é recolhida no mesmo container que armazena a água proveniente da limpeza de embalagem.
- 4) As lâmpadas fluorescentes queimadas são armazenadas até atingir a quantidade que permita chamar a Ivomax Serviços Ambientais Ltda., para recolher o resíduo classe I existente proveniente das lâmpadas.
 - a) Foram analisados os diques de contenção dos tanques dos produtos existentes e concluiu-se que todos estavam com a capacidade inferior à recomendada pela legislação, necessitando que fosse aumentado o volume de material recolhido. Imediatamente todos os diques de contenção dos tanques existentes foram aumentados em volume, a fim de cumprir a legislação.
 - b) Operação de carregamento/ descarregamento de caminhão

Durante a realização da atividade de carregamento e descarregamento de caminhão existe a possibilidade de haver vazamentos nos engates rápidos, ou roscas dos mangotes que são ligados às tubulações nas quais os produtos são conduzidos para os tanques. Para eliminar a possibilidade de haver vazamento nas transferências foram criadas vasilhas de contenções que são colocadas nos locais de possíveis vazamentos, para contê-los e ser recolocado nos tanques. A operação

é feita como uma prevenção, pois durante a conexão do caminhão tanque ao tanque de produto são tomadas todas as providências para evitar que haja vazamento.

6.7.2 Na área de segurança, saúde e meio ambiente

a) Dos sistemas de entamboramentos existentes podem-se considerar que quatro emanam vapores de produtos que são prejudiciais à saúde do trabalhador. Em vista disso, foram feitas medições dos vapores gerados durante a atividade de entamboramento. Das quatro analisadas três apresentaram valores de medições acima do limite de tolerância definido no anexo 11 da NR15, quando os valores medidos se posicionaram acima dos limites de tolerância, modificações foram realizadas no entamboramento para enquadrar a emissão de vapores, no quadro 12:

1) Estação de entamboramento do cloreto de metileno:

Ano	Concentração (PPM)	Anexo 11 / NR – 15 (PPM)	Observação
2005	522,5	156	Antes modificação
2006	133,1		Após modificação
2007	121,2		Após modificação
2008	118,1		Após modificação

Quadro 12 – Estação de entamboramento de cloreto de metileno da Moraes de Castro

Obs.: o valor do agente químico medido em 2006 depois da modificação, na estação de entamboramento, encontra-se abaixo do limite de tolerância do anexo 11 da NR15. Para a realização dessa atividade o funcionário utiliza respirador purificador de ar facial inteira, com filtro de proteção contra vapores orgânicos e gases ácidos (PPRA 2006, P.12).

2) Estação de entamboramento de ácido acético:

Ano	Concentração (PPM)	Anexo 11 / NR – 15 (PPM)	Observação
2006	25,83	8	Antes modificação
2007	4,49		Após modificação
2008	3,86		Após modificação

Quadro 13 – Estação de entamboramento de ácido acético da Morais de Castro

3) Estação de entamboramento de formol:

Ano	Concentração (PPM)	Anexo 11 / NR – 15 LT (Valor Teto) (PPM)	Observação
2006	4,02	1,6	Antes modificação
2007	1,11		Após modificação
2008	1,01		Após modificação

Quadro 14 – Estação de entamboramento de formol da Morais de Castro

Obs.: Para os quadros 13 e 14, o valor do agente químico medido em 2007, depois da modificação na estação de entamboramento, encontra-se abaixo do limite de tolerância do anexo 11 da NR15. Para a realização dessa atividade o funcionário utiliza respirador purificador de ar facial inteira, com filtro de proteção contra vapores orgânicos e gases ácidos (PPRA 2006, P.14).

Conforme documentado no PPRA (2009), foi utilizada para as medições a seguinte metodologia: para avaliar a atividade de entamboramento que é considerada a atividade mais crítica realizada na empresa, foi feito as medições de vapores durante a execução da atividade, pois, o produto é mais intenso. Se fizéssemos as medições durante um dia de trabalho, os valores encontrados dos agentes de riscos, com certeza ficariam muito abaixo do limite de tolerância. Desta forma optou-se por realizar as medições durante a atividade de entamboramento, conforme abaixo:

1. Estação de Entamboramento 1 – utilizada para entamborar o ácido clorídrico. Durante o envase esse produto emite vapores que tem como limite de tolerância valor teto. O resultado da medição realizada em 15 minutos não pode ultrapassar o limite definida no anexo 11 da NR15.

2. Estação de Entamboramento 2 – utilizada para entamborar: cloreto metileno, percloroetileno, tolueno, metanol, xileno, ciclohexano, ODCB e ciclohexanona diretamente do caminhão e, isopropanol, acetona e acetato de etila dos tanques ou diretamente dos caminhões. Todos esses produtos têm limite de tolerância definida no anexo 11 da NR15. O isopropanol, tolueno, metanol e percloroetileno são, também, absorvidos pela pele.
3. Estação de Entamboramento 3 – utilizada para entamborar o ácido acético. Durante o envase este produto emite vapores que apresenta limite de tolerância definida no anexo 11 da NR15.
4. Estação de Entamboramento 4 – utilizada para fracionar o formaldeído, proveniente de contentores. Emite vapores que tem como limite de tolerância valor teto. O resultado da medição realizada não pode ultrapassar o limite definido definida no anexo 11 da NR15.
5. Estação de Entamboramento 5 – utilizada para entamborar o peróxido de hidrogênio, que é um produto oxidante e corrosivo, cujo limite de tolerância só existe na ACGIH.
6. Estação de Entamboramento 6 – utilizada para entamborar a soda cáustica, que é um produto corrosivo, cujo limite de tolerância só existe na ACGIH.
7. Estação de Entamboramento 7 - utilizada para entamborar o hipoclorito de sódio, que é um produto corrosivo que não tem limite de tolerância para vapores.
8. Estação de entamboramento 8 – utilizada para entamborar o sulfato de alumínio, que é um produto moderadamente corrosivo, cujo limite de tolerância só existe na ACGIH.
9. Estação de entamboramento 9 – utilizada para entamborar o ácido sulfúrico, que é um produto corrosivo, cujo limite de tolerância só existe na ACGIH.
10. Estação de entamboramento 10 – utilizada para entamborar a glicerina, que é um produto, cujo limite de tolerância só existe na ACGIH (PPRA, 2009).

Das estações de entamboramento existentes foram feitas avaliações de vapores durante a execução da atividade para as estações 1, 2, 3 e 4, que manuseiam produtos que têm limites de tolerância definidos na NR15. Considerando as avaliações realizadas nos anos anteriores, conjuntamente com a ação de realizar o entamboramento de ácido clorídrico e formol, com o operador atuando no máximo durante 12 minutos e avaliando a quantidade de produto entamborado durante 12 meses, que apresentaram os seguintes resultados:

A operação de entamboramento é sempre executada por dois funcionários: um realiza a operação de entamborar o produto na embalagem correta e o outro

auxilia nas tarefas de providenciar embalagem vazia para entamborar o produto e retirar a embalagem cheia do local. Durante a atividade o funcionário que faz o entamboramento utiliza o EPI respirador purificador de ar facial inteira (CA 5758), contra vapores orgânicos ou ácidos. O outro funcionário que auxilia no entamboramento utiliza o EPI respirador semifacial (CA 8558), pois a exposição ao agente químico é inferior ao anterior, porque ele se posiciona afastado do bico de entamboramento. As medições foram realizadas no funcionário que executa o entamboramento.

Os resultados das análises realizadas foram tirados dos relatórios da PREVINE dos anos anteriores. Para a comparação dos dados medidos, com o limite de tolerância utilizou-se a seguinte metodologia:

a) Para os produtos que apresentam valor teto a comparação do resultado obtido foi feita diretamente com o limite de tolerância apresentado na NR15 ou ACGIH, são eles: ácido clorídrico e formol.

b) Para os produtos que não apresentam valor teto a comparação do resultado obtido será feita conforme abaixo:

- Na NR15 anexo 11 é definido pelo LT (limite de tolerância) multiplicado pelo FD (fator de desvio) definido nessa NR. Abaixo o quadro número 15 conforme anexo 11 da NR15.

LT (PPM ou mg/m ³)	FD
0 a 1	3
1 a 10	2
10 a 100	1,5
100 a 1000	1,25
Acima de 1000	1,1

Quadro 15 – Índices de LT e FD

b) Plano de emergência

Com a implantação do sistema de gestão foi preparado um plano para emergência interna e outro para emergência externa. Anualmente é realizado treinamento de combate a incêndio e primeiros socorros para a brigada de emergência, além disso, é feito simulado de emergência para o treinamento de todos os funcionários para evacuação.

c) *Análise Preliminar de Perigo (APP)*

Durante a implementação dos códigos e práticas do PRODIR foi necessário contratar uma consultoria para avaliar as instalações e as atividades da empresa. Dessa avaliação foram constatadas que as ações já implementadas foram importantes para garantir a segurança das instalações. A recomendação mais importante foi à adequação dos diques de contenção dos tanques de produtos relatada acima. De 2002 até 2009 o APP já passou por três revisões substanciais, adequando as mudanças e evoluções da empresa.

d) *Acompanhamento do tacógrafo*

Devido ao SASSMAQ foi contratado uma empresa para avaliar os tacógrafos dos caminhões da empresa. A partir desse acompanhamento pode-se controlar a velocidade dos caminhões nas estradas, trabalhando a prevenção de acidentes nas estradas com produtos químicos e contribuindo para a preservação o meio ambiente.

6.7.3 Outros indicadores importantes

Abaixo a relação de indicadores que demonstram o bom andamento da gestão:

a) *Homem x hora de treinamento*

Esse indicador só foi medido a partir de 2004, antes os treinamentos realizados não eram monitorados. Contudo, pode-se avaliar que o índice de treinamento vem crescendo gradativamente a cada ano, demonstrando o interesse da empresa de capacitar e treinar a sua mão de obra. No gráfico 2:

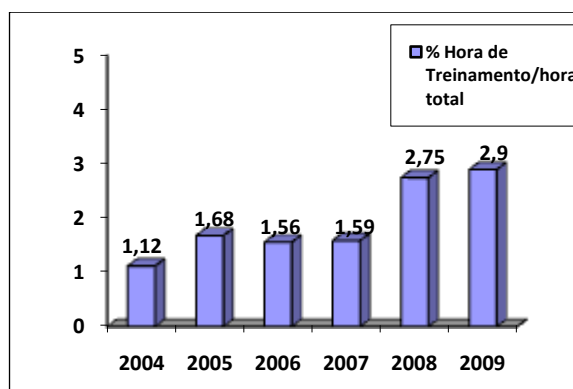


Gráfico 2 – Índice de treinamento H/h da Morais de Castro

Fonte: Morais de Castro, 2009

b) Faturamento

A Morais de Castro sendo uma empresa de distribuição de produtos químicos, tem se mostrado no setor, num patamar superior, apresentando crescimento contínuo, desde a implantação dos sistemas de gestão, mostrado na figura 38:

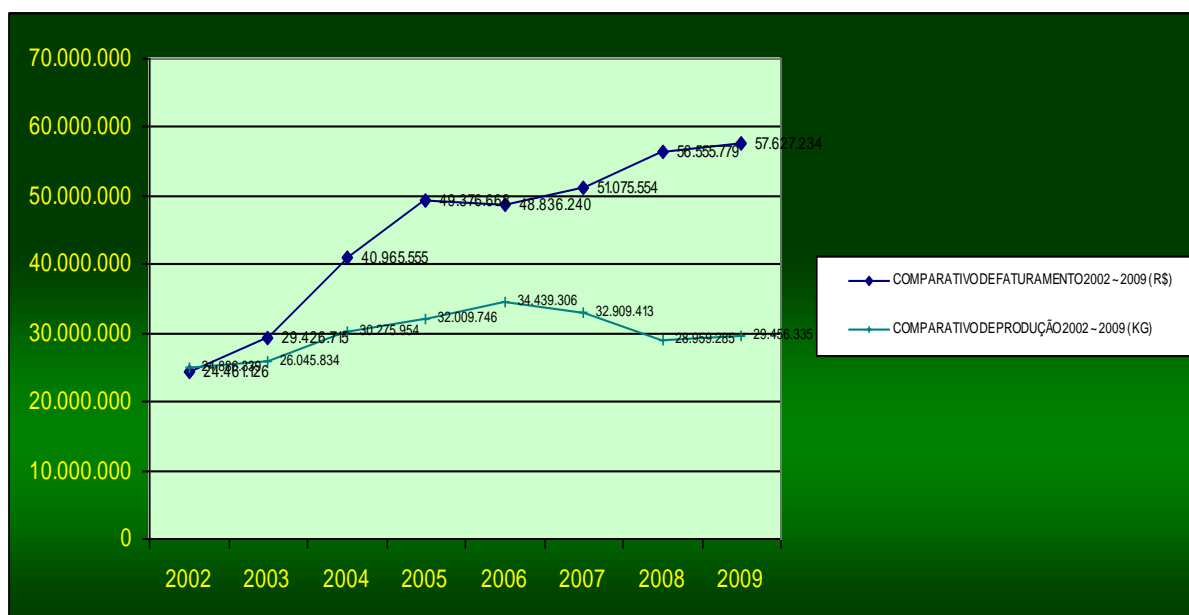


Figura 38 – Gráfico dos resultados da Morais de Castro de 2002 a 2009

Fonte: Morais de Castro, 2009.

COMPARATIVO DE FATURAMENTO 2002 ~ 2009 (R\$)								
	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
TOTAL	24.461.126	29.426.715	40.965.555	49.376.668	48.836.240	51.075.554	56.555.779	57.627.234
COMPARATIVO DE PRODUÇÃO 2002 ~ 2009 (KG)								
	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
TOTAL	24.886.339	26.045.834	30.275.954	32.009.746	34.439.306	32.909.413	28.959.285	29.456.335

Quadro 16 – Demonstrativos dos quantitativos e valores de 2002 a 2008 da Morais de Castro

Fonte: Morais de Castro, 2009

c) Gastos decorrentes da implantação dos sistemas de gestão

Desde a implantação dos sistemas de gestão, a empresa tem investido em ações para assegurar a sua eficácia. No quadro 17:

2003	R\$123.350,00
2004	R\$96.640,00
2005	R\$76.215,00
2006	R\$62.312,00
2007	R\$52.718,00
2008	R\$49.560,00
2009	R\$56.000,00

Quadro 17 – Gastos com a manutenção dos sistemas de gestão da Morais de Castro

Fonte: Morais de Castro, 2009

d) Gastos com treinamento (exceto graduação e pós-graduação)

Desde 2003 a empresa tem priorizado a capacitação dos colaboradores e investido em cursos de graduação e pós-graduação. Conforme mostrado no quadro 18:

2003	R\$31.040,00
2004	R\$32.400,00
2005	R\$33.120,47
2006	R\$34.901,46
2007	R\$35.732,27
2008	R\$64.410,69
2009	R\$60.021,35

Quadro 18 – Gastos com a capacitação dos colaboradores da Morais de Castro

Fonte: Morais de Castro, 2009

Os quadros 19 e 20 de taxas de frequência e de gravidade refletem o bom andamento nos processos preventivos da empresa. A taxa “zero” quer dizer que não houve acidente que provocasse qualquer lesão corporal, perturbação funcional ou doença que cause morte ou perda ou redução permanente ou temporária da capacidade para o trabalho.

e) *Taxa de Freqüência:*

Ano	Taxa de Freqüência
2004	0
2005	0
2006	0
2007	0
2008	0
2009	0

**Quadro 19 – Taxa de freqüência da
Morais de Castro**

Fonte: Morais de Castro, 2009

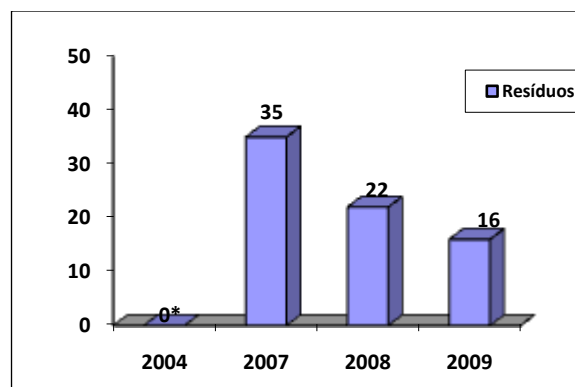
Ano	Taxa de Freqüência
2004	0
2005	0
2006	0
2007	0
2008	0
2009	0

Quadro 20 – Taxa de Gravidade:

Fonte: Morais de Castro, 2009

g) *Resíduo sólido gerado (material descartável - em kg)*

Após todo trabalho de prevenção e treinamento, os resíduos sólidos gerados tem diminuído significativamente e com isso, tanto o meio ambiente quanto os custos da empresa vem sendo beneficiado, mostrado no gráfico 3:



**Gráfico 3 – Resíduo sólido gerado na
Morais de Castro**

Fonte: Morais de Castro, 2009

OBS.: * Não era controlado

6.8 ATIVIDADES IMPLANTADAS NA GESTÃO, MONITORAMENTO E MELHORIAS ALCANÇADAS.

Para fins ilustrativos, seguem abaixo algumas melhorias obtidas na empresa após a implantação dos sistemas de gestão:

- a) ampliação do sistema de detecção de incêndio;
- b) substituição de mangueiras e esguichos no sistema de água de incêndio;
- c) ampliação da capacidade de estocagem de água de incêndio em 30m³;
- d) Instalação da compota na caneleta de água pluvial para bloquear a saída de água em caso de emergência;
- e) monitoramento da qualidade da água subterrânea proveniente de poço;
- f) instalação de alarme de ré nos caminhões de transporte próprio para produtos químicos;
- g) identificação do produto nas linhas de transferência de produto;
- h) demarcação da área do almoxarifado com sinalização de segurança;
- l) ampliação do parque de tancagem com mais seis tanques com capacidade para mais 200 m³;
- m) melhoria em todo sistema de dique de contenção;
- n) implantação de seguro saúde para os colaboradores e seus dependentes;
- o) construção de depósito de resíduo com capacidade para 80m³;
- p) implantação de Software de Gestão – ERP;
- q) implantação do planejamento estratégico.

Para assegurar a eficiência das ações de melhorias, são monitoradas através da realização dos seguintes processos:

6.8.1 Relatório de Não Conformidade

Esta ferramenta é utilizada no cotidiano da organização, sempre que uma não conformidade ou potencial de não conformidade é identificado. Quando a não conformidade é identificada, imediatamente é criado um grupo para avaliar e definir as causas raízes e as conseqüentes ações corretivas e preventivas. O fechamento

deste processo só termina quando as ações foram tomadas e evidenciadas a efetividade das mesmas.

6.8.2 Relatório de Desempenho

Os indicadores dos processos são monitorados em relatório mensal onde o responsável pelo processo alimenta os dados e toma as ações necessárias para trazer os indicados para a meta estabelecida. No quadro 21 são apresentados os indicadores monitorados pela empresa:

PROCESSO	INDICADORES
Expedição	Nº de Transportadoras utilizadas no mês
Expedição	Nº de avaliações efetuadas em transportadoras
Vendas	Total de vendas CIF realizadas no mês (em toneladas)
Vendas	Total de vendas FOB realizadas no mês (em toneladas)
Vendas	Total de produto vendido (em Toneladas)
Meio Ambiente, Seg. e Saúde	Nº de acidentes no transporte de produtos químicos
Expedição	Total de embarques efetuados
Almoxarifado	Total de embalagens utilizadas
Almoxarifado	Nº de embalagens avariadas (c/ e s/ perda de produto)
RH	Nº total de empregados
RH	Nº total de empregados reportados ao PRODIR
RH	Nº de Homens-Hora trabalhadas
RH	Nº de Homens-Hora de treinamento
Meio Ambiente Seg. e Saúde	Nº de acidentes no site (manuseio e armazenamento)
Meio Ambiente Seg. e Saúde	Nº de acidentes no site (carga e descarga)
Seg. e Saúde	Nº de dias perdidos
Seg. e Saúde	Nº de fatalidades com empregados
Seg. e Saúde	Nº de dias debitados
Meio ambiente	Resíduo sólido gerado (material reciclável - em kg)
Meio ambiente	Resíduo sólido gerado (material descartável – em kg)
Meio ambiente	Volume de Efluente líquido descartado (m ³)
Responsabilidade Social	Nº de reclamações da comunidade
Responsabilidade Social	Nº de ações de integração com a comunidade
Meio ambiente	Consumo de Energia Elétrica (kwh)
Meio ambiente	Volume de Água captada (m ³)
Cliente	Nº de reclamações de clientes total
Cliente	Nº de reclamação de cliente de serviço
Global	Nº de autuação
Seg. e Saúde	Nº de multa de transito
Cliente	Resultado da pesquisa de satisfação cliente externo
Global	Resultado da pesquisa interna - Concordância
Global	Resultado da pesquisa interna - Satisfação
Compras	Vendas distribuídas Dow (ton)
Compras	Vendas distribuídas Rhodia (ton)

Compras	Vendas distribuídas Oxiteno (ton)
Compras	Vendas distribuída Peróxido (ton)
Meio ambiente	Nº de reuniões do NEA - Ba/ PAM – PE
Meio ambiente	Nº de participação do NEA - Ba/ PAM – PE
Vendas	Faturamento Total US\$ mil
Meio ambiente	Fatura de telefone fixo
Meio ambiente	Fatura de telefone celular
Meio ambiente	Quantidade de cópia xerox emitida
Meio Ambiente, Seg. e Saúde	Nº de acidente com transporte próprio
Fator	= fator auxiliar
Vendas	% Vendas - modalidade CIF
Vendas	% Vendas - modalidade FOB
Transportadoras	% Transportadoras avaliadas
Meio Ambiente, Seg. e Saúde	% Acidentes / total de embarques
Meio Ambiente, Seg. e Saúde	% Acidentes / ton de produto vendido
Almoxarifado	% Embalagem avariada / total embalagens
Expedição	% Embalagem avariada / t produto vendido
Seg. e Saúde	Taxa de Freqüência
Seg. e Saúde	Taxa de Gravidade
RH	% Horas de Treinamento
Meio ambiente	Geração de Resíduo Sólido Reciclável (kg/t)
Meio ambiente	Geração de Resíduo Sólido Descartável (kg/t)
Meio ambiente	Geração de Efluente Líquido (m3/t)
meio ambiente	Consumo de Água (m3/t)
Meio ambiente	Consumo de Energia Elétrica (kwh/t)
Global	Índice de empregados PRODIR
Cliente	Índice de reclamação de cliente
Global	Índice de autuação e multa

Quadro 21 – Índices de Desempenho monitorados e acompanhados Pela Morais de Castro
 Fonte: Morais de Castro, 2009.

6.8.3 Reunião do Comitê dos Sistemas de Gestão

São realizadas trimestralmente as reuniões do comitê para avaliar e tomar as ações devidas quando necessário nos processos dos sistemas de gestão. Dessas reuniões são emitidas atas de reunião com as ações a serem tomadas pelos gestores das áreas. O foco principal é a gestão ambiental. A prova disso é que a comissão técnica de garantia ambiental (CTGA) estabelecida pelo órgão ambiental é composta pelos membros do comitê, sendo os condicionantes estabelecidos do órgão ambiental acompanhada na mesma reunião.

6.8.4 Auditoria Interna

Anualmente são realizadas auditorias internas para verificar a conformidade dos sistemas de gestão implantados. Os auditores internos são qualificados e treinados anualmente para desempenhar os trabalhos de forma eficiente e eficaz. O planejamento da auditoria é emitido 15 dias antes da mesma. A auditoria é feita durante 30 dias em que todos os processos são auditados. Em seguida é emitido um relatório da auditoria com os resultados das não conformidades e observações geradas pelos auditores. Por fim é verificada a efetividade das ações corretivas e preventivas tomadas pelas áreas responsáveis.

6.8.5 Auditoria Externa

Todas as auditorias de terceira parte são realizadas pela BSI. Os sistemas de gestão PRODIR e Integrado (ISO9001, ISO14001 e OHSAS18001) tem frequência anual. O SASSMAQ tem frequência bianual. Os resultados destas auditorias são avaliados tratados e monitorados pela coordenadora dos sistemas de gestão. O envolvimento das áreas nas avaliações das não conformidades é feita regularmente.

6.8.6 Auditoria de Fornecedores

Os parceiros e distribuídos da Morais de Castro fazem auditoria de segurança e meio ambiente regularmente na empresa. Essas auditorias são importantes porque trazem propostas de melhorias nos processos.

6.9 ASPECTOS POSITIVOS, NEGATIVOS E SUGESTÕES

Muitos são os aspectos positivos levantados neste estudo, pode-se até afirmar que os aspectos positivos conseguem se sobressair diante dos negativos,

sendo que, muito ainda precisa ser modificado e melhorado para que as políticas empresariais privadas de responsabilidade ambiental reflitam ao tom desejado, contribuindo assim, para uma sociedade consciente no ambiente melhor.

Aspecto Positivo	Aspecto Negativo	Sugestões
Visão pró-ativa	Prática funcional	Envolvimento de toda alta direção nas ações socioambientais.
Implementação de Sistemas de Gestão Ambiental.	---	Melhorar a disseminação da conscientização da aplicabilidade da Gestão Ambiental.
Implementação do PRODIR e certificação em jul/2004.	—	Desenvolver sistemática para divulgar para as partes interessadas, as práticas socioambientais do PRODIR
Implementação da norma ISO14001 e certificação em jul/2007.	Falta de envolvimento de funcionários das áreas administrativa, contabilidade, vendas da empresa no processo de certificação.	Desenvolver programa que incentive os funcionários para se envolver na gestão de QSSMA.
Implementação dos condicionantes exigidas pelo órgão ambiental em 2009.	Falta de definição de recursos financeiros anual para a gestão de QSSMA.	Desenvolver projeto na área de conservação envolvendo os funcionários, governo e comunidade.
Adoção de área de conservação ambiental.	Falta de sistematização das ações da área de conservação ambiental.	Sistematizar as ações da área de conservação ambiental.
Realização das atividades de envase e carregamento do tanque e caminhão sem contaminação de produto no solo.	Falta de envolvimento dos funcionários da empresa em ações sociais/ ambientais.	Capacitar a empresa para participar do prêmio de qualidade nacional e regional.
Implantação do Planejamento Estratégico.	Demora da decisão de implantação do Planejamento Estratégico.	Priorizar ações sustentáveis de responsabilidade socioambiental que possam assegurar retorno em longo prazo.

Quadro 22 – Aspectos positivos e negativos da gestão ambiental da Morais de Castro

No quadro 22 são avaliadas algumas ações do estudo de caso Morais de Castro e sugere caminhos para que ações socioambientais sejam melhoradas na atual gestão da empresa.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No capítulo quatro, vimos que políticas de preservação ambiental, sustentabilidade e gestão ambiental, são ferramentas que se fazem necessárias nas empresas que visam continuar sobrevivendo no atual mercado competitivo e globalizado. A escassez dos recursos naturais atrelada a uma sociedade cada vez mais consciente do problema contribuiu para que se exija das empresas maior controle com os processos produtivos, garantindo uma produção mais limpa dentro das exigências ambientais e com produtos ecologicamente corretos.

As empresas estão sendo desafiadas a encontrar novas formas de organização e administração da produção que atendam às exigências ambientais e as expectativas da sociedade, como também, em implementar políticas de preservação ambiental que possam agregar valor ao negócio e a sociedade de forma ampla e progressiva, com uma gestão ambiental que vise à preservação do ambiente e que assim possa garantir a sua sustentabilidade é também, contribuir com a biodiversidade do planeta.

Existe hoje uma preocupação por parte das empresas de reduzir as suas emissões, porém, as suas metas de crescimento superam os programas de redução de emissões inviabilizando a sustentabilidade. Enquanto algumas empresas cortam 30% ou 40% de suas emissões, elas crescem e poluem muito mais do que reduzem. Portanto, é necessário maior rigor e fiscalização para evitar que práticas como essa continue ocorrendo.

A sustentabilidade tem haver com consumo de uma sociedade capitalista, sobre a essencialidade dos produtos. As empresas produzem determinados bens, mas será que são realmente necessários? Será que as pessoas precisam do bem produzido? No futuro, os consumidores estarão mais esclarecidos e mais conscientes, esse tipo de bem não terá valor e assim, teremos no Brasil, uma sociedade melhor.

Para que realmente exista sustentabilidade as atividades empresariais precisam mudar a filosofia de ter como único fim, gerar lucro. O lucro precisa ser visto como um instrumento para que a empresa possa cumprir determinadas funções sociais, entre as quais também remunerar seus acionistas e seus donos.

Numa empresa é importante medir outros indicadores como de bem-estar, qualidade de vida, satisfação de todas as partes interessadas e, que geram a felicidade, inclusive a dos próprios donos. Certamente importante que, ao lado da expansão do processo de consciência dos indivíduos, haja esse processo de transformação da consciência e cultura empresarial.

As mudanças terão que ser executadas no presente, para garantir a sustentabilidade do tempo atual a nossa disposição, possibilitando assim, mudar o futuro. Existe, portanto, um movimento de pessoas que dizem querer salvar o Planeta, mas ainda não descobriram que elas são o Planeta.

Investir na produção ecoeficiente³⁰ e no consumo sustentável são formas de trabalhar a sustentabilidade. O consumo sustentável depende das pessoas como cidadãos, evitando consumo desnecessário e procurando gerar resíduos em uma taxa capaz de ser absorvida pela Natureza. Já a produção ecoeficiente também depende das pessoas nas colectividades de nossos ecossistemas conhecidos como empresas. No caso de empresas produtoras de celulose e papel, requer grande relação com a Natureza. A indústria tem forte envolvimento ambiental e pode ter impactos muito significativos se mal gerenciada. Por outro lado, podem ter inúmeras atividades de utilização de recursos naturais renováveis, oferecendo muitas possibilidades de ser cada vez mais sustentável. Com a sua matéria-prima fibrosa vinda das florestas plantadas, a reciclagem que o papel oferece e a energia originada de biomassa são exemplos disso.

No capítulo cinco, discute a problemática ambiental como pauta de todas as empresas que não querem continuar sendo vistas pela sociedade de forma negativa. Nesta discussão, muitas empresas introduziram ações socioambientais em suas gestões. “Esse novo pensamento precisa ser acompanhado de uma mudança de valores, passando da expansão para a conservação, da quantidade para a qualidade, da dominação para a parceria” (TACHIZAWA; ANDRADE, 2008, p.238). Estabelecendo assim, novo sistema de valores, com o desenvolvimento e aplicação de novas práticas, constituindo “novo paradigma”, denominando uma visão integrada de universo.

³⁰ A ecoeficiência é alcançada mediante o fornecimento de bens e serviços a preços competitivos que satisfaçam as necessidades humanas e tragam qualidade de vida, ao mesmo tempo em que reduz progressivamente o impacto ambiental e o consumo de recursos ao longo do ciclo de vida, a um nível, no mínimo, equivalente à capacidade de sustentação estimada da Terra (conceito elaborado pelo World Business Council for Sustainable Development – WBCSD, em 1992).

Nos casos estudados nas empresas de grande porte tratados desta pesquisa, percebe-se que, o mundo empresarial tornou-se um verdadeiro desafio, baseados no desempenho econômico, fazer atuar as forças de mercado para proteger e melhorar a qualidade do meio ambiente. Questões do tipo “como ser lucrativo sem degradar? e o que fazer para a preservação e conservação do ambiente natural?” fazem parte da gestão das empresas integrantes dos casos estudado nesta pesquisa. Ações socioambientais são inseridas no planejamento estratégico das empresas e muitas delas, colocam em prática o que foi planejado, contribuindo para a melhoria econômica, social e ambiental da empresa, como também, garantindo a biodiversidade do planeta.

Os estudo de casos tratam-se de empresas que já investiram em sistemas de gestão ambiental, implicando numa mudança de maturidade envolvendo todos os níveis, desde os mais altos escalões até os níveis inferiores da organização. As atitudes também mudam a respeito do ambiente externo da organização. E este comportamento foi observado nos casos estudados, como por exemplo, o caso Deten S/A, onde a metodologia aplicada foi baseada em três pilares “*Educação Ambiental, Sistema de Informação e Incentivos às Idéias Inovadoras*” que deram sustentação ao trabalho desenvolvido, refletindo em resultados positivos.

Quanto a INCECC, por se tratar de uma associação de pessoas jurídicas, composto por um Conselho de Administração com cinco membros associados (COFIC, CETREL, Bahia Pulp, Fazenda Praia do Forte e Sauípe S.A.). Traça o planejamento estratégico e conta com o apoio de todas as empresas associadas para a execução das ações. Quando uma das empresas deixa de cumprir o que foi traçado, como foi evidenciado durante o estudo, prejudica o andamento do trabalho de todas as demais. Neste caso, a diretoria da INCECC tem o papel de resolver o problema de outra forma, até mesmo convidando outra empresa pertencente ao COFIC para colaborar com o trabalho socioambiental deixado de ser executado por uma das associadas. A Braskem tem contribuído com o apoio institucional através de mecanismos de Responsabilidade Social Empresarial – RSE, para a implantação do Corredor Ecológico.

Este estudo demonstra relevância com práticas ambientais desenvolvidas por empresas privadas que visam à melhoria de seus processos, de seus resultados

mercadológicos e principalmente estão contribuindo para a conservação, preservação ambiental, fazendo com que a biodiversidade do planeta sobreviva.

No início da década de 1990, nas empresas de grande porte ocorre profícuo momento resultante da combinação de três fatores: *a abertura das empresas ao diálogo com os ambientalistas e comunidades, a introdução do conhecimento ambiental especializado através de profissionais com formação ou experiência ambiental e a forte influência da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD)*. Essa conjugação de fatores possibilitou a inserção da compreensão do discurso ambiental nas empresas, sobrepondo-se ao inócuo discurso conservacionista observado até então. (PEDRINI, 2008, p.135).

Baseado neste e em outros princípios, esta pesquisa demonstra que não só as empresas de grande porte, mas também, as de médio porte têm desenvolvido trabalhos de preservação e conservação ambiental. No capítulo seis, trata da Morais de Castro, empresa de médio porte, que tem implantado sistemas de gestão ambiental garantindo a conformidade e melhoria de seus processos, como também, deu início em 1992 um trabalho de conservação ambiental em área de servidão pública, situada nos fundos de sua unidade em Salvador-BA.

A direção da empresa Morais de Castro acredita que o seu crescimento deve-se ao fato da estratégia de gestão ser focada nas questões ambientais sem jamais perder o respeito ao homem, sempre cuidando da relação com o meio ambiente, terem contribuído positivamente em sua imagem de responsabilidade socioambiental. Focada nesta linha de administração, a empresa pretende assegurar o seu crescimento e futuridade.

No mundo organizacional a preocupação com o meio ambiente figura, hoje, sob o nome de sustentabilidade. Existem diversos discursos sobre sustentabilidade, no sentido de sobrevivência da organização e do negócio. Sob pressões sociais o empresariado tem tentado abarcar o discurso ambientalista, principalmente no que concerne à possibilidade de manterem-se mercados e conquistar vantagens competitivas em relação às outras empresas³¹.

³¹ CARRIERI, Alexandre Pádua de. et al. O meio ambiente: discurso consistente ou prática vazia? Uma reflexão sobre os discursos ambientais, a teoria organizacional e o caso brasileiro. RAP Rio de Janeiro 37(6): p.1209-31,/dez. 2003.

A problemática ambiental, segundo Vainer (1993), não deve ser, hoje, somente compreendida como produto de uma relação entre homem e natureza, mas se situar no campo das relações que os diferentes grupos estabelecem no espaço social, bem como as estratégias que se elaboram no embate pelos recursos é uma constante na história do homem. De maneira geral as interferências do homem sobre a natureza visaram transformar o espaço natural em um espaço social. Numa perspectiva antropocêntrica, a superação de restrições de ordem ambiental é vencida pela tecnologia, com a qual o homem domina a natureza.

As empresas independentes do tamanho do negócio e do lugar que ela ocupe, perderão grandes oportunidades competitivas se não se adequarem com as questões ambientais. É sob essa perspectiva, que estaria se fortalecendo, cada vez mais, a implementação de políticas de gestão ambiental. A partir daí as organizações passam a ver seus consumidores, comunidades, governos e funcionários de outra forma, criando o movimento “responsabilidade social”.

Diante desse cenário de oportunidades, surgem os discursos organizacionais ocupando uma privilegiada posição na definição do que constitui prática legítima da gestão ambiental. Os canais de discursos que legitimam a exploração do meio ambiente são diversos, haja vista, o que tem em comum, são edificações que são incorporadas determinadas práticas e ações. Quando se observa um discurso, é preciso analisar os interesses, as contradições e antagonismo que percorre qualquer discurso.

Para os casos estudados, existiram práticas que evidenciam em ações efetivas e sustentáveis, visto que, nem todas as empresas fizeram valer os seus discursos em suas práticas. Um caso muito curioso foi evidenciado no estudo de caso I, onde, em uma das organizações que faz parte do Conselho de Administração dos cinco membros associados ao INCECC, deixou de cumprir com a sua tarefa no programa, ficando apenas no discurso a ideologia de um trabalho que por parte “dessa” empresa não foi executado. Porém, para a continuidade do projeto, o trabalho foi executado por outra empresa convidada pelo instituto para participar da causa.

A título de ilustração, durante este trabalho de pesquisa, uma organização atuante no mercado de bebidas, com filiais em várias regiões do Brasil, que tem divulgado através de diversos canais de comunicação e marketing, diversos trabalhos de conservação em reservas ecológicas em todas as unidades do grupo.

Diante deste marketing divulgado pela empresa de bebidas, causou curiosidade na pesquisadora, levando-a a convidá-la para colaborar com dados para esta pesquisa. A unidade da Bahia seria o objeto de estudo. Quando visita as instalações, causou espanto na pesquisadora, visto que, tudo o discurso pregado e divulgado em vários meios de comunicação, não passava de um mero discurso vazio, sem nenhuma prática e/ou ação evidente da realização de qualquer trabalho de conservação a reserva ecológica. A evidência da não existência de qualquer trabalho ambiental, fez com que a citada empresa não fizesse parte deste estudo.

Práticas como esta são usadas por muitas empresas sem comprometimento com o meio ambiente. Segundo teóricos, esta é a fase da percepção (sabem que é importante, mas, não querem investir) e tem início quando a alta administração passa a admitir que a variável ambiental seja importante e deve ser considerada nos processos de planejamento e tomada de decisão. Nesta fase ela fica mais no discurso do que na ação, uma vez que escalões inferiores ainda não incorporam esta filosofia.

É fato que a dimensão do problema ambiental tornou-se um imperativo no mundo contemporâneo. Diante desse quadro agravante, foram lançadas as empresas a necessidade de adequação ambiental. Os estudos de casos que tratam esta pesquisa apresentam de formas diversas, trabalhos ambientais alinhados aos pressupostos do desenvolvimento sustentável.

7.1 CAMINHOS PARA QUE AÇÕES SOCIOAMBIENTAIS SEJAM ADOTADAS POR MAIS EMPRESAS PRIVADAS

Hoje, para a sociedade, não basta dizer que é sustentável. É preciso desenvolver programas que garantam a efetividades de suas práticas sustentáveis.

Além das práticas ambientais citadas desta pesquisa, seguem a título de exemplo, mais algumas:

- a) redução de emissão de carbono na atmosfera

No ano passado o Greenpeace divulgou um projeto chamado "Energy [R]evolution", que prevê a redução da emissão de carbono na atmosfera em 50% até 2050 por meio do uso de fontes renováveis de energia - como o vento ou o sol³².

- b) construção de prédios e empresas verdes que visam: reutilização de água, consumo inteligente de energia, estacionamento preferencial para carros movidos a álcool, eliminação de uso de copos descartáveis, criação de espaço para motivação a criatividade dos funcionários e aos trabalhos sociais.
- c) programas empresariais para incluir linha de ônibus que facilite o acesso dos funcionários, eliminando o uso de automóveis.
- d) trabalho de educação ambiental extensivo para as famílias dos funcionários e comunidades circunvizinhas.

Através de estudos bibliográficos e práticas implantadas, esta pesquisa mostra as políticas ambientais em empresas de médio e grande porte, identificando resultados positivos, como também, as falhas por parte de algumas delas, deixando assim, a contribuição para que outras empresas melhorem as suas práticas socioambientais existentes e desenvolvam novas metodologias sustentáveis.

Conclui-se esta pesquisa deixando a mensagem de que existem possibilidades de se estabelecer novos paradigmas que concilie a expansão econômica com políticas empresariais de gestão ambiental pró-ativa, fazendo com que o avanço tecnológico com a preservação e conservação ambiental sejam aliados com o crescer sem destruir, assegurando qualidade de vida e a perpetuidade do planeta.

Este trabalho foi o início de questionamentos a problemática ambiental que envolve todas as empresas. As que foram estudadas nesta pesquisa e certamente outras que aqui não foram citadas, independente do lugar em que ela esteja ocupando. Nos trabalhos ambientais já desenvolvidos pelas empresas estudo de casos desta pesquisa, foi possível mostrar através de ações e indicadores, a

³² Fonte: <http://computerworld.uol.com.br/gestao/2009/03/27/praticas-de-sustentabilidade-podem-aumentar-demanda-por-software-de-gerenciameto/> - Por IDG News Service/Índia 27 de mar/09.

possibilidade que as empresas têm em desenvolver trabalhos que beneficie os envolvidos em todas as esferas.

Usando a criatividade, a tecnologia disponível e a boa vontade, é possível evoluir sem degradar, desenvolvendo os trabalhos de conservação ambiental, reserva ecológica {...} e outros que aqui não foram exemplificados. Assim, teremos países desenvolvidos em um planeta sustentável.

Com a demonstração deste trabalho, esta pesquisa pretende oferecer a todos os demais empresários que ainda não aderiram a trabalho de conservação ambiental, viabilidade para que se sintam motivados a praticarem desse tipo de ação em suas empresas.

7.2 LIMITAÇÕES E SUGESTÕES PARA NOVAS PESQUISAS

As conclusões deste trabalho limitam-se ao estudo de casos das empresas: Deten (empresa de grande porte), INCECC (consócio de cinco empresas de grande porte) e Morais de Castro (empresa de médio porte), assim sendo, o estudo apresentado nesta pesquisa é uma pequena amostra do universo de inúmeras empresas privadas localizados em todo Brasil. Foram analisados os resultados obtidos com métodos qualitativos e quantitativos.

A pesquisa analisou e avaliou as políticas empresariais privadas de responsabilidade ambiental da Deten, INCECC e Morais de Castro e verificou através dos resultados, que ações ambientais podem contribuir em vantagens econômicas para as empresas praticantes e para a preservação do meio ambiente.

Apontando para novos desdobramentos que podem vir a completar o entendimento das ações sócio-ambientais da empresas privadas brasileiras. Segue abaixo algumas ações de relevância, como sugestões, para dar seqüência a outras pesquisas:

- Continuar com o estudo incluindo empresas privadas de outras regiões do país;
- Utilização de indicadores sociais e econômicos como:

- Faturamento e lucratividade anterior e posterior a implementação de ações socioambientais;
- Fornecedores, produtos, serviços e logística utilizada;
- Consumo, perdas de materiais, água e energia, produção de resíduo e poluição;
- *Requisitos legais*: Adequação a legislação;
- *Empregado*: emprego, saúde, segurança, treinamento, educação, e plano de cargo e salário;
- *Direitos humanos*: não-discriminação, trabalho infantil, liberdade de associação e de negociação coletiva;
- *Consumidor*: saúde e segurança, propaganda e respeito à privacidade.
- *Sociedade*: comunidade, contribuições, competição e política de preços.
- Desenvolvimento e Pesquisa, novos projetos e implementação de conceitos de sustentabilidade ambiental, como também de análise e estudo de casos.

REFERÊNCIAS

ANDRADE FILHO, José Campos de; MACHADO da Silva, Clóvis L. Mudança ambiental e posicionamento estratégico em organizações: análise de três instituições de ensino superior. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v, 37, n, 1, .p. 51-73, jan./fev. 2003.

ANDRADE, José Célio Silveira et al. Conflitos e riscos socioambientais: análise da relação entre o complexo Costa do Sauípe e atores locais. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 37, n., 2, p. 459-476, mar./abr. 2003.

ARAÚJO, L. A. de. Perícia Ambiental em Ações Cíveis Públicas. In: S. B. CUNHA & A. J. T. GUERRA (orgs.): **Avaliação e perícia ambiental**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

AQUINO CONSULTORES ASSOCIADOS. Planejamento Estratégico da INCECC. Salvador: [s.n], 2008.

_____. Planejamento estratégico do Instituto Corredor Ecológico Costa dos Coqueiros – INCECC: Salvador: [s.n.], 2008.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS PRODUTORES QUÍMICOS. Disponível em: <<http://www.ABIQUIM.org.br/atuacaoresponsavel/historico.asp>>. Acesso em 25 maio 2009.

BAHIA. Assembléia Legislativa. **Constituição Estadual**: Promulgada em 05 de outubro de 1989. Salvador, 1989. Disponível em:<<http://www.bahia.ba.gov.br>>. Acesso em: jan.2007.

BAHIA. Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos. Decreto nº 11.235, de 10 de outubro de 2008. Aprova o Regulamento da Lei nº 10.431, de 20 de dezembro de 2006, que institui a Política de Meio Ambiente e de Proteção à Biodiversidade do Estado da Bahia, e da Lei nº 11.050, de 06 de junho de 2008, que altera a denominação, a finalidade, a estrutura organizacional e de cargos em comissão da Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEMARH e das entidades da Administração Indireta a ela vinculadas. Disponível em: <<http://www.semarh.ba.gov.br/legislacao/Decretos%20Estaduais/Meio%20Ambiente-Biodiversidade/Dec11235.pdf>>. Acesso em: 17 maio 2010.

BAHIA. Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos. Lei nº 10.431, de 20 de dezembro de 2006. Dispõe sobre a Política de Meio Ambiente e de Proteção à Biodiversidade do Estado da Bahia. Disponível em: < <http://www.semarh.ba.gov.br/Legislacao/Leis%20Estaduais/Lei10431.pdf>>. Acesso em: 17 maio de 2010.

BAHIA. Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos. Lei nº 11.050, de 06 de junho de 2008. Altera a denominação, a finalidade, a estrutura organizacional e de cargos em comissão da Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEMARH e das entidades da Administração Indireta a ela vinculadas. Disponível em: < <http://www.semarh.ba.gov.br/pdf/Lei10050.pdf>> Acesso em: 17 maio 2010.

BANCO DE DADOS. Folha de São Paulo. Disponível em: <www.folha.com.br>. Acesso em: 15 jan.2007.

BARBIERI, José Carlos. O sistema multilateral de comércio internacional e o meio ambiente: amigos ou inimigos. **Revista de Administração Pública (RAP)**, Rio de Janeiro, v, 34, n., 3 , p. 103-123, maio/jun. 2002.

BELLEN, Hans Michael Van. **Indicadores de sustentabilidade**: uma análise comparativa. 2. ed. Rio de Janeiro: FVG, 2007. 253 p.

BOAVENTURA, Edivaldo M. **Como ordenar as idéias**. 8. ed. São Paulo: Ática, 2001.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues (Org.). **Pesquisa participante**. 8. ed. Brasília: Brasiliense, 1990.

BOYER, Robert. **Teoria da regulação**: uma análise crítica. São Paulo: Nobel, 1990.

BRASIL. Congresso Nacional. **Constituição Federal**: Promulgada em 05 de outubro de 1988. Brasília, 1988. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br>>. Acesso em: 15 jan. 2007.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 10.165, de 27 de dezembro de 2000**. Altera a Lei nº 6.938/1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Brasília, DF, 2000.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001.** Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal estabelecem diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Brasília, DF, 2001.

BRASIL. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Desenvolvimento Humano. Disponível em: <www.pnud.gov.br>. Acesso em: jan.2007.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981.** Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6938.htm>. Acesso em: 17 maio 2010.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998.** Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9605.htm>. Acesso em 17 maio 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999.** Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9795.htm>. Acesso em 17 maio 2010.

BRASIL. Ministério da Agricultura. **Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989.** Dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L7802.htm>. Acesso em: 17 maio de 2010.

BRASKEM. **Sustentabilidade:** fábrica de florestas em Camaçari. Disponível em: <http://www.braskemnews.com.br/Home/permalink.aspx?id_noticia=122-em> Acesso em: 30 jun. 2009.

CAMPOS, José Antonio. **Cenário balanceado:** balanced scorecard. São Paulo: Aquariana, 1998.

CARRIERI, Alexandre de Pádua. O meio ambiente: discurso consistente ou prática vazia? Uma reflexão sobre os discursos ambientais, a teoria organizacional e o caso brasileiro. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v, 37, n, 6, p. 1209-1231, nov./dez. 2003.

CARVALHO, Vininha F. **Instituto Corredor Ecológico promoveu plantio de mudas nativas**. Disponível em:

<http://www.clickaventura.com.br/conteudo/leitura.asp?codmat=19146>. Acesso em 16 jun. 2009.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. 4 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTILHO, Manoel Lauro Volkmer de. Multiculturalismo e meio ambiente: a dimensão pluralista – as determinações constitucionais vistas de um ângulo plural. **Revista Interesse Público**, Rio Grande do Sul, n., 38, p. 33-52, jul./ago. 2006.

CONSELHO INTERNACIONAL DO COMÉRCIO DO PRODUTO QUÍMICO.

Disponível em: <<http://www.iccta.org>>. Acesso em: 08 ago. 2009

CONVENÇÃO DE CONDOMÍNIO DO PORTO SECO PIRAJÁ. Salvador: [s.n], 1977. 53p.

CONTRATO SOCIAL. Salvador: [s.n], 2009. (JUCEB 09/040980-9 de 28/01/09. Registrado em 29/01/2009 nº 96887934. NIRE 29.200.241.219).

CUSTÓDIO, H. B. A questão constitucional: propriedade, ordem econômica e dano ambiental, competência legislativa concorrente. In: A. H. V. BEJAMIN (org.): **Dano Ambiental, Prevenção, Reparação e Repressão**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1993. p. 143-145.

CUNHA, Erisvaldo. **Metodologia para redução de efluente líquido industrial na Fonte**: uma proposta a partir da experiência da Deten Química S.A. 2006, 227 p. Dissertação (Mestrado profissional em gerenciamento e tecnologias ambientais no processo produtivo) – Escola Politécnica da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2006a.

DAVENPORT T.; PRUSAK, L. **Conhecimento Empresarial**: como as organizações gerenciam o seu capital intelectual. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

DEMAJOROVIC, Jacques. **Sociedade de risco e responsabilidade socioambiental**: perspectivas para a educação corporativa. São Paulo: Senac, 2005.

DEMAROJOVIC, Jacques. Toward a new conception of the environment-competitiveness relationship. **Journal of Economic Perspectives**, Saint Paul, v.9, n. 4, p. 97-118, 2003.

DENIS Smith, “**Business and the environment: towards a paradigm shift**”, em *business and environment: implications of a new environmentalism*. Nova York: St. Martin’s Press, 1993.

DEMO Pedro. **Introdução à metodologia da ciência**. São Paulo: Atlas, 1985.

DIAS, Elvira Gabriela C.S.; SANCHEZ, Luis Enrique. A participação pública versus os procedimentos burocráticos no processo de avaliação de impactos ambientais de uma pedreira. **Revista de Administração Pública (RAP)**, Rio de Janeiro, v, 33, n, 4, p. 81-91, jul./ago. 1999.

DIAS, Reinaldo. **Gestão ambiental: responsabilidade social e sustentabilidade**. São Paulo: Atlas, 2009.

DIAS, Camila C. **Estratégia: uma revisão conceitual**. Salvador: NPGA/Escola de Administração da UFBA, 2000. Xerocopiado.

FARIA, Alexandre. GUEDES, Ana Lúcia. Pesquisa intercultural e interdisciplinar em gestão internacional: investigações em marketing internacional e gestão ambiental. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v, 36, n. 5 , p. 747-776, set./out. 2002.

FONSECA, Álvaro Oyama Lins. Programa de ação educação ambiental do Instituto Corredor Ecológico Costa dos Coqueiros. Salvador: INCECC, 2009.

FREITAS, Juarez. O princípio constitucional da precaução e o controle de gestão ambiental. **Revista do Tribunal de Contas de Minas Gerais**, Belo Horizonte, v, 61, n, 4, p.17-43, out./dez. 2006.

FREITAS, Carlos M. et al. Acidentes químicos ampliados: um desafio para a saúde pública. **Revista Saúde Pública**, v. 29, n. 6, p. 503-514, 1995.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 32.ed. São Paulo: Editora Nacional, 2003.

GALLOPIN, G. C. Indicators and their use: information for decision-making. In: MOLDAN, B.; BILLHARZ, S. **Sustainability indicators: report of the project on indicators of sustainable development**. New York: J. Wiley and Sons, 1997. cap. 1, p. 13-27.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1996.

_____. _____. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

_____. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1995.

HERZOG, Ana Luiza. Sustentabilidade: mais discurso, menos ação. Revista Exame Disponível em: <<http://www.portalexame.abril.com.br>>. 01 jun. 2007.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Banco de Dados. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: jan.2007.

INSTITUTO ETHOS DE EMPRESAS E RESPONSABILIDADE SOCIAL . Disponível em: <[http://: www.ethos.org.br](http://www.ethos.org.br)>. Acesso em: 10 abr. 2010.

JACOBI, Pedro. Meio ambiente e redes sociais: dimensões intersetoriais e complexidade na articulação de práticas coletivas. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 34, n. 6, p.131-158, nov./dez. 2000.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 3. ed. rev.e ampl. São Paulo: Atlas, 1991.

LEFF, Enrique. **Saber ambiental: sustentabilidade, complexidade, poder**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

LITTLE, PE. **Políticas ambientais no Brasil: análises, instrumentos e experiências**. São Paulo: Peirópolis, 2003.

MACEDO, Neusa Dias de. **Iniciação à pesquisa bibliográfica**. São Paulo: Loyola, 1996.

MACHADO, P. A. L. **Direito Ambiental Brasileiro**. 1. ed. São Paulo: RT, 1982.

MARCONDES, W. Alberto. Ruschel, R. Rogério. **Programa Benchmarking Ambiental Brasileiro**. 4. ed. São Paulo: 2007.

MARSHAL JÚNIOR, Isnard. Certificação ambiental em empresas industriais: o caso Bayer e os reflexos na conscientização de seus funcionários e famílias. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v, 35, n, 3 , p.77-106, maio/jun. 2001.

MORAIS de Castro: comércio e importação de produtos químicos. Disponível em: <<http://www.moraisdecastro.com.br>>. Acesso em 20 out. 2009.

OPINIÃO. Gazeta Mercantil. São Paulo: [s.n], 26 maio 2009, p.A-03.

PEDRINI, Alexandre Gusmão. **Educação ambiental empresarial no Brasil**. São Carlos, SP: Rima, 2008.

PONCHIROLLI, Osmar. **Ética e Responsabilidade Social Empresarial**. Rio de Janeiro: Juruá, 2009. 152p.

QUIVY, Raymond; CAMPENHOUDT, Luc Van. **Manual de investigações sociais**. Lisboa: Ed. Gradiva, 1992.

ROSEMERI, Alessio **Responsabilidade social das Empresas no Brasil: reprodução de postura ou novos rumos**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

RUSCHEINSKY, Aloísio. **Sustentabilidade: uma paixão em movimento**. – Porto Alegre: Sulina, 2004. 181p.

REVISTA ÉPOCA NEGÓCIOS. São Paulo: Globo, 2009.

SANTOS, Rozely Ferreira dos. **Planejamento ambiental: teoria e prática**. São Paulo: Oficina de Textos, 2004.

SANTOS, Silvio Costa. Programa de Prevenção de Riscos Ambientais. [S.l.]: Moraes de Castro, 2009.

SAVITZ, Andrew W; WEBER, Karl. **A empresa sustentável: o verdadeiro sucesso é lucro com responsabilidade social e ambiental**. Tradução Afonso Celso da Cunha Serra. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

SEIFFERT, Mari Elizabete Bernardini. **Gestão ambiental: instrumentos, esferas de ação e educação ambiental**. São Paulo: Atlas, 2007.

SINDICATO DAS INDÚSTRIAS DE PRODUTOS QUÍMICOS PARA FINS INDUSTRIAIS E DA PETROQUÍMICA. Disponível em: <<http://www.sinproquim.org.br/index.php?area=sindicato>>. Acesso em: 25 maio 2009.

TACHIZAWA, Takeshy; ANDRADE, Ruy Otávio Bernardes de. **Gestão socioambiental: estratégias na nova era da sustentabilidade**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

TERRA, José Cláudio C. **Gestão do conhecimento: textos e artigos de consultores da Terra Forum**. São Paulo: [s.n.], 2004.

TORRES, Adelino. **O Método no estudo**. 3. ed. Lisboa: Escher, 1990.

TRIGUEIRO, A. **Meio ambiente no século 21: 21 especialistas falam da questão ambiental nas suas áreas de conhecimento**. Rio de Janeiro: Sextante, 2003.

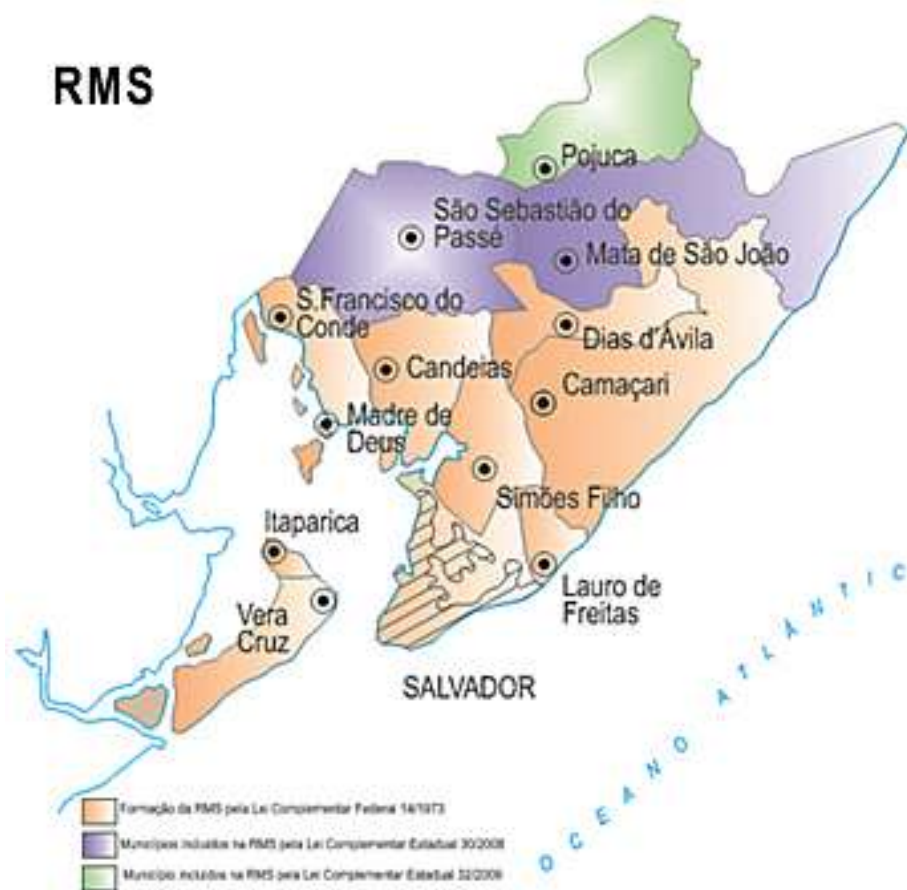
WEBER, Max. **Metodologia das ciências sociais**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1973. 2 v.

WINSEMIUS, Pieter; GUNTRAM, Ulrich. Mil tons de verde. Tradução Durval F. Carvalho de Olivieri. Salvador: Gráfica Santa Helena, 2004.

VAINER, Carlos Bernardo. População, meio ambiente e conflito social na construção de hidrelétricas. In: MARTINE, George (Org.). **População, meio ambiente e desenvolvimento: verdades e contradições**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1993, p. 183-207.

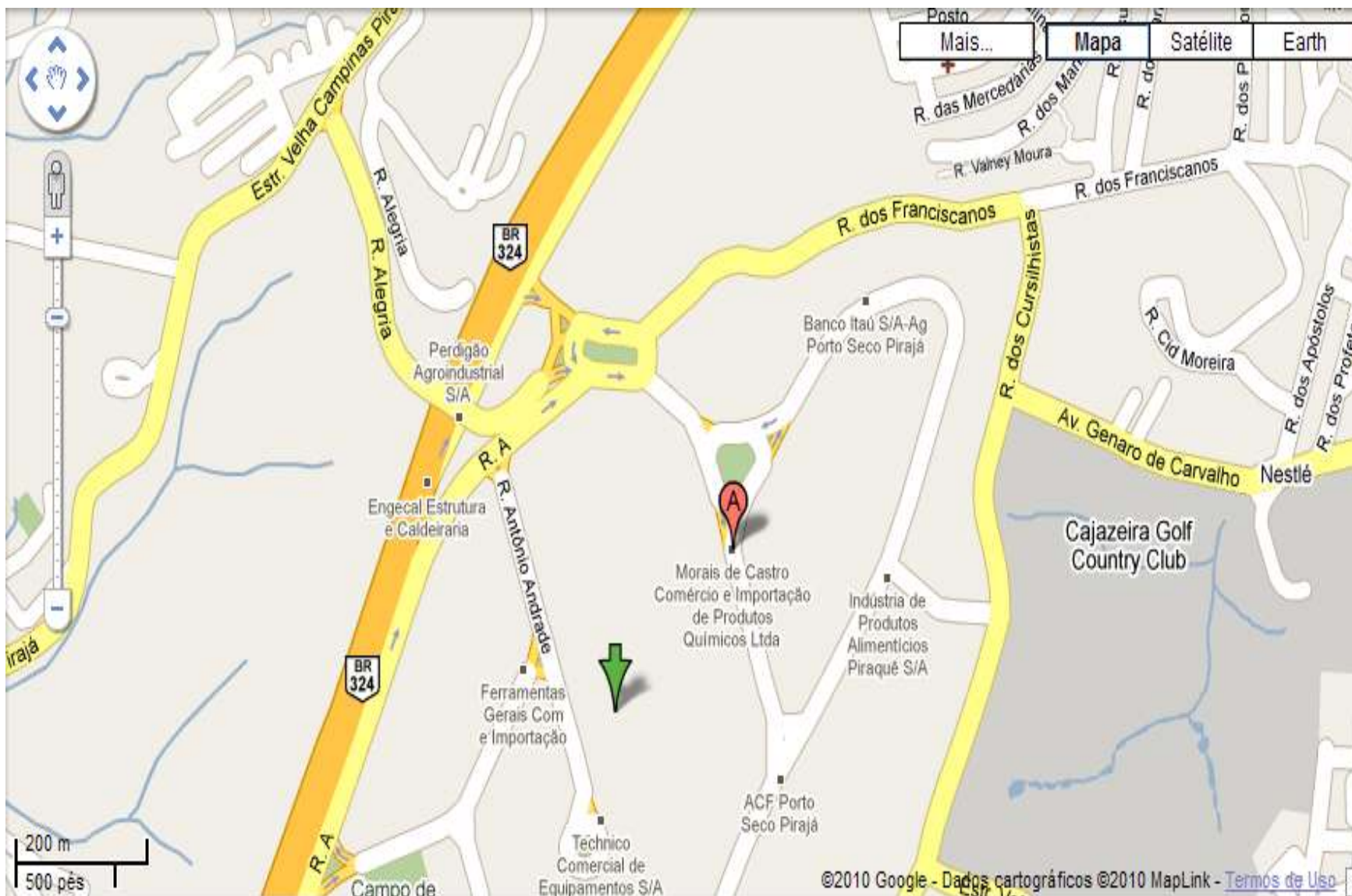
ANEXOS

ANEXO 1 – MAPA DA REGIÃO METROPOLITANA DO SALVADOR;




Anexo 1.1 – Mapa da Região Metropolitana do Salvador;

ANEXO 2 – MAPA DO PORTOSECO PIRAJÁ;

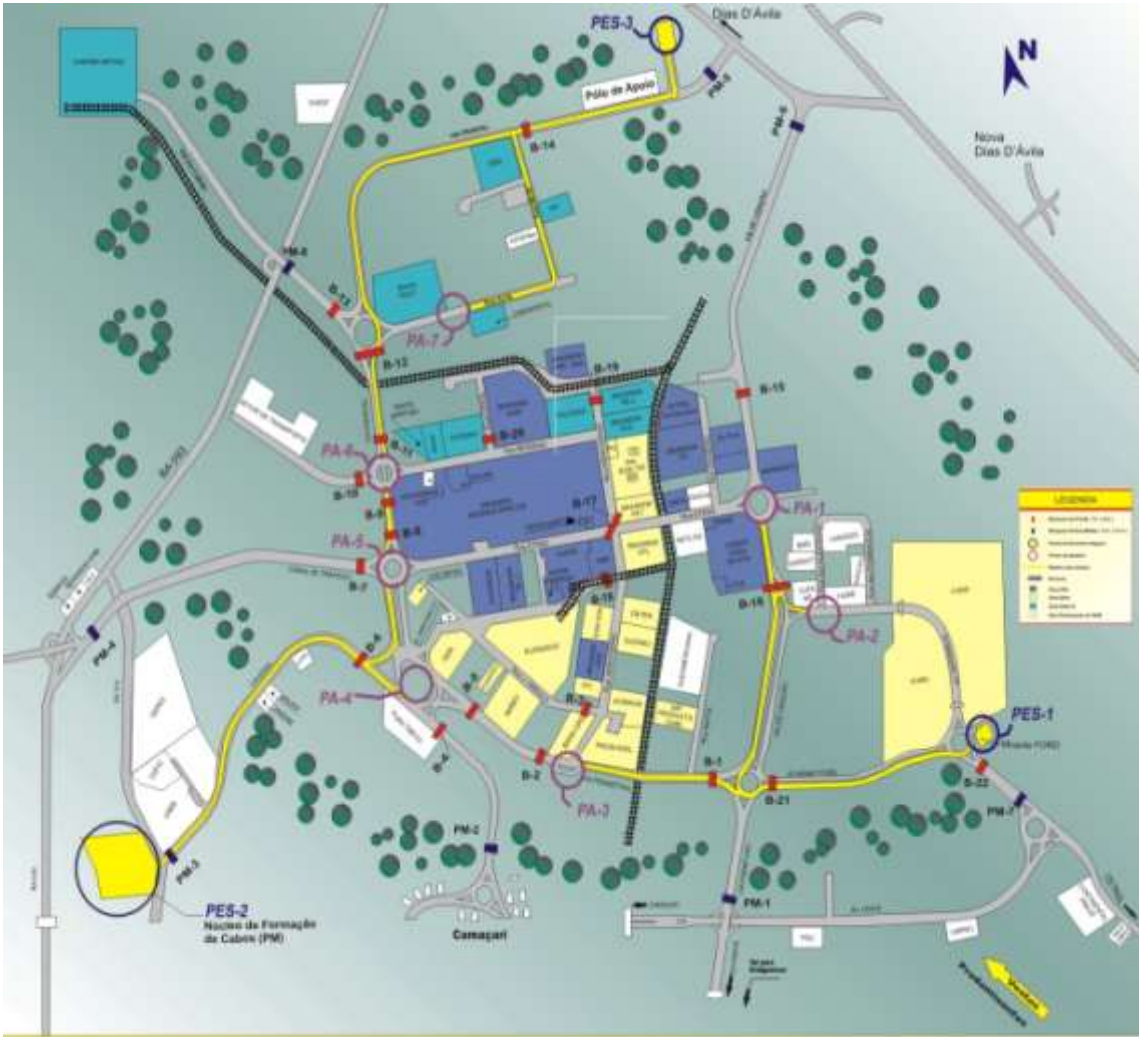


ANEXO 3 – MAPA GEOREFERENCIADO DA MORAIS DE CASTRO;

		Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, Habitação e Meio Ambiente - SEDHAM Coordenadoria Central de Informações				Processo SEDHAM Nº 0609/2009	
CERTIDÃO DE ENDEREÇO DO IMÓVEL - CEI							
Nº do Alvará 00.000		Contribuinte: Morais de Castro e Cia LTDA					
Cód. Logradouro 07061-0		Tipo Rua		Nome do Logradouro Alvaro Gomes de Castro		Nº Métrico de Porta 512	
Cód. do Parcelam. XXX		Nome do Parcelamento Porto Seco Pirajá		Quadra C	Lote 3, 4	RA 13	
Lei do Logradouro 6.123 de 27/5/2002		Insc. Imobiliária 255.156-0 / 255.157-8 255.158-6 / 255.159-4		Condição 000.00000.00000		Matrícula EMBASA 027996549	
				Nº do Contrato COBELA 0006093230			
COORDENADAS DO LOGRADOURO				COORDENADAS DO LOTE			
Xi = 558.889	Yi = 8.572.989	Xf = 559.454	Yf = 8.572.691	Xi = 559.318	Yi = 8.573.029		
Técnico Responsável Antonio Nascimento <i>08 0509</i> Responsável Técnico		Chefe de Serviço Marcelo Silva da Silva Chefe/SEDAM		Visto do Subcoordenador Ricardo Costa Subcoord. COINF/SEDAM		Visto do Coordenador Ana Lucia Alves de Araujo Coordenadora da COINF Mat. 813177-5	
							
AS INFORMAÇÕES CONTIDAS ACIMA DEFINEM A LOCALIZAÇÃO DO IMÓVEL							

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, Habitação e Meio Ambiente - SEDHAM
 Av. Vale dos Barris, nº 125, Barris, Salvador/BA - CEP: 40070-055 - Telefones: (71) 2201-8489 / 8488 / 8462

ANEXO 4 – MAPA DO PÓLO PETROQUÍMICO DE CAMAÇARI;



ANEXO 5 – MAPA DO COSTA DOS COQUEIROS DO LITORAL NORTE;



ANEXO 6 – ENTREVISTA COM O TÍTULO “RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL” PUBLICADA NA REVISTA ECOLÓGICO EM DEZEMBRO DE 2003;

Entrevista



Modernos equipamentos impedem a poluição na área

Nem sempre uma atividade industrial, mesmo ligada ao setor químico, tem que obrigatoriamente poluir, agredir ao meio ambiente. Prova disto é a atuação da empresa *Morais de Castro*, que funciona em Salvador e tem filiais em Jaboatão dos Guararapes, Pernambuco e outra no Rio de Janeiro. Esta é uma empresa de logística, importação, comercialização e distribuição de produtos químicos industriais. Fora providências técnicas dentro da fábrica, seus diretores resolveram aproveitar um terreno baldio localizado nos fundos da empresa, uma área por onde passam os fios de alta tensão da CHESF e que por isto mesmo não pode ser aproveitado para construção, ou atividades fabris. A área foi transformada em um grande canteiro agrícola. Lá estão sendo produzidos capuaçu, banana, manga, jaca, abóbora, feijão, mandioca e outros produtos. Segundo Eduardo *Morais de Castro*, presidente da empresa, isto serve de exemplo para quem visita a empresa e demonstra que com um pouco de consciência ecológica, terrenos abandonados e tomados pelo lixo podem se transformar em áreas verdes voltadas para a necessidade da população, principalmente a mais carente.

Por: *Marina Mattos*

Entrevista

Responsabilidade ambiental



Eduardo Moraes transformou o lixo em uma plantação diversificada

REV. ECO LÓGICO – Caso ocorra um acidente, quais as medidas que a empresa pode tomar para remediar a situação?

EDUARDO MORAIS – Temos uma série de equipamentos que na eventualidade de um acidente, mesmo que seja com transporte de terceiros, poderão ser imediatamente acionados. São bombas de transferência, equipamentos para absorver o material vazado e vasifames específicos para receber o material contaminado. Estas são práticas que julgamos altamente interessantes e que combinam com o

espírito de preservação do meio ambiente e do homem, meio e fim de qualquer atividade na sociedade.

REV. ECO LÓGICO – Vocês possuem dois tanques de ácido clorídrico que liberam uma névoa corrosiva. Qual a iniciativa que vocês tomaram para que esta névoa não contamine o meio ambiente?

EDUARDO MORAIS – Para que ela não saia corrosiva é preciso passar antes pelo degasador, onde existe uma solução alcalina de modo que quando a névoa sai pela extremidade já não há risco de contaminação ou corrosão. O maior sensibilizador que a empresa

dispõe é uma árvore situada ao lado. Se a névoa agredisse ao meio ambiente a árvore certamente estaria morta, ou inteiramente queimada. A árvore é o sensor indicado para comprovar a eficiência do sistema.

É uma preocupação também evidente na bacia de contenção do tanque que normalmente é uma bacia normal. Na Moraes de Castro existe uma bacia totalmente revestida em PVC de meio milímetro de espessura para que, caso aja um vazamento, caia em cima de um lençol de PVC não havendo penetração no subsolo.

Entrevista

REV. ECO LÓGICO – Na visão administrativa da empresa a responsabilidade social é tão importante quanto a educação ambiental?

EDUARDO MORAIS – Possuímos uma área específica para estocagem de materiais de construção. Ele é guardado dentro de tambores devidamente protegidos para que não se tornem focos de dengue. A responsabilidade social é muitas vezes camuflada, não é vista sem que se tenha atenção para isto. O Green Peace tem seus aspectos positivos. Tem muita gente sem responsabilidade com o uso da coisa coletiva. Existe uma necessidade por parte de instituições comerciais e ONG's voltadas para a preservação do meio ambiente que são fundamentais para que possa existir um equilíbrio entre aqueles que não têm o devido cuidado com a preservação do meio ambiente e aqueles que realmente têm esta preocupação. Tudo tem que perseguir o equilíbrio, o bom senso. Não é o

extremismo de parte à parte que leva a nada.

A Moraes de Castro dá uma demonstração espontânea e verdadeira de sua política nesta área, pois não se trata de exigência de ninguém. Há uma concepção que temos que ser pró-ativos e que já que se questiona o uso de produtos químicos, que é uma verdade, é preciso também avaliar o uso que o homem faz dele. O uso exacerbado da bebida alcoólica prejudica a saúde. Já usado ponderadamente ela é prazerosa. Na vida tudo tem seus equilíbrios e suas imitações.

REV. ECO LÓGICO – A preservação do meio ambiente é uma iniciativa geral da Moraes de Castro?

EDUARDO MORAIS – Primeiro com a cultura de nada ser disponibilizado em qualquer lugar, nas suas operações no trato para que não haja nenhum tipo de derramamento. Segundo, a própria adoção da coleta seletiva já é uma demonstração da colaboração e da participação dos colaboradores neste tipo de empreendimento. Enfim, em

treinamentos, em práticas que são do dia-a-dia. Hoje já está sendo muito menos difícil do que anteriormente a adoção desta prática por parte de todos.

REV. ECO LÓGICO – Podem ocorrer falhas no processo de estocagem de seus produtos?

EDUARDO MORAIS – Em relação aos produtos líquidos temos as bacias de contenção que ficam em redor dos tanques de estocagem. Quando uma eventualidade ocorrer, elas tendem a conter os produtos. Temos dispositivos de bombas autônomas que podem gerar a transferência daquele material que caiu do dique de contenção para outro vasilhame tipo contêiner de um metro cúbico, tambores, enfim algo que preserve a integridade do meio ambiente.

Quanto aos produtos corrosivos chegamos ao ponto de revestir o tanque de contenção termoplasticamente, iniciativa específica para que mesmo havendo o vazamento, ele não penetre no solo ou no subsolo, fique confinado naquele recipiente.



O que era barro e lixo, hoje produz frutos para alimentar os necessitados

Entrevista

REV. ECO LÓGICO – Então vale a pena investir na educação ambiental?

EDUARDO MORAIS – Achemos que se o homem não preservar seu meio ambiente ele irá destruir o planeta. Participamos de um programa chamado PRODIR (Processo de Distribuição de Produtos Químicos) que congrega todas as empresas comerciais do ramo no Brasil e é baseada na experiência internacional basicamente da congênera norte americana que implanta no Brasil o processo de distribuição responsável. Como o próprio nome diz todo

“processo” pode ser mutável e adaptável a uma realidade específica.

A contribuição para o meio ambiente é um processo de educação que força nossos funcionários a se tornarem elementos multiplicadores dentro das suas comunidades e trazerem novas informações e mecanismos mais positivos para a própria sobrevivência humana.

REV. ECO LÓGICO – Há registro de acidentes de trabalho, ou vazamentos que tenham prejudicado o meio ambiente?

EDUARDO MORAIS – Felizmente em 42 anos apenas um acidente foi registrado. A empresa atribui a culpa à

irresponsabilidade do funcionário. Ele estava com todos os equipamentos de proteção individual e no momento do acidente havia retirado seu equipamento. Então o que existiu foi uma imperícia, ou imprudência, do próprio colaborador. Adotamos práticas preventivas na própria contratação de transportadoras qualificadas. As vezes até deixamos de ser competitivos comercialmente por que temos um custo diferenciado. Só contratamos transportadoras que tenham um grau de comprometimento com a mesma filosofia que adotamos, ou seja, de respeito ao homem e ao meio ambiente.



A tecnologia voltada para preservar a natureza e o homem no planeta

ANEXO 7 – FORMULÁRIO DE INDICADORES DE DESEMPENHO;

MORAIS DE CASTRO COM IMP PROD QUIM LTDA - MATRIZ										
DADOS A SEREM COLETADOS	RESPONSÁVEL	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET
Nº de Transportadoras utilizadas no mês	ALFREDO	33	31	34	30	38	35	29	32	31
Nº de avaliações efetuadas em transportadoras	ALFREDO	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Total de vendas CIF realizadas no mês (em toneladas)	ALFREDO	1496,65	1527,37	1785,62	1748,48	1790,988	1417,44	1566,631	1749,256	1661,747
Total de vendas FOB realizadas no mês (em toneladas)	ALFREDO	307,53	333,89	504,51	303,61	396,21	343,12	288,863	236,627	266,375
Total de produto vendido (em Toneladas)	ALFREDO	1804,2	1861,3	2290,1	2052,1	2187,2	1760,6	1855,5	1985,9	1928,1
Nº de acidentes no transporte de produtos químicos	ALFREDO	0	0	1	0	0	0	0	0	0
Total de embarques efetuados	ALFREDO	677	613	836	663	617	607	562	626	633
Total de embalagens utilizadas	DELMA	16.230	12.560	14.350	15.260	16.526	14.340	13.230	15.423	14.620
Nº de embalagens avariadas (c/ e s/ perda de produto)	ADAILTON	8	11	5	2	4	2	3	2	3
Nº total de empregados	ALMIRA	58	58	54	53	54	55	55	54	44
Nº total de empregados reportados ao PRODIR	DELMA	56	55	52	51	52	52	53	53	53
Nº de Homens-Hora trabalhadas	ALMIRA	13626	13379	12778	12359	12699	12100	13147	12701	10226
Nº de Homens-Hora de treinamento	ALMIRA	0	268	462	454	426	466	376	553	540
Nº de Outros Acidentes	ALMIRA	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Nº de acidentes no site (manuseio e armazenamento)	ADAILTON	0	0	1	0	0	0	0	0	0
Nº de acidentes no site (carga e descarga)	ADAILTON	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Nº de dias perdidos	ADAILTON	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Nº de fatalidades com empregados	ALMIRA	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Nº de dias debitados	ADAILTON	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Resíduo sólido gerado (material reciclável - em kg)	ADAILTON	72	66	93	80	86	333	78	90	65
Resíduo sólido gerado (material descartável - em kg)	ADAILTON	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Volume de Efluente líquido descartado (m³)	ADAILTON	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Nº de reclamações da comunidade	DELMA	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Nº de ações de integração com a comunidade	DELMA	0	0	0	0	0	1	0	0	1
Consumo de Energia Elétrica (kwh)	ADAILTON	10.480	9.407	10337	9154	8177	8588	8415	7690	8860
Volume de Água captada (m³)	ADAILTON	56	99	104	94	96	126	80	61	95
Nº de reclamações de clientes total	DELMA	1	0	3	0	3	1	0	0	2
Nº de autuação	CRISTINA	0	0	0	0	1	0	0	0	0
Nº de multa de trânsito	CRISTINA	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Resultado da pesquisa de satisfação cliente externo	DELMA	3	3	3	3	3	3	3	3	3
Resultado da pesquisa interna - Concordância	DELMA	3	3	3	3	3	3	3	3	3
Resultado da pesquisa interna - Satisfação	DELMA	3	3	3	3	3	3	3	3	3
Vendas distribuída Lyondell (ton)	DELMA	18,8	20,7	15,1	6,2	7,7	13,4	15,7	9,3	12,2
Vendas distribuída Rhodia (ton)	DELMA	271,1	306,7	301,1	262,1	315,9	209,7	275,1	248,9	258,5
Vendas distribuída Oxileno (ton)	DELMA	92,8	119,7	181,0	105,5	116,2	166,4	164,2	147,4	195,4
Vendas distribuída Peróxido (ton)	DELMA	374,9	408,0	453,8	438,8	481,0	493,7	465,2	521,8	474,0
Vendas distribuída ROHM & HAAS (ton)	DELMA	8,1	14,7	13,4	11,8	27,1	36,1	24,1	36,7	25,1
Nº de reuniões do NEA - Ba/ PAM - Pe	DELMA	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Nº de participação do NEA - Ba/ PAM - Pe	DELMA	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Faturamento Total R\$ mil	DELMA	1,86	1,84	1,99	1,81	1,92	1,74	2,01	2,12	1,91
Fatura de telefone fixo	DÉBORA	4.632,92	4.404,15	5.431,91	3.702,84	8.727,48	6.933,53	5.991,47	5.897,63	6.534,51
Fatura de telefone celular	DÉBORA	4.620,87	5.898,81	4.610,94	5.413,10	4.886,90	4.613,65	5.117,75	5.263,89	5.551,20
Quantidade de cópia xerox emitida	ALMIRA	5.246,00	4.581,00	5.551,00	6.791,00	5.316,00	4.280,00	5.041,00	8.557,00	4.366,00
Nº de acidente com transporte próprio	ADAILTON	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0
= fator auxiliar		1	1	1	1	1	1	1	1	1

ANEXO 8 – FORMULÁRIO DA PESQUISA DE SATISFAÇÃO DE CLIENTES INTERNOS;

PESQUISA DE SATISFAÇÃO INTERNA

Realização janeiro de 2009

Parte 1 - Concordância/Discordância

Instruções: A seguir serão apresentadas algumas afirmações. Para efeito de preenchimento, por favor, **identifique o grau em que você concorda ou discorda com as mesmas**. Para tanto, utilize a escala abaixo para marcar um **X** no número de que melhor represente sua opinião, levando em consideração que o número **0** representa **discordância total** e o número **5** representa **concordância total** com a afirmação.

ITENS DE AVALIAÇÃO	AVALIAÇÃO		
1 A empresa preocupa-se com seu desenvolvimento.	Discordo Totalmente	(0) (1) (2) (3) (4) (5)	Concordo Totalmente
2. A empresa oferece condição adequada de trabalho.	Discordo Totalmente	(0) (1) (2) (3) (4) (5)	Concordo Totalmente
3. A empresa estimula a prática de cooperação entre colegas.	Discordo Totalmente	(0) (1) (2) (3) (4) (5)	Concordo Totalmente
4. As informações prestadas pela empresa são de seu interesse.	Discordo Totalmente	(0) (1) (2) (3) (4) (5)	Concordo Totalmente
5. Os benefícios proporcionados pela empresa são adequados.	Discordo Totalmente	(0) (1) (2) (3) (4) (5)	Concordo Totalmente
6. Os seus superiores lhe orientam bem.	Discordo Totalmente	(0) (1) (2) (3) (4) (5)	Concordo Totalmente
7. Existe autonomia para realização do seu trabalho.	Discordo Totalmente	(0) (1) (2) (3) (4) (5)	Concordo Totalmente
8. Você se sente envolvido na gestão de segurança e saúde ocupacional da empresa.	Discordo Totalmente	(0) (1) (2) (3) (4) (5)	Concordo Totalmente

Parte 2 – Satisfação/ Insatisfação

Instruções: A seguir serão apresentadas algumas afirmações. Para efeito de preenchimento, por favor, **identifique o seu grau satisfação em relação às mesmas**. Para tanto, utilize a escala abaixo para marcar um **X** no número de que melhor represente sua opinião, levando em consideração que o número **0** representa **Totalmente Insatisfeito** e o número **5** representa **Totalmente Satisfeito** com a afirmação.

ITENS DE AVALIAÇÃO	AVALIAÇÃO		
1 . Seu desenvolvimento na empresa.	Totalmente Insatisfeito	(0) (1) (2) (3) (4) (5)	Totalmente Satisfeito
2. Existe motivação pessoal no seu trabalho.	Totalmente Insatisfeito	(0) (1) (2) (3) (4) (5)	Totalmente Satisfeito
3. Motivação para cooperar com seus colegas.	Totalmente Insatisfeito	(0) (1) (2) (3) (4) (5)	Totalmente Satisfeito
4. As informações prestadas pela empresa.	Totalmente Insatisfeito	(0) (1) (2) (3) (4) (5)	Totalmente Satisfeito
5. Em relação aos benefícios proporcionados pela empresa.	Totalmente Insatisfeito	(0) (1) (2) (3) (4) (5)	Totalmente Satisfeito
6. A orientação dos seus superiores.	Totalmente Insatisfeito	(0) (1) (2) (3) (4) (5)	Totalmente Satisfeito
7. A autonomia para realização do seu trabalho	Totalmente Insatisfeito	(0) (1) (2) (3) (4) (5)	Totalmente Satisfeito
8. Sua satisfação com relação à gestão de segurança e saúde ocupacional da empresa.	Totalmente Insatisfeito	(0) (1) (2) (3) (4) (5)	Totalmente Satisfeito

ANEXO 9 – FORMULÁRIO DA PESQUISA DE SATISFAÇÃO DE CLIENTES EXTERNOS;

PESQUISA DE SATISFAÇÃO DE CLIENTE

CLIENTE:	
AVALIADOR:	
DATA:	

Ref: Fornecimento de Produto/Serviço – Janeiro a Dezembro /2008

Prezados(as) Senhores(as),
Agradecemos o preenchimento do questionário abaixo, enviando-nos até dia **13 de Fevereiro/2009**, por e-mail moraisdecastro@moraisdecastro.com.br ou por fax 71-2108-8600. Abaixo transcrevemos nosso padrão de pontuação.

1	RUIM	2	REGULAR	3	BOM	4	ÓTIMO
----------	------	----------	---------	----------	-----	----------	-------

Marcando com **X** conforme sua opinião.

Nos casos em que a avaliação do serviço/produto for **1 (ruim)** ou **2 (regular)**, solicitamos descrever, se possível, quais as oportunidades de melhoria que sua empresa entende serem necessárias para agregar mais valor ao nosso serviço/produto.

AVALIAÇÃO PERANTE AOS CONCORRENTES - solicitamos identificar com **X**, os serviços nos quais a Morais de Castro está, **Melhor, Igual ou Pior** que os nossos concorrentes.

ITENS VERIFICADOS	AVALIAÇÃO DA MORAIS DE CASTRO				AVALIAÇÃO PERANTE AOS CONCORRENTES		
	1	2	3	4	MELHOR	IGUAL	PIOR
1. PONTUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO: As entregas foram efetuadas nas datas programadas?							
2. QUALIDADE DO PRODUTO: A qualidade do produto expedido pela Morais de Castro atende às suas necessidades?							
3. DIVERSIDADE DE PRODUTOS: A linha de produtos oferecida pela Morais de Castro satisfaz as necessidades de sua empresa?							
4. ATENDIMENTO ÀS SOLICITAÇÕES: A Morais de Castro está atendendo todas as suas solicitações de forma eficiente e cordial?							
5. CANAL DE COMUNICAÇÃO: Qual o grau de eficácia dos canais de comunicação disponibilizados pela Morais de Castro (tel, fax, e-mail).							
6. COMPETITIVIDADE: O custo benefício de nossos produtos permite que a sua empresa se posicione competitivamente no mercado de maneira igual ou superior aos produtos dos seus concorrentes?							
7. INFORMAÇÕES TÉCNICAS: As informações técnicas fornecidas pela Morais de Castro estão atendendo às necessidades de sua empresa (Identificações da embalagem, Certificados de Análise, Especificações, FISPQs, etc.)?							
8. VISITAS COMERCIAIS: As visitas comerciais feitas na sua empresa pelos profissionais da Morais de Castro atendem às suas necessidades?							
9. RAPIDEZ NAS RESPOSTAS: A Morais de Castro responde rapidamente às suas consultas e solicitações? (para responder esta questão, favor considerar o vendedor que lhe atende)							
10. INFORMAÇÕES E CONHECIMENTO: O vendedor que lhe atende demonstra conhecimento dos produtos/serviços oferecidos a sua empresa?							

Antecipamos nossos agradecimentos pela atenção dispensada, e nos colocamos a disposição pelo telefone 71 2108-8686, pelo fax 71 2108-8600 e e-mail moraisdecastro@moraisdecastro.com.br.

Oportunidades de Melhoria:

ANEXO 10 – MATERIAL DE DIVULGAÇÃO DE PRÁTICAS AMBIENTAIS DA
MORAIS DE CASTRO;



*H*á mais de 38 anos, a **Morais de Castro** estoca e transporta centenas de produtos químicos, como distribuidora autorizada da Alcalis, Corn Products, Dow, Isopol, Miracema, Oxiteno, Peróxidos e Rodbia. Para operar com máxima segurança, ela possui uma infra-estrutura sofisticada, com atendimento permanente, 24 horas. Mas, para preservar o ambiente, a **Morais de Castro** adotou um procedimento exemplar. Do plantio de mudas, manutenção de equipamentos, à conscientização dos funcionários. Tudo passa por um controle rigoroso, todos aprendem a gostar da Natureza, e a preservá-la. Não há limites para o cuidado, nem espaço para o descuido. Na **Morais de Castro** ninguém pode amarelar na hora de preservar o verde. Aqui verde não é cor. É bandeira.



MORAIS DE CASTRO & CIA LTDA.
IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS QUÍMICOS INDUSTRIAIS

Matriz: Rua Álvaro Gomes de Castro, 512 - Portoseco Pirajá - Salvador - BA - CEP:41316-900
Caixa Postal 1386 - Tel:(071)392-1211 - Fax:(071)392-8460 - e-mail:castro@svm.com.br

Filial: Rod. BR 101, km 17 - Prazeres - Jaboatão dos Guararapes - PE - CEP:54335-000
Tel:(081)476-1722 - Fax:(081)476-1427

Filial: Av. Rio Branco, 156 - Sala 2.111 - Centro - Rio de Janeiro - RJ - CEP:20043-900
Tel:(021)532-1993 - Fax:(021)532-3945

ANEXO 11 – JORNAL DA MORAIS DE CASTRO COM FOCO EM MEIO AMBIENTE;

3
G
E
S
T
Ã
O

PRODIR

Morais de Castro foi a primeira empresa no Nordeste a ser certificada no Programa de Distribuição Responsável (Prodir) da Associação Brasileira dos Distribuidores de Produtos Químicos e Petroquímicos (Associquim). Abaixo estão os códigos e práticas gerenciais implementados pela nossa empresa:


- . Gerenciamento de riscos
- . Gerenciamento do produto
- . Gerenciamento de resíduos
- . Atendimento a legislações e normas
- . Manuseio e armazenagem
- . Seleção de transportadora
- . Atendimento a emergência interna e externa
- . Integração da comunidade
- . Procedimento de trabalho e treinamento - RH
- . Auditoria interna
- . Ações preventivas e corretivas
- . Controle de documentos e dados

SIPAT NA MATRIZ

A SIPAT (Semana Interna de Prevenção a Acidente do Trabalho) da matriz é realizada no mês de novembro de cada ano e em 2006 foram debatidos os temas: DSTs (doenças sexualmente transmissíveis) e dependência química.

MEIO AMBIENTE

Morais de Castro desenvolveu o cultivo de espécimes da flora brasileira numa zona de servidão pública de 6.000 m², anteriormente estéril, localizada nos fundos da empresa. Essa iniciativa visa dar uma utilização mais racional dessa área, melhorando a cobertura vegetal da região e desenvolvendo a consciência ecológica nos seus colaboradores, parceiros e vizinhos.



Área preservada na sede da Morais de Castro

BRIGADA DE INCÊNDIO

No mês de julho de 2006 foi realizado o treinamento prático e teórico para os brigadistas da matriz e um simulado em novembro, na Semana da SIPAT.

AUDITORIA

Foi concluído o processo de auditorias externas para manutenção dos Sistemas Integrados de Gestão Morais de Castro. A certificadora esteve na matriz em Salvador e na filial em Pernambuco e os certificados foram mantidos. Em agosto/2007 serão feitas as auditorias para Recertificação do Prodir - Processo de Distribuição Responsável.

CERTIFICAÇÕES

PRODIR - Processo de Distribuição Responsável - Sistema de Gestão com base em Segurança, Saúde, Meio Ambiente e Qualidade.
ISO 9001 rev. 2000 - Estabelece requisitos da Qualidade voltados à satisfação dos clientes.
SASSMAQ - Sistema de Avaliação de Segurança, Saúde, Meio Ambiente e Qualidade na área de transporte.

SAÚDE - COMO CALCULAR O IMC

Aprenda como calcular o Índice de Massa Corpórea (IMC):

1. Anote seu peso (Ex.: 85 quilos)
2. Anote sua altura (Ex.: 1,70 m)
3. Multiplique o número da altura por ele mesmo
(Ex.: 1,70 x 1,70 = 2,89)
4. Divida o peso pelo número acima
(Ex.: 85 : 2,89 = 29,4)

Agora compare:

De 21 a 25: peso normal
De 25 a 30: sobrepeso
De 30 a 35: obesidade grau I
De 35 a 40: obesidade grau II (obesidade mórbida).

Lembre-se que a prática de atividade física e o controle do peso reduzem drasticamente os riscos de hipertensão, diabetes, colesterol alto, entre outras doenças.

INFORMATIVO



MORAIS DE CASTRO

ANO 1 - Nº 2 / 2007

INFORMATIVO MORAIS DE CASTRO

MAI / JUN / JUL / AGO

PERFIL

Edição G. Figueira - 2

DESTAQUE

SBEA com a Babes and Brown - 2

GESTÃO

QSSMA - 2

Agenda 21 - 3

Segurança - 3

Exames periódicos - 3

Auditoria - 3

NOTÍCIA

Chileno - 3

GIRO

Seminários - 4

Eventos realizados - 4

Tarefas a realizar - 4

Patrocinios e patrocínios - 4

Aniversários - 4

“A química está na base do desenvolvimento econômico e tecnológico. Da siderurgia à indústria de informática, das artes à construção civil, da agricultura à indústria aeroespacial, não há área ou setor que não utilize em seus processos ou produtos algum insumo de origem química.

A água é a substância química mais abundante em nosso planeta. Ela cobre três quartos da superfície da Terra. Mas apenas uma pequena parte desse volume é potável e está próxima aos centros urbanos. Sem a química seria impossível assegurar à população o abastecimento de água.”

Você é Químico...
você: www.abqim.org.br

QUALIDADE

SEGURANÇA



Matriz da Morais de Castro:
Salvador - BA



Filial:
Laboratório dos
Guararapes - PE



Filial:
Rio de Janeiro - RJ

SAÚDE

MEIO AMBIENTE

RESPONSABILIDADE SOCIAL



INFORMATIVO



MORAIS DE CASTRO

ANO 3 - Nº 3 / 2007

INFORMATIVO MORAIS DE CASTRO

SET / DEZ

DESTAQUE

Novo presidente da ANAB - 2
 Notícias da nossa linha - 2

GESTÃO

Certificações - 1
 Prêmio DowGol - 1
 Destaque em Segurança - 2
 Eventos - 3
 Auditorias - 3
 Saúde - 3
 Responsabilidade sócio-ambiental - 3

GIRO

Workshop - 4
 Ultrajob - 4
 Temas - 4
 Crise/Oportunidade - 4
 Práticas - 4
 Aniversários - 4

“Como alimentar uma população em constante crescimento sem esgotar os recursos naturais do solo? A resposta é dada pela química. É através de produtos químicos que se fertiliza a terra, conservando e aumentando o seu potencial produtivo.

A reposição de elementos como o nitrogênio, fósforo, potássio e cálcio, entre outros, retirados pela ação de chuvas, ventos, queimadas e constantes colheitas, é fundamental para manter a produtividade da terra.”

Você é a Química,
 site: www.abiquim.org.br

A MORAIS DE CASTRO SE DESTACA NA CONQUISTA E MANUTENÇÃO DE CINCO CERTIFICAÇÕES DE SISTEMAS DE GESTÃO

- ISO 14001:2004 – Sistema de Gestão Ambiental
- OHSAS 18001:1999 – Sistema de Gestão Segurança e Saúde Ocupacional
- PRODIR – Processo de Distribuição Responsável
- ISO 9001:2000 – Sistema de Gestão da Qualidade
- SASSMAQ – Sistema de Avaliação de Segurança, Saúde, Meio Ambiente e Qualidade da ABIQUIM



Empresa Certificada em
 Distribuição Responsável



ISO 9001:2000
 FS 97111



ISO 14001:2004 - EMS 518775



OHSAS 18001:1999
 OHS 518778



SASSMAQ
 Sistema de Avaliação de
 Segurança, Saúde,
 Meio Ambiente e
 Qualidade

MORAIS DE CASTRO RECEBE PRÊMIO DOWGOL como a melhor no programa de reconhecimento de desempenho de segurança dos distribuidores Dow Brasil

PROGRAMA DOWGOL

O DowGol – G (ganhando), O (observando) e L (liderando) – é um programa desenvolvido pela Dow Brasil com o objetivo de atingir zero acidentes no transporte, armazenagem e manuseio de produtos químicos. No ano de 2006, esse programa foi estendido para todos os seus Distribuidores no Brasil, os quais foram monitorados e auditados mensalmente pela Dow, de jul/06 a jun/07. A premiação do melhor Distribuidor, destaque em Saúde, Segurança e Meio Ambiente, ocorreu em 26/07/2007. Nesta premiação a MORAIS DE CASTRO foi destacada como o melhor entre os Distribuidores, e o Sr. Oséas Pereira Cruz, colaborador desta empresa, foi escolhido como o destaque em Segurança.

Ao lado, Rita Carvalho, Martin Guimarães, da Dow, J. Guilherme, da SOS Cotec, Eduardo Moraes de Castro e Rubem Medrano da Abiquim.



Entrega do prêmio DowGol a Morais de Castro, representada pelo seu dirigente, Eduardo Moraes de Castro





MORAIS DE CASTRO

ANO II - Nº4/2008

INFORMATIVO MORAIS DE CASTRO

JAN/ABR



DESTAQUE

EBDQUIM 2008 1

Festa de final de ano 2

Morais de Castro e Robm and Haas 2
possuem evento em Natal/RN

Na mão certa 2

Robm and Haas aposta na 2
inovação de produtos

GESTÃO

Treinar, Educar, Qualificar 1
e Avaliar os colaboradoresNegócio Sustentável 3
no Mercado Globalizado

Auditorias 3

IV SPAT 3

SIMPAT 3

Alimentação saudável 3

GIRO

Premiação Invenio US\$ 20 mil 4
em expansão de capacidadeTata Chemicals adquire produtor 4
de borracha nos estados unidos

Atividades 4

Pró-Química é um sistema de informações e comunicações desenvolvido pela ABIQUIM com o objetivo de fornecer, via telefone, orientações de natureza técnica em casos de emergência com produtos químicos, além de estabelecer contato com o fabricante, transportador e entidades públicas e privadas que devem ser acionadas em ocorrências dessa natureza, pelos fone 0800 11 8270 - 24 horas por dia.

Site:
(www.profitosperigosos.com.br)

Treinar, Educar, Qualificar e Avaliar os colaboradores são práticas desenvolvidas pela MORAIS DE CASTRO

Treinar e educar os funcionários a fim de qualificá-los para a realização de suas atividades com mais eficiência e eficácia é o grande desafio da Morais de Castro para 2008. Para atingir esse objetivo, a empresa está implantando uma nova metodologia para capacitar os seus colaboradores em suas rotinas de trabalho. Essa metodologia compreende:

1. planejamento anual das necessidades de treinamento/ educação dos funcionários e acompanhamento trimestral do cumprimento do plano nas reuniões do Comitê de QSSMA (Qualidade, Segurança, Saúde e Meio Ambiente);

2. realização de teste semestral para avaliar o conhecimento dos funcionários nas atividades de

trabalho. Com o resultado dessa avaliação, é verificada a necessidade de revisar ou não o plano de treinamento;

3. avaliação semestral dos funcionários feita por dois de seus maiores clientes internos de nível de supervisão, com resultado utilizado para dar "feedback" ao funcionário sobre a qualidade do seu trabalho;

4. avaliação anual dos supervisores feita pelos funcionários, com resultado utilizado para dar "feedback" ao supervisor sobre sua atuação.

Esse sistema também é utilizado para o programa DESTAQUE EM SEGURANÇA, no qual os melhores funcionários das áreas operacional, administrativa e de transportes, serão premiados.

Participação da MORAIS DE CASTRO no EBDQUIM 2008

A Morais de Castro estará participando do 4º EBDQUIM - Encontro Brasileiro dos Distribuidores de Produtos Químicos e Petroquímicos que será realizado no Resort Vila Galé Marés, em Guarajuba, Bahia, Brasil, nos dias 5 - 9 de março de 2008.

Esse evento será enriquecido com diversos painéis e com palestrantes de alto nível de conhecimento, que estarão apresentando as atuais dificuldades e desafios enfrentados pelo segmento. Será um evento imperdível para todos os "players" que agregam valor na cadeia produtiva do segmento químico e petroquímico: produtores, distribuidores, transportadores e consumidores.

Maiores informações sobre o evento podem ser obtidas na home page da Associquim - www.associquim.org.br



MORAIS DE CASTRO

ANO II - Nº5/2008

INFORMATIVO MORAIS DE CASTRO

MAI/AGO



DESTAQUE

Palestra Educativa 1
 Distribuidores da Orleno visitam
 fábrica da EMCA em Camaçari 2
 Reservas 2
 Programa Drive Golf 2007/2008 2

GESTÃO

SASSMAQ 1
 Dia do Meio Ambiente 3
 Segurança 3
 Saúde 3

GIRO

Morais de Castro visita aos 4
 clientes e fornecedores na FINEC
 A Orleno investe na expansão de 4
 na capacidade de produção
 Reservas 4

"A conscientização da maior número de pessoas sobre o meio ambiente representa um importante passo para a formação de futuras gerações mais responsáveis e conscientes".

Fonte: www.acisi.com.br

SASSMAQ

Sistema de Avaliação de Saúde, Segurança, Meio Ambiente e Qualidade

Nos dias 28 e 29 de abril de 2008, a Morais de Castro foi auditada e recomendada pelo organismo certificador BSI, que validou a manutenção do certificado SASSMAQ. Esse sistema de avaliação gerenciado pela ABIQUIM tem validade de 02 anos, quando a empresa é obrigada a passar por nova auditoria.

Essa é uma ação de compromisso e responsabilidade, que a Morais de Castro considera fundamental para garantir a Segurança e Qualidade da sua frota de caminhões e visa a garantir a qualidade dos serviços prestados aos seus clientes e à proteção do meio ambiente.



PALESTRA EDUCATIVA

A convite da Associação Brasileira dos Distribuidores de Produtos Químicos e Petroquímicos, a Morais de Castro participou do 1º Workshop PRODOR de 2008, realizado em 25 de abril. Na oportunidade, foi apresentada uma palestra educativa, proferida pela colaboradora Delma Trindade, que teve como tema o programa interno "Destaque em Segurança".

Essa é uma das práticas de trabalho desenvolvidas pela Morais de Castro, que tem o objetivo de envolver, treinar, educar, qualificar e motivar os colaboradores da empresa nas rotinas de Qualidade, Saúde, Segurança e Meio Ambiente. A plateia presente no Workshop participou da palestra com entusiasmo e fazendo diversas perguntas para esclarecer dúvidas quanto ao programa.



Dia 5 de junho comemora-se o dia do Meio Ambiente

É preciso mudar imediatamente!

Dados científicos apontam que, caso o ritmo atual de exploração do Planeta permaneça, em um século não haverá fontes de água, reservas de ar puro e terras para agricultura em quantidade suficiente para a preservação da vida.

As mudanças têm sido evidenciadas através de ações sustentáveis feitas por organizações ambientalmente responsáveis, comprometidas com essa causa. A Morais de Castro vem desenvolvendo um louvável trabalho de preservação ambiental, em área de servidão pública contigua à sua Matriz em Salvador/BA. Essa área, que era degradada, hoje produz diferentes tipos de frutas e hortaliças.

SEGURANÇA

O grupo de Brigadistas (prevenção de combate a incêndios e primeiros socorros) da Morais de Castro foi treinado em 12/04/2008 pelo CTA - Centro de Treinamento da Asseg -, empresa especializada para nesse trabalho. Esse tipo de treinamento oferece capacitação específica a todos os brigadistas da Empresa, deixando-os aptos a atender as emergências.



Saúde

Cuidados com a Lombalgia

A lombalgia é uma dor que ocorre nas regiões lombares inferiores, lombo sacral ou sacro ilíacas da coluna lombar. Ela pode ser acompanhada de dor que se irradia para uma ou ambas as nádegas e as pernas na distribuição do nervo ciático. A lombalgia é uma patologia que acomete 80% da população em alguma época da vida,

sendo uma queixa comum a ambos os sexos.

Para prevenir as dores, recomenda-se:

Exercícios de alongamento, fortalecimento, propriocepção e consciência corporal ajudam a realinhar os tecidos musculares e, conseqüentemente, a postura. Esses exercícios, sozinhos, podem apenas amenizar as tensões musculares. Portanto, além da necessidade dos exercícios, é importante manter constantemente a boa postura no posto de trabalho e nas tarefas diárias à luz do contexto ergonômico. A prática regular dessas atividades não pode substituir o tratamento médico e fisioterápico, quando se fazem necessários.

Fonte: área de RH da MC



MORAIS DE CASTRO

ANO II - Nº6/2008

INFORMATIVO MORAIS DE CASTRO

SET/DEZ

ESPECIAL

Morais de Castro amplia o seu parque de tancagem na Bahia

DESTAQUE

Seminário de Gerenciamento Ecológico

Congresso

Treinamentos

Workshops

GESTÃO

Auditoria

Transporte, manuseio e armazenagem de produtos perigosos

Valorizar e premiar os colaboradores são práticas da Morais de Castro

Sigat 2008

GIRO

Nova distribuição da Rohm and Haas para o segmento de sanitantes

Distribuição de Solventes da LyondellBasell

Distribuição de oleoquímicos da Oxiteno para o segmento de cosméticos

Aniversariantes

Nova Home Page

A Morais de Castro convida todos os seus parceiros para acessar a sua nova Home Page: www.moraisdecastro.com.br e conhecer um pouco mais sobre a empresa.



MORAIS DE CASTRO AMPLIA O SEU PARQUE DE TANCAGEM NA BAHIA



Focada no crescimento, a Morais de Castro está ampliando o seu parque de tancagem na Bahia, à fim de melhor servir aos seus clientes e distribuidas. Com essa expansão, a empresa oferecerá aos seus parceiros um incremento de capacidade para algumas linhas de produtos tradicionais, a exemplo do **peróxido de hidrogênio**, assim como, adquire uma maior flexibilidade para o atendimento de certos produtos que, até então, só eram comercializados em tambores ou bombonas. Para os nossos clientes, tal flexibilidade trará ainda uma melhor condição de competitividade logística e comercial, visto que proporcionará fornecimentos sob medida para atender às suas necessidades."



MORAIS DE CASTRO

ANO III - Nº8/2009

INFORMATIVO MORAIS DE CASTRO

MAI/AGO



Perguntaram ao Dalai-Lama: - O que mais o surpreende na Humanidade? Ele respondeu: - Os homens... porque perdem a saúde para juntar dinheiro, depois perdem dinheiro para recuperar a saúde. E, por pensarem ansiosamente no futuro, esquecem-se do presente de tal forma que acabam por não viver nem o presente nem o futuro. E vivem como se nunca fossem morrer... e morrem como se nunca tivessem vivido.

AUDITORIAS

Nos dias 27, 28, 29, 30 e 31 de julho/2009 as unidades da Morais de Castro em Salvador-BA e Jaboatão dos Guararapes-PE testaram a eficácia e eficiência de seus processos, através de auditoria realizada pela entidade certificadora BSI, com base nas normas: PRODIR, ISO9001:2000, ISO14001:2004 e OHSAS18001:2007. Este é o 5º ano consecutivo em que a empresa passou por essa experiência. Para a preparação dos nossos processos, foi realizada auditoria interna no início do mês de junho/09 quando foi envolvida toda a empresa: os auditores internos planejando e realizando a auditoria e os funcionários atendendo as solicitações dos auditores. Os resultados das auditorias nas duas unidades demonstraram que os sistemas de gestão da empresa estão consolidados. Para a Morais de Castro, a manutenção dos certificados de gestão é fundamental para garantir a qualidade de seus produtos e serviços, sua sustentabilidade no mercado, a segurança de seus funcionários e do meio ambiente.



DESTAQUE

Notícia 2
Encontro de Negócios 2
Morais de Castro na África 2
Na Mão Certa 2

GESTÃO

Workshop Técnico Comercial 3
Workshop Prodir 3
Treinamento 3
Relacionamento com a Comunidade 3

GIRO

Rhoda 4
Sorteio 4
Hesões Premiadas 4
Artesanato 4



NOTÍCIA

O diretor da Morais de Castro, Eduardo Morais de Castro, foi reeleito, em Julho, Presidente da Associação Comercial da Bahia (ACB) para o biênio de 2009/2011. Além da ACB, Eduardo é também presidente do Fórum Empresarial da Bahia, que é uma entidade fundada pelas associações, federações e sindicatos empresariais mais representativas do estado da Bahia e que tem como objetivo repensar modelos e propostas para o desenvolvimento econômico do Estado.



Encontro de Negócios

A Morais de Castro, por intermédio de sua filial em Pernambuco, está inserida entre as empresas que participam do Encontro de Negócios da Petrobrás para Implantação da Refinaria Abreu e Lima. Esse encontro visa estreitar a relação dos parceiros Petrobrás, nas ações de aproximar interesses, articular negócios e ampliar mercados para a Indústria pernambucana. Um dos encontros ocorreu em agosto deste ano com uma rica e diversificada programação.



Morais de Castro na Abisa 2009

A Morais de Castro estará participando do XXVII Congresso das Indústrias Saboerinas e Afins, promovido pela ABISA e que ocorrerá em Fortaleza-CE, entre os dias 25 e 28 de Outubro. Nesse evento, a Morais de Castro promoverá o seu portfólio de produtos, dentre os quais podemos destacar os aditivos da **Dow Advanced Materials** para o segmento de saneantes (modificadores de reologia, dispersantes e opacificantes), a nova linha de oleoquímicos da **Oxiteno**, dentre outras novidades. Maiores informações sobre esse evento podem ser encontradas na home-page da Abisa (www.abisa.com.br). Esperamos a sua visita no nosso stand.



A Morais de Castro aderiu ao Programa Na Mão Certa, contra a exploração sexual de crianças e adolescentes nas rodovias brasileiras. Esse programa é coordenado pela ONG Childhood Brasil e foi apoiado pela Associação Brasileira dos Distribuidores de Produtos Químicos e Petroquímicos - ASSOCIQUIM. Com a adesão ao programa "Na mão Certa", a Morais de Castro e demais signatárias reconhecem que estão:

- conscientes de que a sociedade civil brasileira espera dos agentes econômicos a declaração de adesão a princípios, atitudes e procedimentos que possam contribuir para a promoção e garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente no Brasil;
- determinadas a propagar boas práticas de ética empresarial, que possam erradicar a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes nas rodovias brasileiras;
- cientes de que a erradicação da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, em especial, nas rodovias brasileiras, depende de um esforço de todos os responsáveis - governo, iniciativa privada e sociedade civil organizada - para mobilizar e envolver nesta ação um número cada vez maior de empresas, entidades representativas e organizações civis.



WORKSHOP TÉCNICO COMERCIAL

A Morais de Castro participou, mais uma vez, do Workshop Técnico Comercial sobre Cosméticos, Higiene & Limpeza e Saneantes, organizado pela Revista H&C - Household & Cosméticos / FREEDOM Comunicações. O evento ocorreu em Recife-PE, nos dias 18 e 19/6/2009. Na ocasião, os representantes da empresa receberam em seu "stand" a visita de clientes, fornecedores e apresentaram a sua tradicional linha de produtos para o mercado de cosméticos.



TREINAMENTO

A Morais de Castro considera fundamental o treinamento de seus funcionários para saber agir de forma preventiva no manuseio de produtos químicos e atuar rapidamente em caso de ocorrência de acidente. Essa é uma metodologia utilizada pela empresa para capacitar os seus colaboradores. Assim, no dia 11/07/2009, os funcionários do almoxarifado e transporte, que formam a equipe de Brigadistas da Morais de Castro, participaram do curso de reciclagem de Brigada de Emergência, ministrado pelo Centro de Treinamento da ASSEC (CTA). O treinamento foi realizado nas instalações da CTA, em Camaçari tendo a duração de 16 horas, com aulas práticas e teóricas de prevenção e de abordagem em caso de emergência com produtos químicos e combate ao fogo. A participação de todos foi muito ativa, o que demonstra um grande interesse dos nossos colaboradores em adquirir novos conhecimentos e habilidades para a prevenção de acidentes e saber como agir em situações de emergência.

WORKSHOP PRODİR

A Morais de Castro participa de todos os Workshops do Processo de Distribuição Responsável - PRODİR, promovido pela Associação Brasileira dos Distribuidores de Produtos Químicos e Petroquímicos - ASSOCIQUIM. O último ocorreu em 31/07/2009, quando a empresa foi representada pelo Dr. Walter Harth. Nesses eventos, são apresentados e discutidos assuntos que se referem aos requisitos legais que impactam na gestão das empresas distribuidoras de produtos químicos e petroquímicos. Maiores informações podem ser obtidas no site: www.associquim.org.br



Relacionamento com a Comunidade

No dia 01/07/2009, a Morais de Castro recebeu em suas instalações a visita de quatro turmas de alunos do curso técnico em Segurança do Trabalho da CETEB - Centro de Educação Tecnológica do Estado da Bahia. Na ocasião, os alunos participaram de uma apresentação teórica feita pela gestora de QSSMA da Morais de Castro sobre segurança, saúde, meio ambiente e qualidade, aplicada ao segmento da empresa, e, em seguida, foram visitar a área operacional acompanhados pelo gerente de almoxarifado, que forneceu todas as orientações e informações solicitadas pelos estudantes.





Rhodia

Acetato de n-Propila

A Unidade de Negócios Intermediários e Solventes da Rhodia acaba de lançar um novo solvente no Brasil - o **Acetato de n-Propila**. Esse novo solvente tem como principais aplicações tintas de impressão, fragrâncias, esmaltes para unha, tintas base solvente (automotivas, etc.), lacas para madeira, sprays de aerosol, cosméticos, agroquímicos e adesivos.

Para maiores informações sobre o produto, favor entrar em contato com os nossos vendedores.



Sorbitol

A Morais de Castro incluiu recentemente no seu portfólio o produto sorbitol, produzido no Brasil pela sua distribuidora Corn Products. O sorbitol é largamente utilizado na produção de cosméticos (emoliente e agente de corpo), cremes dentais, enxaguatórios bucais, alimentos (adoçante e regulador de umidade), fármacos (xaropes e pastas medicinais), açúcar (inibidor de cristalização), espumas rígidas de poliuretano, couro (flexibilizador e umectante), explosivos, dentre outros.

Para maiores informações sobre o produto favor entrar em contato com os nossos vendedores.

HEXION™ Premiada

A nossa distribuidora Hexion Química recebeu, no dia 18 de Agosto de 2009, em São Paulo, o Prêmio TOP MOBILE em 1º Lugar na categoria de Colas e Adesivos! Esse prêmio foi idealizado pela Alternativa Editorial/Revista Móvel e tem a proposta de revelar as marcas mais lembradas do setor moveleiro.

Maiores informações sobre essa premiação podem ser obtidas no site da Alternativa Editora (<http://portal.emobile.com.br/emobile/topmobile/html/opremio.html>).

ANIVERSARIANTES DO QUADRIMESTRE

01/05 - Jeferson Santos Gonzaga
25/05 - Helena Regina do N. Santiago
26/05 - Pedro Rodrigues F Ribeiro
29/05 - Amilton dos Santos Santana
30/06 - Eloiza Maria Gomes Andrade
06/07 - Gustavo Oliveira Guimarães
10/07 - Jose Antonio Gonzaga da Silva
29/07 - Pedro Costa Sobrinho
30/07 - Glauber J. Bastos Bonin
07/08 - Fabricio Fernando Leal Martinez

EXPEDIENTE

Responsável:
Walter Harth

Conselho editorial:
André Guimarães de Castro
Déina Trindade

Revisão:
Mara das Graças de C. Sampaio

Produção editorial:
Déina Trindade
André Guimarães de Castro

Projeto gráfico:
Mara Bastos - 71 8841-1448

Tiragem:
1000 exemplares

SUGESTÕES E CRÍTICAS
informe@moraisdecastro.com.br



MORAIS DE CASTRO COMÉRCIO E IMPORTAÇÃO DE PRODUTOS QUÍMICOS S/A
Matriz: Rua Álvaro Gomes de Castro, 332 - Porto São Pinça
Tel.: (71) 2108-8886 - Fax: (71) 2108-8800 - Caixa Postal 1386 - CEP: 41223-025 - Salvador - BA
Filial: Rod. BR 101, Km 17 - Procelvas - Tel.: (81) 3476-1222 - Fax: (81) 3476-1427
CEP: 54333-000 - Jaraguá dos Guimarães - PE
Filial: Av. Rio Branco, 156, Sl 2111 - Centro - Tel.: (21) 2532-1993 - Fax: 2532-3943
CEP: 20043-900 - Rio de Janeiro - RJ



MORAIS DE CASTRO

Ano IV - Nº9/2010 • Informativo Morais de Castro • Abr/Jul



“

Não façás do amanhã o sinônimo de nunca, nem o ontem te seja o mesmo que nunca mais. Teus passos ficaram. Olhes para trás ... mas vá em frente pois há muitos que precisam que chegues para poderem seguir-te.

(Charles Chaplin) ”

MORAIS DE CASTRO. HÁ 50 ANOS, TRANSFORMANDO-SE POR VOCÊ.

Em 1960, o baiano Álvaro Gomes de Castro iniciava, num escritório localizado em Salvador, no bairro do Comércio, uma bela e vitoriosa trajetória empresarial. Surgia a Morais de Castro, uma empresa de importação de produtos químicos para revenda no mercado local e comercialização de produtos fabricados pelas poucas indústrias químicas brasileiras.

Nas décadas seguintes, a Morais de Castro reposicionou-se ao desenvolvimento empresarial, formando sólidas parcerias com os fabricantes locais. Em 1980, transferiu suas operações para um novo endereço -

Portoseco Pirajá - abrindo assim uma nova dinâmica de trabalho.

Hoje, 50 anos depois, as principais atividades da empresa são a importação, revenda e distribuição autorizada de produtos químicos, petroquímicos e as atividades de logísticas deste segmento. A Morais de Castro está preparando mais novidades, como a modernização da marca e o replanejamento da sua estratégia empresarial.

Aguarde!

DESTAQUE

- Novos produtos da Oxiteno para o segmento de tintas e cosméticos - pág. 02
- Planejamento Estratégico - pág. 02
- Premiação Colaborador Destaque 2009 - pág. 02

GESTÃO

- Responsabilidade Social - pág. 03
- Meio Ambiente - pág. 03
- SASSMAQ - pág. 03
- Novo Vendedor Técnico no Ceará - pág. 03

GIRO

- Morais de Castro na EROQUIM 2010 - pág. 04
- FIMEC 2010. A Morais de Castro marcou Presença - pág. 04



DESTAQUE

NOVOS PRODUTOS DA OXITENO PARA O SEGMENTO DE TINTAS E COSMÉTICOS.



A Morais de Castro conta agora com mais dois produtos da Oxiteno no seu portfólio para atender aos segmentos de Tintas e Cosméticos. São eles, respectivamente, o Ultrasolve M 1200 e o Ultracide 810. Seguem abaixo algumas informações sobre os produtos:

TINTAS - ULTRASOLVE M 1200

O produto é um acetato de sec-butila e é indicado para a produção de tintas industriais, tintas e repintura automotiva. Este solvente tem como principais características uma taxa média de evaporação, alto poder de solvência e baixo potencial toxicológico. O Ultrasolve M 1200 é também compatível com a maioria das resinas acrílicas, celulósicas, epóxis, poliéster, poliuretânicas e sistemas híbridos.

COSMÉTICOS – ULTRACIDE 810

O produto é um ácido caprílico-cáprico e é derivado de matérias-primas de origem vegetal. É indicado para formulações cosméticas e tem função lubrificante e emoliente, além de promover uma melhor espalhabilidade e ter rápida absorção pela pele. É indicado em formulações de cremes e loções para a pele, óleos de banho, pomadas, maquiagens e protetores solares. Também é utilizado como estabilizante para PVC, produção de intermediários têxteis, sabões, dentre outros.

Para obter amostras e maiores informações sobre os produtos, favor entrar em contato com a nossa Equipe de Vendas.

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

A Morais de Castro completa 50 anos replanejando a sua estratégia empresarial, analisando seus objetivos corporativos e reafirmando seus compromissos com clientes, colaboradores e a sociedade. Para isso, são analisados diversos fatores mercadológicos e suas variáveis macro e micro ambientais. Foi pensando assim que, em setembro de 2009, a empresa iniciou o processo de Planejamento Estratégico, para melhor conhecer a natureza do seu negócio e as potencialidades dos mercados, visualizando o futuro e preparando-se para novos desafios.



PREMIAÇÃO COLABORADOR DESTAQUE 2009

A Morais de Castro procura motivar e valorizar ao máximo os seus colaboradores através de ações como a Premiação Colaborador Destaque, realizada pelo terceiro ano consecutivo. Através de um programa interno, acompanhamos o desempenho dos colaboradores com indicadores de qualidade, produtividade, saúde, segurança e meio ambiente. Ao fim do período de 12 meses, por meio de avaliações mensais, de acordo com as funções e áreas de atuação, baseado em critérios diferenciados e adequados a cada processo, definem-se os funcionários ganhadores.



Confira os premiados de 2009:

Função	Nome
Motorista	José Carlos Menezes
Almoxarifado	Luiz Carlos Pereira
Administrativo	Luiz Carlos Ferreira



GESTÃO

RESPONSABILIDADE SOCIAL

Em janeiro desse ano, a Morais de Castro teve seu Plano de Trabalho aprovado pelo Comitê Gestor do Selo da Diversidade Étnico-Racial e foi outorgada com o Selo da Diversidade-2009, que garante o compromisso de desenvolver ações de combate ao racismo no ambiente de

trabalho. O Selo da Diversidade é uma política pública da Prefeitura do Salvador, implementada através da Secretaria Municipal da Reparação (SEMUR) em parceria com a Associação Brasileira de Recursos Humanos (ABRH) e o Instituto de Responsabilidade e Investimento Social

(IRIS). Ao buscar valorizar este selo, a Morais de Castro reforça seu compromisso com a promoção da diversidade no ambiente de trabalho, propiciando a todos a igualdade de oportunidades.

MEIO AMBIENTE

Foi publicado em novembro de 2009, pela REVISTA CIENTÍFICA ILLUMINART, o artigo POLÍTICAS ORGANIZACIONAIS PRIVADAS DE RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL EM BUSCA DA SUSTENTABILIDADE. Trabalho de autoria de Delma Trindade, aborda um estudo de caso da empresa Morais de Castro, citando suas ações sistemáticas e planejadas de conservação ambiental na região metropolitana de Salvador/BA. Também são apresentados trabalhos ecológicos desenvolvidos pelo Instituto Corredor Ecológico Costa dos Coqueiros - INCECC, composto por um Conselho de Administração com cinco membros associados (COFIC - Comitê de Fomento Industrial de Camaçari, CETREL, Bahia Pulp, Fazenda Praia do Forte e Saulipe S.A.), com unidades situadas no Pólo Petroquímico de Camaçari/BA. Nesse artigo são demonstrados aspectos importantes de como o meio ambiente tem figurado nos discursos e práticas organizacionais das empresas brasileiras.

Link: <http://www.cefetsp.br/edu/sertaozinho/revista/illuminart.htm>



SISTEMA DE AVALIAÇÃO DE SAÚDE, SEGURANÇA, MEIO AMBIENTE E QUALIDADE – SASSMAQ

Em abril, a Morais de Castro foi auditada pela BSI-Brasil Sistemas de Gestão, que analisa se a empresa está em conformidade dos itens do termo de avaliação do SASSMAQ. O certificado é reavaliado a cada dois anos: a primeira ocorreu em 2006, a segunda em 2008 e agora foi a terceira avaliação.

Com a certificação do SASSMAQ, a Morais de Castro mostra que utiliza as melhores práticas adotadas pelas grandes indústrias e oferece aos seus parceiros um sistema de transporte seguro e com qualidade.

SASSMAQ

Sistema de Avaliação de Saúde, Segurança, Meio Ambiente e Qualidade

NOVO VENDEDOR TÉCNICO NO CEARÁ

Com o objetivo de aumentar a força de vendas e a consequente participação da Morais de Castro no mercado cearense, a empresa tem o orgulho de anunciar a contratação de um novo vendedor técnico para atendimento ao estado.



GIRO

MORAIS DE CASTRO NA EBDQUIM 2010

Em março, aconteceu o 5º EBDQUIM - Encontro Brasileiro dos Distribuidores de Produtos Químicos e Petroquímicos, promovido pela ASSOCIQUIM - Associação Brasileira dos Distribuidores de Produtos Químicos e Petroquímicos - da qual a Morais de Castro é associada. O evento foi nos dias 18 e 19 de março, no Centro Fecomercio de Eventos em São Paulo - SP

e a Morais de Castro esteve presente, demonstrando o seu compromisso com o setor.

5º EBDQUIM
Encontro Brasileiro dos Distribuidores de Produtos Químicos e Petroquímicos



FIMEC 2010. A MORAIS DE CASTRO MARCOU PRESENÇA.



A Morais de Castro, juntamente com os seus parceiros, esteve presente na 34ª edição da Fimec - Feira Internacional de Couros, Químicos, Componentes e Acessórios, Equipamentos e Máquinas para Calçados e Curtumes - que foi

realizada entre os dias 13 a 16 de abril, no Parque de Exposições Fenac, em Novo Hamburgo/RS. Nesse grande evento, um dos mais importantes para o setor, a empresa teve como objetivo realizar excelentes negócios e consolidar parcerias.

ANIVERSARIANTES DO QUADRIMESTRE

- NILO AMANCIO DE SOUZA - 10/4
- ALISSON BRUNO A. DOS SANTOS - 12/4
- MARIA DO CARMO MESQUITA COSTA - 13/4
- ELIANE MÁRCIA CINTRA SAMPAIO - 14/4
- ALMIRA MARIA H. BATISTA DA LUZ - 14/4
- RAIMUNDO TEODORO NASCIMENTO - 16/4
- ADELSON DOS SANTOS GOMES - 18/4
- DÉBORA ARAUJO DE OLIVEIRA - 23/4
- MARINALDO DOS SANTOS - 28/4
- JEFERSON SANTOS GONZAGA - 01/5
- JULIANA COUTINHO E SILVA - 08/5
- HELENA REGINA DO NASCIMENTO - 25/5
- PEDRO RODRIGUES F. RIBEIRO - 26/5
- AMILTON DOS SANTOS SANTANA - 29/5
- ELOIZA MARIA GOMES ANDRADE - 30/6
- ANTÔNIO FERNANDO DE A. MACEDO - 02/7
- JOSE ANTONIO GONZAGA DA SILVA - 10/7
- GLAUBER J. BASTOS BONIN - 30/7



EXPEDIENTE

Responsável:
Walter Harth

Conselho Editorial:
André Guimarães de Castro
Delma Trindade

Revisão:
Vivian Serrano

Projeto Gráfico e Diagramação:
Dendesign | 3334-1324

Produção editorial:
André Guimarães de Castro
Delma Trindade

Tiragem:
1000 exemplares

SUGESTÃO E CRÍTICAS
informe@moraisdecastro.com.br



MORAIS DE CASTRO COMÉRCIO E IMPORTAÇÃO DE PRODUTOS QUÍMICOS LTDA.

Unidades: Rua Alvaro Gomes de Castro, 512 - Porto Seco Pirajá
Tel: (71) 2108-8686 - Fax: (71) 2108-8600 - Caixa Postal 1386 - CEP: 41233-005 - Salvador - BA
Rod. BR 101, Km 17 - Prazeres - Tel: (81) 3476-1722 - Fax: (81) 3476-1427
CEP: 54335-000 - Jaboatão dos Guararapes - PE
Av. Rio Branco, 156, 9 2111 - Centro - Tel: (21) 2532-1993 - Fax: 2532-3945
CEP: 20043-900 - Rio de Janeiro - RJ

ANEXO 12 – FOTOS DA ÁREA DE CONSERVAÇÃO AMBIENTAL DA MORAIS DE CASTRO.



Colheita de manga, 2009.



Colheita de jaca, 2009.



Colheita de flores vermelha, 2009.



Colheita de maracujá, 2009.



Colheita de abacaxi, 2009.



Colheita de coco verde, 2009.



Colheita de abóbora, 2009.



Colheita de cupuaçu, 2009.



Colheita de pitanga, 2009.



Colheita de abacate, 2009.



Colheita de cana-de-açúcar, 2009.



Colheita de limão, 2009.



Colheita de umbu-cajá, 2009.



Colheita de banana, 2009.



Colheita de pimenta, 2009.



Colheita de castanha de caju, 2009.



Colheita de maxixe, 2009.

